



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: CULTURA,
DESIGUALDADE E DESENVOLVIMENTO
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

LEONARDO DE FREITAS NETO

**AS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL COMO
ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM CACHOEIRA-BA (2002-
2016): CONTRADIÇÕES E PERSPECTIVAS**

CACHOEIRA-BAHIA
2018

LEONARDO DE FREITAS NETO

**AS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL COMO
ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM CACHOEIRA-BA (2002-
2016): CONTRADIÇÕES E PERSPECTIVAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Ferreira da Silva

CACHOEIRA-BAHIA
2018

Ficha Catalográfica: Biblioteca Universitária de Cachoeira - CAHL/UFRB

F862p Freitas Neto, Leonardo de
As políticas de preservação do patrimônio cultural como estratégia de desenvolvimento local em Cachoeira-BA (2002-2016): contradições e perspectivas / Leonardo de Freitas Neto. – Cachoeira, 2018.
166 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Ferreira da Silva.
Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais : Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2018.

1. Patrimônio cultural - Preservação - Cachoeira (BA).
2. Políticas públicas - Cachoeira (BA). 3. Desenvolvimento social - Cachoeira (BA). 4. Desenvolvimento econômico - Cachoeira (BA). I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Centro de Artes, Humanidades e Letras. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. II. Título.

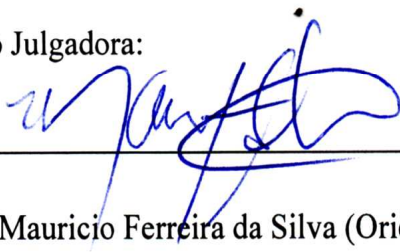
CDD: 363.69

Elaboração: Fábio Andrade Gomes - CRB-5/1513

**AS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL COMO
ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM CACHOEIRA-BA
(2002-2016): CONTRADIÇÕES E PERSPECTIVAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

Comissão Julgadora:



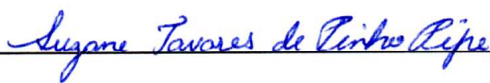
Prof. Dr. Mauricio Ferreira da Silva (Orientador)

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)



Prof. Dr.ª Maria Salete de Souza Nery

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)



Prof. Dr.ª Suzane Tavares de Pinho Pepe

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

AGRADECIMENTOS

Eu sou grato ao ETERNO DEUS por me conceder realizar esse trabalho, reconheço que são DELE todos os recursos de que dispus para conseguir finalizar esta dissertação. Agradeço à minha família pelo apoio incondicional, à minha esposa Carine pelos sacrifícios que fez, por cuidar tão bem de Miguel nos momentos que me ausentei para realizar as atividades da pesquisa e pelos momentos que abdicou de estar em minha companhia. Agradeço a Miguel pelas brincadeiras, risos e momentos que dissiparam qualquer nuvem de desânimo e cansaço. Agradeço aos meus pais, Jorge e Gal (a Senhora é a verdadeira vencedora, mainha!) à minha mãe Isabel pelas orações e cuidado de sempre. Aos meus irmãos Ninho e Maiane pelo incentivo e carinho.

Agradeço ao professor Mauricio Ferreira pelas inestimáveis orientações não apenas referentes à dissertação, como também pelos conselhos preciosos para a vida, você é um grande exemplo, meu velho! Às professoras Salete Nery e Suzane Pepe pelas valiosas contribuições à pesquisa. Agradeço ao professor Diogo Valença, coordenador do PPGCS por prestar a assistência necessária.

Agradeço aos professores Jorge, Gabriel e Edgilson pelo incentivo e atenção. Sou grato também a todos os amigos e colegas do CAHL pelo apoio e incentivo, não vou citar nomes para não incorrer no risco de cometer alguma injustiça.

Agradeço imensamente à Jomar Lima que me franqueou acesso irrestrito ao seu precioso acervo, sem o qual não teria chegado tão longe. Agradeço também a professora Viviane (Vivi) por me fazer enxergar a necessidade da paixão pelo objeto da pesquisa. Agradeço a Tatiane Sacramento pela revisão do texto e sugestões preciosas. Minha gratidão também à Maria Gabriela (Mara) pelas palavras de encorajamento e atenção de sempre. Agradeço a D. Ione, Luziane, Railane, Vinicius e Thadeu pela ajuda valiosa com o tratamento dos dados coletados.

Muito obrigado!!!!

RESUMO

A Preservação do Patrimônio Cultural entendida em sua acepção sócio antropológica e enquanto ação planejada e promovida pelo Estado tem sido objeto de proveitosas discussões na agenda contemporânea de diversos campos do saber. Esta pesquisa pretende abordar o crescimento de indicadores de desenvolvimento socioeconômico na cidade de Cachoeira-BA, considerando o período de 2002 a 2016, evidenciando as contradições e perspectivas que se tiveram lugar com a recuperação e reformas de edificações públicas e privadas em processo de deterioração, realizada na cidade em questão, através do esforço conjunto do Banco Interamericano de Desenvolvimento e dos Governos federal, estadual e local, aliada á participação de cidadãos cachoeiranos que lutaram para que o Programa Monumenta fosse executado na cidade. Para elucidar a hipótese e os objetivos apresentados, este estudo respaldou-se em levantamento bibliográfico, na análise documental concernentes à política de preservação do patrimônio, na aplicação de questionários físicos no centro da cidade e nos bairros de seu entorno; e nas informações obtidas através de entrevistas semiestruturadas com pessoas que integram o conselho municipal de políticas culturais, em sua maioria gestores públicos de Cachoeira. Os dados coligidos demonstraram que as ações do Monumenta em Cachoeira se articularam com outras políticas voltadas para o desenvolvimento local, nas perspectivas endógena, humana e sustentável, através das interfaces de uma complexa rede de colaboração engendrada pela sociedade que produziram uma nova situação urbana, em seus aspectos sociais e econômicos.

PALAVRAS-CHAVE: preservação, políticas culturais, recuperação de imóveis, desenvolvimento, Cachoeira.

ABSTRACT

The Preservation of Cultural Heritage understood in its anthropological sociological sense and as action planned and promoted by the state has been the subject of fruitful discussions on the contemporary agenda in several fields of knowledge. This research analyzes the growth of socio-economic indicators in the city of Cachoeira, Bahia, between the years 2002 to 2016, showing the contradictions and perspectives that are deployed from the recovery interventions and reforms in public and private buildings in process of deterioration, implemented in the city through the joint effort of the Inter-American Development Bank and the federal, state and local governments, as well as civil society through the Monumenta Program. In order to elucidate the hypothesis and the presented objectives, this study was based on bibliographical research, analysis of institutional documents regarding the preservation of the patrimony, application of physical questionnaires in the city center and in the neighborhoods of its surroundings; and the information obtained through semi-structured interviews with members of the municipal council of cultural policies and public managers of Cachoeira. The collected data demonstrated that the actions of Monumenta in Cachoeira were articulated with other policies aimed at local development, in the endogenous, human and sustainable perspectives, through interfaces with a complex network of collaboration engendered by society, which produced a new urban situation , in its social and economic aspects.

KEY WORDS: preservation, cultural policies, property recovery, development waterfall.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. IMAGEM DO PERÍMETRO URBANO CENTRAL DE CACHOEIRA-BA.	16
FIGURA 2. MAPA DO PERÍMETRO URBANO DE CACHOEIRA.	18
FIGURA 3. IMAGEM COM DESTAQUES PARA AS ÁREAS EXPANDIDAS.	74
FIGURA 4. IMAGEM DO QUARTEIRÃO LEITE ALVES, ANTES DA REFORMA:	87
FIGURA 5. IMAGEM DO QUARTEIRÃO LEITE ALVES, APÓS A REFORMA	87
FIGURA 6. IMAGEM DA REFORMA DO CINETEATRO CACHOEIRANO.	93
FIGURA 7. IMAGEM DO CINETEATRO CACHOEIRANO APÓS REFORMA.	93
FIGURA 8. IMAGEM DA RUÍNA DO IMÓVEL SITUADO À PRAÇA DA ACLAMAÇÃO, Nº 2	103
FIGURA 9. IMÓVEL SITUADO À PRAÇA DA ACLAMAÇÃO Nº 2 APÓS REFORMA.	103

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS PESQUISADOS REFERENTE A ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE PRESERVAÇÃO EM CACHOEIRA.	78
GRÁFICO 2 ESTUDANTES ATIVOS DO CAHL, NATURAIS DE CACHOEIRA NO PERÍODO DE 2006 ATÉ 2015.	89
GRÁFICO 3. EFICÁCIA DA DIVULGAÇÃO DO EDITAL 001/2005, SOBRE O FINANCIAMENTO DAS REFORMAS DOS IMÓVEIS TOMBADOS.	101
GRÁFICO 4 EVOLUÇÃO DO IDHM DE CACHOEIRA-BA ENTRE 1991 A 2010.	113
GRÁFICO 5 QUANTITATIVO DOS PARTICIPANTES QUE SE DECLARARAM BENEFICIADOS PELO MONUMENTA:	115

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. ORIGEM E VALORES DO INVESTIMENTO PARA AS INTERVENÇÕES DO MONUMENTA EM CACHOEIRA	83
QUADRO 2. LISTA DE IMÓVEIS PÚBLICOS/COLETIVOS QUE FORAM RECUPERADOS PELO MONUMENTA ENTRE 2002 A 2014.	84
QUADRO 3. INFORMAÇÕES DETALHADAS DAS 148 PROPOSTAS PARA FINANCIAMENTO, APRESENTADAS À UEP (IPAC).	96
QUADRO 4. LISTA DE IMÓVEIS PRIVADOS QUE TIVERAM O FINANCIAMENTO APROVADO PELA CEF.	105

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. AÇÕES DO PROGRAMA MONUMENTA E SUAS INTERFACES COM OUTRAS POLÍTICAS SOCIAIS VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO.	82
TABELA 2. QUADRO DE PESSOAL EFETIVO E TERCEIRIZADO DO CAHL, ENTRE 2006, 2009, 2012 E 2015	90
TABELA 3. DISTRIBUIÇÃO DO FINANCIAMENTO POR ANO E OS RESPECTIVOS VALORES DAS CONTRATAÇÕES	104
TABELA 4. INDICADORES DE HABITAÇÃO EM CACHOEIRA-BAHIA, ENTRE 1991 A 2010.	109
TABELA 5. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DE CACHOEIRA ENTRE 2000 A 2010.	111
TABELA 6. RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE EM CACHOEIRA-BA, NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS.	112
TABELA 7. CRESCIMENTO DA RECEITA ATRAVÉS DA ARRECADAÇÃO E VALORES REPASSADOS AO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA, NO PERÍODO DE 2006, 2008, 2009 E 2014.	114

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEF	Caixa Econômica Federal
CPA	Comissão Própria de Avaliação
DLIS	Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável
FMPC	Fundo Municipal de Política Cultural
FUNARTE	Fundação Nacional das Artes
FUNCEB	Fundação Cultural do Estado da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano do Município
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MinC	Ministério da Cultura
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas
PCH	Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas
PNC	Plano Nacional de Cultura
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UEP	Unidade Executora do Projeto
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Educação e a Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. PATRIMÔNIO CULTURAL: POLÍTICA PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO.....	26
2.1. A fluidez do conceito de patrimônio cultural.....	26
2.2. A preservação do patrimônio cultural como política pública	30
2.3. Contribuições da preservação do patrimônio cultural para o desenvolvimento local. 	34
2.4. O desenvolvimento local na perspectiva endógena, humana e sustentável.....	39
2.5. Aproximações entre o patrimônio cultural e a economia	44
2.5.1. Caracterizações do patrimônio sob a ótica econômica	46
2.5.2. Os valores do patrimônio cultural edificado.....	47
2.5.3. Valor de existência e valor de uso.....	48
3. ASPECTO HISTORIOGRÁFICO DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO ESTADO BRASILEIRO.....	51
3.1. As políticas culturais na era Vargas	53
3.2. O regime militar e as políticas culturais.....	55
3.3. As políticas culturais na redemocratização.....	59
3.4. As políticas culturais da era Lula	61
3.4.1. O Plano Nacional de Cultura (PNC) e o Sistema Nacional de Cultura (SNC).	63
3.4.2. Ações do MinC no governo Lula.....	67
3.5. A historiografia das políticas públicas de cultura no Estado da Bahia	68
4. A RECUPERAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE IMÓVEIS TOMBADOS COMO POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: A EXPERIÊNCIA DE CACHOEIRA-BA.	71
4.1. O tombamento e suas consequências: a transformação da cidade de Cachoeira.....	72
4.2. A atuação do IPHAN e IPAC em Cachoeira.	76
4.2.1. A relação dos cachoeiranos com os institutos responsáveis pela preservação.....	77
4.3. O programa Monumenta e a perspectiva de melhorias nas condições socioeconômicas dos cachoeiranos.....	79

4.4. Recuperação de imóveis públicos e coletivos: mudanças na dinâmica socioeconômica da população de Cachoeira.	82
4.5. A importância das reformas e recuperação de imóveis públicos e coletivos para o desenvolvimento dos cachoeiranos.	84
4.5.1. Uma outra perspectiva da UFRB em Cachoeira.	86
4.5.2. O Cineteatro cachoeirano e a democratização da cultura: acesso à cultura para a população.	92
5. APOIO NO CUSTEIO PARA A REALIZAÇÃO DE REFORMAS EM IMÓVEIS PRIVADOS: DESENVOLVIMENTO OU DESIGUALDADES?	96
5.1. A interface da preservação do patrimônio com outras políticas de desenvolvimento.	109
5.2. Tombamento e desenvolvimento sob a ótica da população de Cachoeira.....	114
5.3. Os fundos municipais de cultura: desafios e perspectivas.	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS	125
APENDICE A – PROPOSTA DE INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	131
APENDICE B – TÓPICOS GUIA PARA A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	138
APENDICE C – ENTREVISTAS TRANSCRITAS	142
ANEXOS	154

1. INTRODUÇÃO

“Quando alguém nos aponta o valor do patrimônio, neste momento, ganhamos consciência da preservação.”

(Rosival Ferreira Pinto, Cidadão cachoeirano)

A presente dissertação se propõe a analisar a aproximação entre as políticas de preservação do patrimônio cultural e o desenvolvimento socioeconômico local na cidade de Cachoeira, localizada no Recôncavo da Bahia. Mais especificamente, é de interesse desta pesquisa abordar a maneira pela qual a recuperação e a reutilização estratégica de imóveis, considerados patrimônios culturais, corroboraram para a melhoria dos indicadores socioeconômicos na cidade de Cachoeira e como essa ação se desdobra enquanto um vetor para o desenvolvimento local no tocante às questões como bem-estar, índice de desenvolvimento humano, oportunidades de emprego, acesso à educação, qualidade de vida, etc.

Reconhecendo a relevância deste tema que tem sido objeto de profícuas discussões na agenda contemporânea de diversos campos do saber, no que se refere ao debate sobre como as intervenções do Estado no campo da cultura tem contribuído para mudanças na dinâmica socioeconômica das cidades históricas, este trabalho visa dialogar e contribuir com os estudos já elaborados sobre este tema, inclusive com as pesquisas desenvolvidas pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Aproveitando-se ainda de uma ampla literatura sobre a relação entre políticas culturais e campo do desenvolvimento socioeconômico. Para efeito de seleção, é considerado especialmente o período entre 2002 a 2016, época em que foram observadas mudanças significativas nos indicadores de desenvolvimento socioeconômico em Cachoeira – BA, evidenciando os desdobramentos econômicos e sociais decorrentes da revitalização dos casarões tombados, públicos, coletivos e privados em estado de deterioração, localizados no núcleo urbano do município de Cachoeira-Ba.

A política cultural abordada neste estudo é considerada um modo de intervenção planejada do Estado. Conforme a Constituição Federal de 1988: “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (BRASIL, 1988, 165). No que se refere à Cachoeira, o

tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico, pelo IPHAN, teve início na década de 70, momento no qual foi conferido ao município o reconhecimento de "Cidade Monumento Nacional" e "Cidade Heróica" pelo considerável acervo arquitetônico e pela sua histórica atuação nas conquistas que marcaram a independência do Brasil, através do Decreto 68 045, de 13 de Janeiro de 1971. Registrado no Livro de tombo arqueológico, etnográfico e paisagístico, essa política objetivava proteger não apenas imóveis tombados isoladamente, mas a totalidade do seu acervo arquitetônico. Não obstante ao fato de que muitos imóveis foram tombados, individualmente, na década de 1940. As ações deste último tombamento coletivo contemplaram, aproximadamente, 670 (seiscentos e setenta) edificações. Este patrimônio inclui edificações do século XVII, embora, a maior parte dos imóveis que formam o conjunto arquitetônico da cidade tenha sido construída nos séculos XVIII e XIX, sendo caracterizados pela linguagem arquitetônica colonial luso-brasileira, como também são observadas edificações que apresentam tendências neoclássicas. Segundo o IPHAN, as formas de apropriação do sítio transformaram a cidade em um bem de relevantes qualidades paisagísticas. Segue uma imagem que ilustra uma parte considerável do sítio tombado de Cachoeira.

Figura 1. Imagem do perímetro urbano central de Cachoeira-BA.



Fonte: <http://www.guiadoturismobrasil.com/cidade/BA/255/cachoeira>. Acesso em: 14 Jun. 2017.

Embora o tombamento, nesta perspectiva, tenha um efeito de restrição de um bem, o proprietário e os usuários deste bem continuam com a responsabilidade de conservá-lo e

podem ser compensados pelo poder público, através de mecanismos de fomento tais como, financiamentos para reformas, isenção de impostos e taxas do imóvel, ou da atividade praticada nele. Tendo em vista que os recursos investidos para promoção e incentivo à cultura, à educação e à atração de empregos são essenciais para a redução da desigualdade social e a melhora da qualidade de vida das pessoas. Ademais, a contribuição dos cidadãos na elaboração e realização de políticas públicas relacionadas ao campo cultural tem sido recorrente não apenas nas lutas de movimentos sociais, como também nas agendas de governos, reconhecidos por propor a incorporação e a participação da sociedade civil na regulação da vida coletiva.

O MUNICÍPIO DE CACHOEIRA

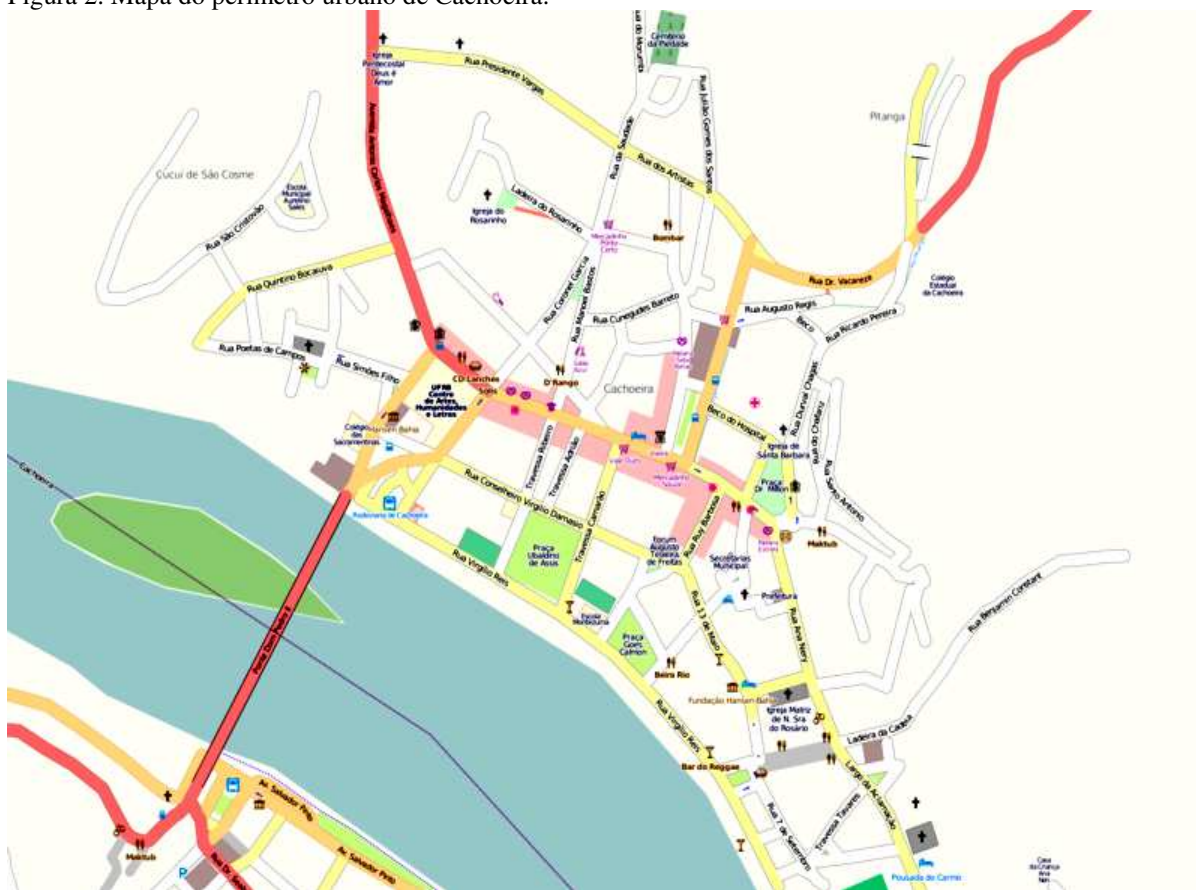
Segundo Rocha (2002), o protagonismo de duas famílias portuguesas, a saber, os Dias Adorno e os Rodrigues Martins, abriu caminhos para que o vilarejo localizado às margens do rio Paraguaçu fosse elevado a condição de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário em 1674. A antiga Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, por se situar numa posição geográfica estratégica, via de acesso às importantes rotas que se dirigiam ao sertão, ao recôncavo, às minas gerais e a Salvador, então capital da colônia, logo ficou reconhecida e em 1698 tornou-se Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira do Paraguaçu – o nome se dá pelo fato da antiga vila se situar próxima às quedas de água na cabeceira do Rio Paraguaçu.

A economia da região na qual o município de Cachoeira estava inserido era marcadamente constituída pela agricultura baseada na cana-de-açúcar, da mineração de ouro e pelo intenso tráfico de escravos facilitado pelo acesso a estradas reais e pela navegação do Rio Paraguaçu. Esses fatos contribuíram para o rápido desenvolvimento econômico da região a partir do século XVIII. Por conseguinte, em inícios de 1800, a sociedade cachoeirana detinha grande influência política e participava ativamente das guerras pela Independência da Bahia, em 1821, constituindo a Junta de Defesa. A vila foi elevada à categoria de cidade por decreto imperial de 13 de março de 1873 (Lei Provincial nº 43).

A região foi explorada a partir da metade do século XVI, mas o povoado nascido em torno das atividades dos engenhos de açúcar, só começou a crescer, de fato, um século mais tarde. Segundo a bibliografia sobre a história socioeconômica de Cachoeira, no início do século XIX o município foi um dos mais extensos da Bahia. Posteriormente manciparam-se

os primitivos municípios de Feira de Santana (1832), Tapera, atual Santa Terezinha (1849), Curalinho, conhecida hoje como Castro Alves (1880), São Gonçalo dos Campos (1884), São Felix (1889), Santo Estevão (1921) e Conceição de Feira (1926). No final do século XIX, grandes obras públicas foram realizadas, como a Estrada de Ferro Central da Bahia, a Ponte D. Pedro II (1882/85) e a Hidroelétrica de Bananeiras (1907/20).

Figura 2. Mapa do perímetro urbano de Cachoeira.



Fonte: OpenStreetMap. Disponível em: <http://www.openstreetmap.org/#map=16/-12.6030/-38.9647>. Acesso em: 20 Abr 2017.

Alguns dos imóveis localizados na área urbana central de Cachoeira, posteriormente tombados e considerados como monumentos, surgiram no século XVIII, período culminante da cultura da cana-de-açúcar na região. A construção civil e sua respectiva manutenção eram realizadas às expensas do Estado nas esferas federal, estadual e local por ações voluntárias da sociedade civil, quanto aos imóveis coletivos tais como templos religiosos eram financiados pelas respectivas confrarias e grupos religiosos que atuavam em Cachoeira, algumas compostas pela classe burguesa que representavam o grupo elitista da localidade. O fato de que uma parcela desses prédios públicos, religiosos e privados terem sido construídos a expensas de moradores ricos de Cachoeira, evidenciando a participação de

pessoas que não necessariamente estavam ligadas ao Estado, no que concerne ao transcurso do desenvolvimento local na cidade. As ações propositivas que se destinavam à preservação do sítio arquitetônico de Cachoeira foram inicialmente protagonizadas por Góis Calmon, Governador do Estado da Bahia à época, personagem histórico reconhecido por encaminhar normas para a salvaguarda dos conjuntos arquitetônicos e paisagísticos na segunda metade da década de 1920, dessa ação se originou a lei que deu início a Inspeção Estadual de Monumentos Nacionais a qual, dentre outras atribuições, realizava periodicamente inventários dos monumentos presentes nos municípios de Salvador, e de cidades do Recôncavo baiano e da região da Chapada Diamantina, trabalhando ainda para a conservação desses sítios como acervos arqueológicos dos diferentes momentos da história do país (IPHAN/ UFBA, 2010).

Segundo (AZEVEDO E CORRÊA, 2013), somente com início das ações do IPHAN, mais especificamente na gestão de Renato Soeiro, sucessor de Rodrigo Melo Franco de Andrade intensificaram-se as ações visando à preservação dos bens culturais no Brasil, considerando o uso e a apropriação do patrimônio pelos diferentes grupos. Com efeito, a institucionalização das políticas culturais no país culminou no primeiro registro historiográfico do IPHAN, intitulado “Proteção e revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória” (IPHAN, 1980). Neste período de efervescência de discussões sobre as políticas culturais, principalmente na América Latina, as preocupações em torno do patrimônio não eram concernentes à sua afirmação, mas sim, à sua utilização frente às demandas demográficas, sociais e econômicas, cada vez mais em ascensão.

O município de Cachoeira atualmente é constituído por sua sede, que corresponde ao núcleo urbano, pelos distritos de Belém de Cachoeira e Santiago do Iguape com seus respectivos povoados que juntos ocupam uma área de aproximadamente 399 km². Para efeito de seleção, no entanto, esta pesquisa concentra-se apenas no núcleo urbano do município. Ao observar o centro histórico de Cachoeira é perceptível que o conjunto arquitetônico ainda reflete nos tempos atuais aquilo que era a base da dinâmica social da época, a confluência dos costumes de europeus e escravos africanos que se ocupavam na maior parte do tempo do cultivo da cana-de-açúcar e do fumo, que por muito tempo foram os principais produtos de exportação da colônia do Brasil. Como uma parte considerável do conjunto histórico foi construída com doações monetárias dos moradores é possível inferir que houve uma notável contribuição dos moradores de Cachoeira ou pelo menos de parte

mais rica daquela população, os quais integravam o corpo social, político e religioso local, o que se refletiu nas funções das edificações que cumpriam finalidades históricas e culturais.

Entre os anos de 2002 a 2016, o Estado brasileiro experimentou uma época de calorosas discussões e reformas nas políticas públicas voltadas para o campo cultural. Com efeito, as observações de mudanças mais significativas registradas nesta pesquisa tornaram-se mais evidentes a partir da primeira década do século XXI, quando o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – o Governo brasileiro, através do seu Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN realizaram várias intervenções, com a colaboração do Estado da Bahia por meio do Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia – IPAC, com vistas a garantir a preservação e valorização do patrimônio material e imaterial da cidade de Cachoeira. Essas intervenções intensificaram-se durante os primeiros mandatos do presidente Luis Inácio Lula da Silva, eleito em 2003, pelo Partido dos Trabalhadores, sob o comando do qual foram viabilizados os usos estratégicos de alguns bens do patrimônio arquitetônico que antes estavam em estado de arruinamento, contemplando também a peculiaridade e diversidade cultural, a pluralidade de manifestações, festejos, ritos, patrimônios históricos e artísticos, bens materiais e imateriais que, concomitantemente, tornaram-se alvos de intervenções do Governo federal e estadual com o objetivo de potencializar o processo de desenvolvimento socioeconômico, através da atração de divisas provenientes do fluxo turístico, da economia dos bens e serviços culturais.

No final da última década, o centro urbano de Cachoeira ganhou novas perspectivas de crescimento socioeconômico que abriram caminhos para um processo de desenvolvimento local, a partir da intensificação de ações realizadas pelo programa Monumenta¹, viabilizado através da parceria entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e IPHAN, que objetivava revitalizar o conjunto arquitetônico das cidades históricas, através do custeio de reformas de imóveis públicos e privados que compõem os conjuntos arquitetônicos das cidades históricas dando lugar ao surgimento de novas atividades comerciais e de serviços. Decerto, Cachoeira foi uma das cidades brasileiras, dentre as 26 beneficiadas, das que mais receberam recursos. Dentre as obras do Monumenta em Cachoeira, destacam-se nesta pesquisa: Imóveis privados que foram recuperados para serem utilizados tanto para serem residências quanto realizarem atividades

¹ O Monumenta é uma política pública que assume características de um programa estratégico do Ministério da Cultura em parceria com o BID. Seu conceito consiste em aliar a recuperação e preservação do patrimônio histórico com o desenvolvimento econômico e social.

comerciais, Os imóveis coletivos, o Cineteatro Cachoeirano (antigo Cineteatro Glória) planejado para atender a eventos culturais, principalmente nas áreas de cinema, teatro, dança e música e o Quarteirão Leite Alves, preparado para sediar o Centro de Artes Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, entre outros que totalizam 80 imóveis públicos e privados considerados monumentos, tombados pelo IPHAN.

METODOLOGIA

Além das motivações pessoais e das perspectivas teóricas desta pesquisa, a realização desta investigação justificou-se, também, pela contribuição da inserção dos estudos culturais às discussões no campo da Sociologia, das Ciências Políticas e da Economia. Destarte, as observações dos fatos acima mencionados levaram este pesquisador a ter como ponto de partida a seguinte questão de pesquisa: As políticas de preservação do patrimônio cultural, mais especificamente a recuperação e reutilização estratégica de imóveis tombados em estado de deterioração, executadas durante o período de 2002-2016, influenciaram positivamente no desenvolvimento local de Cachoeira?

Deste questionamento é possível inferir a hipótese de que as intervenções que visaram à preservação sustentável dos imóveis considerados patrimônio culturais em Cachoeira podem ter corroborado para impactar de maneira positiva na realidade socioeconômica daquela população, atentando para os esforços do Governo Federal e Estadual da época em possibilitar melhores condições de vida para os Cachoeiranos, através da interface da política de preservação do patrimônio com outras políticas de desenvolvimento.

Diante do que foi exposto, o objetivo geral deste estudo consiste em abordar os desdobramentos das intervenções voltadas para a restauração e uso estratégico de imóveis tombados pelo IPHAN na realidade socioeconômica da população de Cachoeira-BA, considerando o período entre 2002-2016.

Os objetivos específicos propostos que seguem o objetivo geral são estes: a) analisar o papel das políticas de preservação do patrimônio cultural nas discussões sobre o desenvolvimento local; b) identificar os desdobramentos que as ações de recuperação e uso de imóveis tombados produziram na dinâmica econômica e social de Cachoeira; c) verificar de que maneira a população de Cachoeira participou das discussões sobre o uso dos imóveis

recuperados e de que maneira foram beneficiados. d) Abordar as perspectivas da população local concernentes ao desenvolvimento local, por meio das ações de reforma e recuperação dos imóveis tombados em sua articulação com outras políticas públicas de desenvolvimento.

Com a finalidade de realizar uma investigação científica concernente à elucidação do questionamento suscitado, foram delineados procedimentos metodológicos adequados para alcançar os objetivos propostos. Assim sendo, este estudo assume características de uma pesquisa exploratória, mais especificamente um estudo de caso, pelos motivos que passa a expor. Por reconhecer como ponto de partida a necessidade do estudo de fontes bibliográficas, tratando-se de uma etapa fundamental para a definição do referencial conceitual-analítico, com vistas ao amadurecimento das discussões e o conhecimento das teorias com as quais os fatos observados poderão ser articulados. Para tanto, foram consultados livros e artigos disponíveis no portal de periódicos do governo brasileiro.

Os pressupostos apresentados pelos teóricos vistos nesta seção trazem contribuições significativas a esta etapa metodológica, especialmente as indicações do método empregado por Greffe (2014), Os conceitos de cultura e patrimônio cultural são vistos em Ortiz (2008), Choay (2001), Lefebvre (2008) e Hartog (2006). Hesmondhalg (2005), Coelho (1997), Botelho (2001) e Barbalho (2005) dissertam sobre a preservação do patrimônio enquanto política pública. Outros autores como Benhamou (2007, 2016), Thorsby (2001), Gasper (2006), Canclini (2001) e Tolila (2007) realizaram um estudo sobre a influência do campo cultural no desenvolvimento local. Alvez (2012), Barbalho (2010), Calabre (2007), Castriota (2009), Porto (2009), Rubin (2007, 2009, 2010), Simão (2006) e Valiati e Florissi (2007) aprofundam a discussão no âmbito das políticas culturais no Brasil; Canedo (2011), Carvalho (2001), Costa Pinto (1986), Dowbor (2007), Fernandes (2006), Frey (2001), Furtado (2000), Barqueiro (2001), Boisier (1999), Souza (2005) Oliveira (2002) e Sen (2001) dão contribuições importantes às discussões sobre desenvolvimento humano. Diogo (2009), Bonduki (2010), Castro (2009) e Rodrigues (2010) abordam a questão das intervenções do Programa Monumenta para a preservação do patrimônio cultural em Cachoeira.

Para a pesquisa de dados em documentos institucionais, tais como editais, relatórios, decretos referentes às políticas culturais implementadas em Cachoeira, foram empreendidas visitas para análise de documentos na casa do patrimônio que sedia o IPHAN em Cachoeira, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); no IPAC; no Arquivo Público da Bahia; no escritório dos órgãos de preservação, bem como à sede da Unidade Executora de

Projetos (UEP) do Programa Monumenta que atuou em Cachoeira, na Secretaria Municipal de Planejamento e Cultura e Turismo de Cachoeira; Na Caixa Econômica Federal, bem como em ambientes virtuais de órgãos governamentais destinados à cultura. Embora haja registros de tombamentos em edificações localizadas em distritos e na zona rural, é, todavia, na zona urbana do município onde foram percebidas as intervenções do Monumenta, com vistas à preservação e uso estratégico dos imóveis tombados, confirmando, desta forma, a delimitação da zona urbana como o *locus* desta pesquisa, recorrendo, por conseguinte, às técnicas de estudos de caso e de análise sócio-históricas, que se constituem como métodos de abordagem investigativa comuns em Ciências Sociais. De acordo com Gil (2004), o estudo de caso é reconhecido pelo aprofundamento analítico do objeto de modo que viabilize seu amplo e detalhado conhecimento. Para fazer uma investigação consistente do fenômeno e seu contexto de realidade é necessário se ater para várias fontes que tragam evidências da situação analisada.

Alguns trâmites institucionais e burocráticos, no entanto, tornaram o acesso a certos documentos mais difíceis. Para compensar esses entraves, recorreu-se a acervos particulares de agentes culturais e dos proprietários dos imóveis recuperados, e às fontes orais, através de entrevistas com aqueles atores sociais a quem interessavam e se direcionaram direta ou indiretamente as intervenções analisadas nesta pesquisa.

Considerando ainda a complexidade do objeto em análise que é permeado por contradições entre os dados quantitativos e o modo como estes se repercutem na realidade da população em estudo, a perspectiva metodológica quanti-qualitativa é aqui adotada, à luz da compreensão que os moradores tiveram dos números apresentados, tendo em vista que, os dados quantitativos concernentes a desenvolvimento local só tem sentido quando aliados a uma análise qualitativa, seguindo o pensamento de (VÍCTORA, KNAUTH E HASSEM, 2000) a respeito do que é inferido através dos números e das palavras.

O levantamento dos dados primários obtidos para a análise da dimensão social e econômica foi realizado através da aplicação de questionários físicos e entrevistas semiestruturadas com pessoas que integram o Conselho Municipal de Políticas Culturais e gestores públicos para os quais foram elaboradas algumas questões que serviram de roteiro para o tema estudado, por meio das quais as percepções dos grupos sociais concernentes ao processo de desenvolvimento local de Cachoeira puderam ser exploradas e abordadas quanti-qualitativamente. Desta forma, foram aplicados 80 (oitenta) questionários no núcleo urbano de Cachoeira, pretendendo levantar dados referentes ao problema e hipótese da

presente pesquisa. Esses questionários visaram a apreender a opinião dos donos de edificações selecionadas pelo IPHAN/IPAC que receberam recursos para a recuperação de seus imóveis; bem como dos que foram beneficiados de forma indireta no processo de recuperação de edifícios coletivos, públicos e privados. Ademais, foi incluída nessa amostra uma parcela significativa da população que reside no entorno do centro histórico. Foram realizadas entrevistas com Conselheiros Municipais de Políticas Culturais que acompanharam a execução do programa em Cachoeira. Os dados obtidos dialogam com as seguintes questões: I. Opinião dos moradores quanto às melhorias a partir das intervenções do Monumenta; II. Nível de satisfação dos moradores beneficiados ou não quanto à sua relação com os órgãos de proteção do patrimônio; III. Nível de satisfação da população quanto aos resultados do Monumenta; IV geração de emprego; V) acesso à educação e oportunidade de qualificações, visto serem estas variáveis que desempenham um papel importante e que correspondem ao argumento de que tanto o valor de existência, quanto o valor de uso do patrimônio cultural contribui para o crescimento dos indicadores de desenvolvimento socioeconômico.

Assim, preliminarmente, serão identificados os diferentes indicadores dos valores possíveis do patrimônio; em segundo lugar, veremos como os imóveis reformados podem contribuir com o processo de desenvolvimento, para isso, a leitura dos documentos institucionais tem sido importante por trazerem de maneira mais propositiva os objetivos das políticas idealizadas e executadas pelo Estado no setor cultural no tocante a sua conservação, de maneira integrada com as esferas governamentais em parceria com a sociedade civil.

Em suma, as escolhas metodológicas desta pesquisa implicam três etapas. Na primeira, foi feita a revisão bibliográfica dos assuntos referentes ao tema e sua problematização, visando à fundamentação teórica. Na segunda, a realização da pesquisa de campo através de aplicação de instrumentos de coleta de dados, tais como questionários e entrevistas para a obtenção de dados primários e as pesquisas documentais com visitas às instituições para a obtenção de dados secundários. Na terceira e derradeira, houve o tratamento dos dados obtidos, por meio da utilização de softwares como Excel e SPSS para a análise crítica e descritiva da hipótese levantada.

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos com suas respectivas seções nas quais são tratadas as postulações da bibliografia estudada em analogia à problematização da presente pesquisa. O primeiro capítulo destina-se à apresentação da idéia central da investigação, a partir das seguintes observações: A relevância do patrimônio cultural nas

discussões sobre desenvolvimento local. Fluidez dos conceitos de Patrimônio cultural. A Economia do Patrimônio Cultural. Conceitos de desenvolvimento local. A contribuição da política de patrimônio cultural para o processo de desenvolvimento local em Cachoeira. Os Programas de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano.

Seguindo as discussões deste primeiro capítulo, no segundo capítulo são apresentadas as seguintes discussões, baseadas em Rubim (2009, 2010): As políticas públicas de cultura adotadas pelo Estado brasileiro; A história das políticas culturais no Brasil, desde a era Vargas, na década de 1930, passando o período autoritário dos anos 1970; as consequências do neoliberalismo no campo cultural abarcando os anos de 1990 até 2002; e as políticas culturais no período que corresponde ao governo de Lula e Dilma. As Políticas culturais na Bahia.

No terceiro capítulo são abordadas as seguintes discussões: A experiência da preservação do patrimônio como política de desenvolvimento em Cachoeira. Análise do programa Monumenta em sua atuação em Cachoeira. Análise da atuação dos órgãos destinados a preservação do patrimônio e sua relação da população cachoeirana com os Institutos de preservação. Intervenções voltadas para a reutilização de imóveis públicos e privados antes em estado de deterioração e seus desdobramentos na dinâmica da cidade. Análise dos documentos que nortearam o processo de recuperação dos imóveis..

No quarto capítulo, apresenta-se a participação dos cachoeiranos nas discussões sobre o uso dos imóveis recuperados, a maneira como essa população foi beneficiada, bem como as percepções dessa população concernentes as alterações dos indicadores que apontam para um possível processo de desenvolvimento local, tais como o IDHM Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios, que considera aspectos como renda, escolaridade e longevidade que caracterizam o “bem-estar” e o Índice de Gini, apontando também as condições dos moradores dos bairros não contemplados pelo Programa Monumenta, aspectos como: escolaridade, renda, situação de moradia e infraestrutura urbana.

Os resultados da pesquisa de campo, análise e interpretação dos dados coletados e sua contextualização com a hipótese levantada. A análise dos resultados da pesquisa procura evidenciar como as alterações nos indicadores de desenvolvimento local são compreendidas por parte da população. Assim, através dessa aproximação, será possível apresentar um olhar sobre o processo de desenvolvimento local e as atuais condições de vida em Cachoeira, evidenciando qual parte da população foi beneficiada e os que não foram contemplados pela política de preservação do patrimônio cultural, e, conseqüentemente, que não participou do

processo de desenvolvimento local, abarcando tanto as contradições quanto as perspectivas que permearam os fatos observados nesta pesquisa.

2. PATRIMÔNIO CULTURAL: POLÍTICA PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO.

Este capítulo apresenta a ideia central da presente pesquisa: a importância da preservação do patrimônio cultural para o desenvolvimento local de Cachoeira-Ba. Com base nas discussões que abarcam a Fluidez dos conceitos de Patrimônio cultural, da revisão bibliográfica em torno da Economia do Patrimônio Cultural e da delimitação conceitual de desenvolvimento local, através da abordagem dessas categorias conceituais é possível compreender a maneira pela qual a recuperação de imóveis tombados, públicos, coletivos e privados de Cachoeira em interface com outras políticas contribuiu para o processo de desenvolvimento local em Cachoeira.

2.1. A fluidez do conceito de patrimônio cultural

Para fins de contextualização da abordagem teórico-conceitual desta pesquisa, se faz necessário compreender alguns conceitos atinentes ao patrimônio cultural. Para começar, convém ressaltar que o termo é análogo ao conceito de patrimônio histórico². Sendo ainda conveniente mencionar, a despeito dos posicionamentos críticos, que o conceito de patrimônio histórico-cultural adotado pelo Estado brasileiro está definido no Decreto Lei nº 25 de 1937, art.1, segundo o qual:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937).

Isto posto, a presente pesquisa considera, ainda, a caracterização do Patrimônio Cultural adotado pelo Estado brasileiro, conforme a sua Constituição, aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte em 22 de setembro de 1988 e promulgada em 5 de outubro de 1988:

² Título dado a um bem móvel, imóvel ou natural, que, reconhecidamente, possua valor histórico inestimável para a memória de um país, uma sociedade, um povoado ou uma região.

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988, p. 165).

Partindo desta definição oficial, o patrimônio cultural é entendido como um conjunto de bens materiais e imateriais (tangíveis e intangíveis) que carregam em si a representação da cultura e identidade de um grupo ou de uma sociedade. Esse entendimento, no entanto, remete este pesquisador à necessidade de compreender o significado do termo cultura que, por sua vez, é amplamente discutido nos diversos campos do saber acadêmico e até no senso comum. Para efeito de seleção, toma-se como referência o conceito de cultura no âmbito da sociologia. Para Ortiz (2008)

[...] A esfera da cultura é um domínio dos símbolos, e sabemos, o símbolo tem a capacidade de apreender e relacionar as coisas. Neste sentido, o homem é um animal simbólico, e a linguagem uma das ferramentas imprescindíveis que define sua humanidade. Não existe, portanto, sociedade sem cultura, da mesma maneira que linguagem e sociedade são interdependentes. Os universos simbólicos “nomeiam” as coisas, relacionam as pessoas, constituem-se em visões de mundo. (ORTIZ, 2008, p. 122)

Com efeito, as discussões sociológicas concernentes à definição de cultura se aproximam do conceito adotado pelo Estado brasileiro, porquanto, apresentam-na como um produto simbólico das ações humanas, de modo consciente ou não, com vistas às suas realizações sociais. A cultura, nessa perspectiva sociológica é caracterizada ainda por não ser hierarquizada, uma vez que, todos os homens tem cultura, diferente entre si, mas não superior ou inferior, melhor ou pior.

Este conceito sociológico da cultura, quando aliado à centralidade desta discussão, corrobora para o entendimento de teóricos contemporâneos e seus respectivos posicionamentos sobre o patrimônio cultural, algumas visões, auxiliam na compreensão das razões pelas quais as edificações históricas são consideradas um patrimônio cultural; ao passo que outros estudiosos apresentam um contraponto às definições clássicas.

As contribuições de Françoise Choay (2006) e Xerardo Pereiro (2006) são teóricas reconhecidamente importantes a epistemologia do Patrimônio Cultural. Os dois autores analisam inicialmente a palavra “patrimônio” isoladamente, fazendo referência à raiz etimológica que associava o termo às “estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável” (CHOAY, 2006, p. 11). Em ideia análoga, o autor galego aponta que o patrimônio cultural tem um sentido propenso para a coletividade, o público, ao passo que o conceito de patrimônio tem uma conotação de restrição ao que é familiar, propendendo ao aspecto privado e particular.

O “património” é uma noção que define todos os recursos que se herdam, bens mobiliários e imobiliários, capitais, etc. O objectivo do património é garantir a sobrevivência dos grupos sociais e também interligar umas gerações com as outras (...) Desde este ponto de vista, tem-se em conta que o património, enquanto legado, pode ser acumulado, perdido ou transformado de uma geração a outra. (PEREIRO, 2006, p. 2)

Quando a discussão se amplia para a conceituação do patrimônio histórico, que é sinônimo ao conceito de patrimônio cultural, a historiadora francesa traz ponderações concernentes às mudanças semânticas sofridas pelo termo ao longo do tempo:

Entre os bens incomensuráveis e heterogêneos do patrimônio histórico, escolho como categoria exemplar aquele que se relaciona mais diretamente com a vida de todos, o patrimônio histórico, representado pelas edificações. Em outros tempos falaríamos de monumentos históricos, mas as duas expressões não são sinônimas. A partir da década de 1960, os monumentos históricos já não representam senão parte de uma herança que não para de crescer com a inclusão de novos tipos de bens e com o alargamento do quadro cronológico e das áreas geográficas no interior das quais esses bens se inscrevem. (CHOAY, 2006, p. 12).

A designação da expressão patrimônio histórico adquiriu múltiplos significados, consoante os termos que a qualifica. As noções existentes são, muitas vezes, rasas e não menos contraditórias. As ações inspiradas no senso comum viriam sugerir desuso dos imóveis preservados ou tombados, circunstância que mais depressa levaria qualquer edificação a um processo de arruinamento. Essa discussão será retomada no capítulo que tratará sobre as políticas de preservação do patrimônio cultural. Neste momento, convém focar nos conceitos pertinentes ao patrimônio cultural.

O patrimônio cultural é também visto como uma fonte de conteúdos experimentados por uma comunidade, onde se reflete a vivência dessas pessoas. Esta fonte é explicada

através do legado de memória, que transcende gerações pela via material como também pela imaterial, que classifica o patrimônio cultural não apenas como um transmissor de memórias, como também projetando-as para o futuro, permitindo conferir futuro ao passado, fruto da interação humana entre tempo, espaço e matéria.

Devemos ver o habitar como uma função inerente a toda sociedade, a todo organismo social: mas a esta função prática se acrescenta em seguida uma função significante. Os bens móveis e bens imóveis que constituem o habitar envolvem e significam as relações sociais. (LEFEBVRE, 2008 , p.176)

François Hartog, historiador francês, contrapondo-se ao conceito de patrimônio histórico engessado pela questão da temporalidade, assim se pronuncia:

Nesta nova configuração, o patrimônio se encontra ligado ao território e à memória, que operam um e outro como vetores da identidade: a palavra-chave dos anos 1980.(...) Nesta acepção, o patrimônio define menos o que se possui, o que se tem e se circunscreve mais ao que somos, sem sabê-lo, ou mesmo sem ter podido saber. O patrimônio se apresenta então como um convite à anamnese coletiva. (...) O patrimônio é um recurso para o tempo de crise. Se há assim momentos do patrimônio, seria ilusório nos fixarmos sobre uma acepção única do termo. (HARTOG, 2006, p. 266, 272).

Todas essas abordagens podem ser vistas como fazendo parte de um esforço que culmina na perspectiva sócio antropológica de que o patrimônio transmite a ideia do seu funcionamento como um mecanismo identitário, traduzindo a sua materialidade memorial em imaterialidade e vice-versa, que, por sua vez, reflete essa mesma comunidade. É nesta linguagem que se processa e se transmite a identificação de uma coletividade, por possuir algo que transcende as limitações do tempo, o espaço e que persistente ao longo da história. O patrimônio histórico é, conforme Choay (2006) a própria materialização da identidade de um grupo, remete ao passado; tem, por conseguinte, a pretensão de ser o memorial de acontecimentos mais importantes; daí a aproximação com a ideia de memória social através da qual se legitima a identidade de um grupo.

A questão da identificação de uma coletividade com o “seu” patrimônio cultural pode ser melhor compreendida, seguindo as ideias apresentadas por Ortiz (2008), apontadas em parágrafo precedente, às quais se referem à integração do indivíduo frente à construção de um significado para a sua existência, sendo essa construção perpassada por meio de

símbolos, que permitem integrar diversos elementos. Nesta perspectiva, os signos que se fazem presentes no campo cultural podem ser compreendidos quando vistos em operações que representam uma espécie de enquadramento de um sistema simbólico. Essa concepção amplificou as postulações baseadas na sociologia dos sistemas simbólicos de Bourdieu (1992). Para o sociólogo francês, existem condicionantes materiais e simbólicos que agem sobre os indivíduos e sobre a sociedade, através de uma complexa relação de interdependência. Seguindo este entendimento, até mesmo a identificação de uma coletividade com o patrimônio pode estar relacionada à articulação de sentidos que esses aspectos podem assumir em cada momento histórico.

No instante em que se constitui uma possibilidade de valoração e uso mercantilista dos bens culturais, eles se transformam em mercadorias. Assim, ao estudar o patrimônio cultural como mercadoria e não apenas no seu campo simbólico, verifica-se que o patrimônio cultural pode ser visto como propriedade comum: o que define, portanto é a maneira como são usufruídas na sociedade. As mercadorias carregam o valor econômico, os bens simbólicos consistem em valores identitários de uma coletividade.

O patrimônio cultural visto nestas duas perspectivas, e em outras concepções contemporâneas citadas, corrobora para um processo de desenvolvimento nos aspectos endógeno e humano. Ainda que este processo seja perpassado por tensões em que se encontram os bens culturais: de um lado têm a função representativa da cultura e do patrimônio cultural, e de outro, representam objetos em que são conferidos valores, tornando-se mercadorias para serem comercializadas.

Em síntese, o patrimônio cultural analisado nesta pesquisa é pensado enquanto objeto possuidor de representação para a formação e construção de identidade da população cachoeirana, permitindo, considerar que a preservação do patrimônio cultural desempenha um papel significativo no processo de elaboração e consolidação deste sentimento de pertença, à medida que influencia diretamente a percepção do indivíduo neste espaço que passa a se enxergar enquanto grupo, além de permitir uma representação valorativa e funcional do patrimônio cultural.

2.2. A preservação do patrimônio cultural como política pública

O tema do patrimônio cultural tem encontrado também importantes espaços na agenda contemporânea da teoria política, sendo possível identificar conceitos e categorizações diversas neste campo da sociologia. A importância da teoria política para o

campo do patrimônio reside no destaque que se dá ao que é relevante no contexto das ações planejadas do Estado, no momento em que passa a utilizar a preservação do patrimônio como intervenção voltada para o desenvolvimento das pessoas no local em que vivem. Mesmo sabendo que a noção de relevância não é idêntica para todos os teóricos, visto que na própria epistemologia o conhecimento humano é relativo a um momento histórico, a um contexto ou a um conjunto de circunstâncias. No entanto, as várias alternativas teóricas apresentadas nos parágrafos subsequentes são muito mais do que meras opiniões, são diálogos particulares com um mesmo interlocutor – a realidade objetiva do patrimônio cultural como política pública.

As deliberações da Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas (UNESCO) contribuíram para entender outra nuance analítica-conceitual da cultura como um conjunto de decisões decorrentes de planos, metas e ações governamentais, seja a nível global, nacional, territorial ou local, concernentes às resoluções de problemas de interesse da sociedade, destinadas a cultura. O Estado e a cultura apresenta uma relação histórica, entretanto a elaboração de políticas para o setor, ou seja, a preocupação na preparação e realização de ações de maior alcance, com um caráter perene, data do século XX. O estudo de tais políticas também é um objeto de interesse recente. Sobre as décadas de 1930 e 1940 existe um número razoável de trabalhos que tratam da ação do estado sobre a cultura. É importante ressaltar que na maioria dos casos as ações não eram necessariamente tratadas como políticas culturais.

A política cultural como uma intervenção organizada e de iniciativa do Estado é algo que aparece no período pós-guerra, por volta da década de 1950. No entanto, somente a partir da década de 1980, as políticas culturais se tornaram objeto de diversas investigações acadêmicas. Analisadas em diversos periódicos específicos, e discutidas em diversas obras de referência, essa categoria de política pública tem se articulado em torno de um campo de pesquisa próprio, que reúne diversos estudos e diferentes abordagens sobre a temática.

Embora se trate de um campo de investigação relevante, ainda não há um entendimento compartilhado do que se pode definir, nem quais são as modalidades da política cultural. A epistemologia que se propõe a tratar sobre a delimitação e elaboração de conceitos, objetos de estudo e métodos de pesquisa neste campo do saber é reconhecidamente recente e, por conseguinte apresenta limitações, não obstante, na última década o interesse sobre o tema aumentou consideravelmente. É notório que há uma ausência de obras na literatura que sistematizem o conjunto dessas políticas na diversidade

de suas finalidades, conceitos pertinentes à cultura e mecanismos de intervenção e gerenciamento sob orientações do Estado. Segundo afirma David Hesmondhalgh, “muitos poucos trabalhos no campo das políticas culturais e dos meios de comunicação se incluem numa teoria da política pública de maneira mais geral.” (HESMONDHALGH, 2005, p. 97). Apesar disso há uma busca pela sistematização do conjunto das políticas culturais. Discutir essa iniciativa é relevante para a análise sobre as questões atinentes aos fenômenos que corroboram para um processo de desenvolvimento local.

As tentativas de categorizar as políticas culturais se valem de duas abordagens distintas: as que concernem às ideologias estatais e as que são classificadas através das especificidades dos objetivos da respectiva política pública. Esses pontos de vista, de certa forma, chamam atenção para aspectos distintos do objeto: o primeiro destaca a dimensão política enquanto campo de discussão e o outro enfatiza a dimensão de política pública enquanto ações concretas do Estado, reproduzindo a diferenciação clássica entre *politics* e *policy*.

Essa distinção conceitual é bastante difundida na literatura latino-americana, especialmente, a partir dos anos 1980. Uma das referências é vista em Canclini (1987), no qual são evidenciados os diversos paradigmas políticos da ação cultural historicamente presentes no contexto latino-americano, trazendo distinções entre políticas de democratização cultural e de democracia participativa. Uma das tipologias vistas nessa discussão se refere à difusão e conseqüente popularização da “alta cultura”, A intenção era promover o acesso igualitário aos bens culturais. Canclini completa esse pensamento, quando diz: “Como não há só uma cultura legítima, a política cultural não deve dedicar-se a difundir só a hegemônica, mas a promover o desenvolvimento de todas [...]” (CANCLINI, 1987, p. 50). Em outro momento, Canclini (2001) define a política cultural como um conjunto de intervenções feitas pelo Estado, pelas instituições civis com o objetivo de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazendo as necessidades culturais da população e sendo consensual na busca de um tipo de ordem ou transformação social.

Seguindo essa perspectiva de Canclini, ao pensar a política pública de cultura como um conjunto ordenado e coerente de preceitos e objetivos que orientam linhas de ações públicas mais imediatas no campo da cultura, a presente pesquisa assume a ideia de que a política de preservação do patrimônio cultural integra uma rede de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento territorial e local. Em confluência com outras políticas públicas que visam melhorias nas condições de vida tais como habitação, educação, geração

de emprego. A articulação e os meios de que dispõe o Estado na junção de esforços com a sociedade civil é uma ferramenta para enfrentar as carências de infraestrutura nas grandes cidades. O conjunto dessas políticas públicas implementadas de maneira síncrona é relevante para uma revitalização da vida econômica, social e cultural das grandes cidades.

Ao adotar esta linha de pensamento, a pesquisa também se aproxima das formas basilares de pensar as políticas culturais apresentadas por Coelho (2004), concernente às políticas de dirigismo cultural que são levadas à prática. Na sequência do livro, o mesmo autor apresenta outras formas básicas pelas quais as políticas culturais são ideologicamente difundidas, as quais dizem respeito às políticas de liberalismo cultural pelas quais não são defendidos paradigmas singulares de representação simbólica, sem que seja, necessariamente, obrigação do Estado a promoção e a oferta da cultura. A terceira aponta para as políticas de democratização da cultura pelas quais são criadas condições de acesso igualitário à cultura para todos, seja de forma individual ou coletiva, sem que modelos sejam privilegiados ou determinados previamente, tendo no Estado e nas suas instituições culturais públicas e privadas, bem como seus principais agentes os incentivadores quanto à participação popular no processo. Não obstante, Barbalho (2005) se contrapõe à ideia de Coelho (2004) argumentando que as políticas culturais apenas perpassam o viés científico, sem que sejam elas mesmas uma ciência em particular.

Botelho (2001) disserta sobre as dimensões antropológicas e sociológicas do termo cultura no campo da política pública reconhecendo que, ainda que essas duas dimensões sejam de igual importância, do ponto de vista de uma política pública, exigem estratégias diferentes. Dadas suas características estruturais, devem ser objeto de uma responsabilidade compartilhada dentro do aparato governamental em seu conjunto.

A delimitação entre uma e outra dimensão é pertinente, pois tem determinado o tipo de investimento governamental em diversos países, alguns trabalhando com um conceito abrangente de cultura e outros delimitando o universo específico das artes como objeto de sua atuação. Na dimensão antropológica, a cultura é concebida no escopo da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas. Desta forma, cada indivíduo ergue à sua volta, e em função de determinações de tipo diverso, pequenos mundos de sentido que lhe permitem uma relativa estabilidade. Para que a cultura, tomada nessa dimensão antropológica, seja atingida por uma política, é preciso que, fundamentalmente, haja uma reorganização das estruturas sociais e uma distribuição de recursos econômicos.

Enquanto que, do ponto de vista sociológico a cultura não se constitui no plano do cotidiano do indivíduo, mas sim em âmbito especializado, experimentada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão. Para que essa intenção se realize, ela depende de um conjunto de fatores que propiciem, ao indivíduo, condições de desenvolvimento e de aperfeiçoamento de seus talentos, da mesma forma que depende de canais que lhe permitam expressá-los. Em outras palavras, a dimensão sociológica da cultura refere-se a um conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas, econômicas e sociais, tendo, portanto, visibilidade em si própria.

2.3. Contribuições da preservação do patrimônio cultural para o desenvolvimento local.

Há uma ampla literatura disponível que aborda a questão do desenvolvimento a partir de desdobramentos das políticas públicas voltadas para o setor cultural, através de pesquisas, teorias e modelos que são difundidos em diversos campos do conhecimento, tais como Sociologia, Ciência Política, Economia, Geografia, História, onde se apresentam, inclusive suas variadas referências e escalas territoriais, sejam elas continental, nacional, regional ou local. Essas abordagens evidenciam a relevância das políticas de preservação do patrimônio cultural nas discussões sobre desenvolvimento local. De acordo com Des Gasper:

A problemática da cultura e desenvolvimento tipicamente se desdobra geralmente em três abordagens: (1) surge a partir de uma concepção de cultura como um conjunto relativamente fixo e homogêneo de programas mentais (categorias, estruturas, imagens, valores, normas) compartilhados por membros de uma população; (2) abrange uma preocupação instrumental com o quanto essas culturas impedem ou promovem o "desenvolvimento", amplamente concebido como crescimento econômico; e (3) envolvem olhares estranhos para outro grupo e que buscam explicações relativamente simples para o sucesso ou fracasso no desenvolvimento percebido. (GASPER,2006, p.96, tradução nossa)

A segunda categorização proposta por Gasper (2006) se aproxima muito das discussões contemporâneas sobre a contribuição das políticas culturais nos processos de desenvolvimento local, as quais remetem frequentemente às concepções econômicas e sociais e nessa perspectiva, são recorrentes as ponderações sobre a “economia da cultura” nessas abordagens.

No cenário internacional a discussão sobre a relevância do campo cultural no campo político e econômico se amplia em terrenos férteis. Para efeito de exemplificação, em 2001,

o Canadá lidera a formação e presta todo apoio à Rede Internacional sobre Política Cultural (RIPC), que reúne mais de 60 ministros da cultura e inscreve nos seus documentos a demanda por tal instrumento normativo. Especialmente importante para o reforço do enlace entre cultura e desenvolvimento, este instrumento é o culminar de um processo de acumulação construído ao longo de mais de duas décadas pelo campo da cultura sob a liderança da Unesco. Neste percurso, um marco digno de realce é a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais Mondiacult, organizada pela Unesco em 1982 na Cidade do México. Neste encontro são apresentadas formulações de um conceito ampliado de cultura, chamando a atenção para o fato de ser a cultura uma base indispensável para o desenvolvimento sustentável e são esboçados, pela primeira vez, os contornos de uma noção de política cultural fundada no reconhecimento da diversidade cultural.

No final da década de 1980, na mesma proposta da Conferencia Mundial sobre Las Políticas Culturales (Mondiacult), a Organização das Nações Unidas (ONU) lança a Década Mundial do Desenvolvimento Cultural (1988-1997) e, simultaneamente, a Unesco cria a Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. Desta comissão foi constituída agregando intelectuais reconhecidos internacionalmente, entre eles Claude Lévi-Strauss e Celso Furtado. Em 1996, o trabalho realizado por esta Comissão dá origem ao relatório intitulado Nossa Diversidade Criadora que reafirma as teses aprovadas pela Mondiacult e formula uma agenda internacional dedicada a mobilizar a comunidade internacional para o enfrentamento dos desafios envolvendo a conjunção cultura e desenvolvimento. Em 1998 a Unesco realiza, em Estocolmo, a Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento que propõe um plano de ação dedicado ao reforço do papel das políticas culturais nas estratégias de desenvolvimento, afirmando a necessidade de proteção e promoção da diversidade das culturas.

Nos anos citados foi evidenciado o elo entre a cultura e o desenvolvimento, onde ficaram esboçados os princípios para políticas culturais fundadas no reconhecimento da diversidade entre os grupos humanos. David Throsby (2001) reconhece a importância da cultura para o desenvolvimento econômico uma vez que a maneira pela qual um grupo social se comporta está diretamente relacionada ao conjunto de valores e fatores culturais que se fazem representar nessa sociedade. Portanto, os efeitos da cultura sobre o comportamento individual ou do grupo se refletirá nos resultados coletivos ou das noções em termos sociais e econômicos:

[...] a escala agregada, podríamos observar la influencia de la cultura em los resultados macroeconómicos medidos según indicadores de eficacia como la tasa de crecimiento del PIB per cápita, las tasas de cambio tecnológico, los niveles de empleo, los índices e direcciones del cambio estructural, etc., y según los indicadores de equidad tales como los patrones de distribución de la renta, los programas de bienestar social (especialmente el cuidado de los ancianos e los enfermos), la oferta de servicios comunitarios y la voluntad de establecer programas de inversión pública a largo plazo. (THROSBY, 2001, p. 76.)

Paralela a esta concepção de desenvolvimento, surgiu o conceito de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), difundido pelas Nações Unidas, através das concepções do teórico indiano Amartya Kumar Sen. O conceito de IDH popularizou o conceito de desenvolvimento que é essencialmente voltado às pessoas, e não se limitando estritamente a questão do crescimento econômico, trazendo, assim, para a análise sobre o desenvolvimento aspectos não necessariamente materiais, tais como tradições culturais, bens simbólicos, sustentabilidade, etc. Desenvolvimento é, entre outras definições apresentadas por Sen, a realização das potencialidades do homem, é fornecer insumos para que ele possa dotar-se de instrumentos que o possibilite sentir-se capaz e responsável por intervir na sua própria realidade.

Nos últimos anos, o campo da cultura ganhou ênfase na discussão pública em função do surgimento de noções como desenvolvimento sustentável e com o fortalecimento da dimensão cultural na agenda do desenvolvimento humano. Por um lado, vêm se tornando cada vez mais evidentes os limites do mercado em garantir a toda população o acesso aos produtos e aos modos de produção cultural sem que haja mecanismos públicos de fomento e salvaguarda de determinadas representações populares. Por outro lado, os estudos em economia da cultura se intensificam como resposta a um cenário em que a implementação das diretrizes da política cultural requer a especialização de estratégias, indicadores e monitoramentos.

A base das reflexões da economia da cultura como objeto de estudo remonta para os séculos XVIII e XIX. Em plena era de ascensão do modo de produção capitalista. Economistas clássicos como Adam Smith e David Ricardo acreditavam que, a despeito de sua importância simbólica e social, as artes eram atividades economicamente improdutivas. Todavia, Smith chamava atenção, em sua obra *A riqueza das nações*, para dois critérios de valoração de mercadorias, inversamente proporcionais: o uso e a troca; o economista salientava que as coisas que mais têm valor de uso, como a água, possuem baixo valor de troca, enquanto as que têm alto valor de troca, como os diamantes, possuem baixo valor de

uso. Com essa ideia, Smith abriu caminho para a compreensão posterior do que viria a ser o valor intangível dos bens culturais e para a pesquisa sobre as variáveis do comportamento humano em relação à experiência não utilitarista do consumo.

O teórico Paul Tolila problematizou a distinção entre atividades produtivas e improdutivas ao afirmar que o valor de um bem não pode ser definido por um esquema teórico pré-concebido, mas sim pelo benefício proporcionado àquele que o usufrui e assim o desenvolvimento econômico seria capaz de, no prazo de cem anos, tornar as condições de vida da população oito vezes superiores às daquela época. Nesse cenário, em que as demandas básicas de todos estariam atendidas, seria mais facilmente reconhecível a diferença entre nossas necessidades em duas categorias:

As necessidades que tem um caráter absoluto, nesse sentido em que nós as sentimos seja qual for a situação de nossos semelhantes, e as que têm um caráter relativo, porque nós só as sentimos se a sua satisfação nos alçar acima de nossos semelhantes, nos der o sentimento de lhes sermos superiores. As necessidades que entram na segunda categoria, as que respondem ao desejo de superioridade, podem, com efeito, ser insaciáveis; porque quanto mais se eleva o nível geral, mais elas continuam a crescer. (TOLILA, 2007, p. 27)

Para Tolila, a ideia de que, satisfeitas as necessidades de caráter absoluto, como alimentação, moradia, segurança, o objetivo dos indivíduos seria a busca do prazer proporcionado por atividades capazes de os diferenciar como seres humanos. A relatividade de certas necessidades significa que os parâmetros de valoração de determinadas atividades ou de acesso a bens culturais ou não serão determinados no interior de cada grupo social e determinantes do lugar ou status social de cada indivíduo. Essas ideias encontraram seguidores, décadas depois, a exemplo dos estudos do sociólogo Pierre Bourdieu sobre a distinção conferida pelos grupos sociais às práticas culturais e à produção do gosto.

Entretanto, Apenas na década de 1990 os estudos em economia da cultura efetivamente se consolidaram, como efeito das transformações no panorama político internacional. Nesse período, ganha força a transição do modelo de política econômica do Estado de Bem-Estar Social, caracterizado pela forte presença estatal na produção e no fornecimento de bens e serviços, para o Neoliberalismo, representado pela diminuição da intervenção do Estado na realidade social, também conhecida como doutrina de livre mercado ou “*Estado mínimo*”. No Brasil, esse movimento deixou marcas na área cultural pelo desmonte de instituições públicas que alavancavam a produção cultural, como o

exemplo da Embrafilme. O processo coincide, também, com a criação do mecanismo de incentivo à cultura, que passou a condicionar as práticas do mercado cultural, e com a Lei Rouanet, cujo objetivo central seria estimular o hábito do mecenato no empresariado brasileiro como uma forma de parceria entre as iniciativas pública e privada para a produção de bens e serviços de interesse coletivo.

A cultura tornou-se um objeto próprio das investigações da ciência econômica somente no final da década de 1960, em países anglófonos, porém, gradualmente ganhou força na segunda metade da década de 1990, com atividades a serem potencializadas por políticas públicas de estímulo às indústrias criativas, sobretudo na Austrália e no Reino Unido, Miguez (2011).

No empenho pelo reconhecimento da natureza econômica do setor cultural, muitos economistas buscaram também refletir sobre o que caracterizaria a especificidade dos bens e serviços culturais como mercadorias. Para a economia, uma mercadoria pode ser definida por critérios como qualidade, data e lugar em que a oferta se concretiza. Essa qualidade do bem é o que permite que ele seja objetivamente avaliado a partir dos elementos que o compõem:

A qualidade de um bem se supõe disponível em elementos que podem ser submetidos a medições objetivas. Classicamente, nesse sentido, a qualidade de um bem constitui um duplo indicador: um indicador que permite diferenciar um bem x defeituoso de um bem x da mesma natureza, mas sem defeito dentro de uma escala de qualidade, e um indicador que permite distinguir um bem x de um bem y de natureza diferente. Para que a qualidade do bem possa servir de referência, é preciso necessariamente que suas características sejam objeto de um reconhecimento geral por parte dos indivíduos e, portanto, que elas sejam mensuráveis e hierarquizáveis. De acordo com a economia clássica, desde que uma característica seja mensurável ela preenche as condições para ser universalmente reconhecida por todos. (TOLILA, 2007, p. 28).

Assim sendo, fica entendido que o valor econômico do patrimônio e a sua capacidade de gerar renda, crescimento e desenvolvimento é percebido através dos serviços diretos que são impulsionados ou dos investimentos necessários para a restauração desses monumentos. A economia do patrimônio refere-se às relações de oferta e demanda por patrimônio que são sustentadas por um jogo de forças pouco usual quando se compara com a produção de uma mercadoria tipicamente capitalista.

Na visão de Furtado (1980, p. 26) “a reflexão sobre o desenvolvimento, ao conduzir a uma progressiva aproximação da teoria da acumulação com a teoria da estratificação social e com a teoria do poder, constitui-se em ponto de convergência das distintas ciências sociais”. A definição de desenvolvimento defendida por Furtado não se limita, portanto, ao seu aspecto econômico, pelo contrário, implica em uma totalidade sistêmica composta pelos elementos que compõem a cultura de uma sociedade, propondo discutir a renovação da agenda do desenvolvimento na contemporaneidade. A visão de cultura defendida por Furtado não se restringe às artes, como é comum a determinado pensamento elitista, mas se aproxima de conceitos mais amplos definidos pela Sociologia e pela Antropologia. Cultura seria então a forma como cada sociedade se organiza simbolicamente, portanto, possuiria uma dimensão totalizadora e sistêmica.

Com essa visão sociológica “a cultura influencia a decisão econômica, e por isso o seu peso no desenvolvimento socioeconômico” (VALIATTI E FLORISSI, 2007, p. 16), onde aspectos como a taxa de alfabetismo, acesso à educação técnica e superior, entre outros, fazem parte de um sistema cultural que são refletidos na atividade econômica total de uma sociedade. Essas políticas e programas voltados para o desenvolvimento de cidades, principalmente por órgãos federais, são reflexos da amplitude do conceito de cultura adotado pelo Ministério da Cultura (MINC). Os bens culturais tanto de caráter material, quanto imaterial, até então desamparado no âmbito das políticas de incentivo e proteção, adquiriram valorização governamental durante a gestão de Gilberto Gil e Juca Ferreira a frente do Ministério da Cultura, Rubim (2010).

2.4. O desenvolvimento local na perspectiva endógena, humana e sustentável.

Refletindo sobre o desenvolvimento, são adotadas aqui algumas categorias conceituais para melhor elucidar a hipótese da presente pesquisa. As ideias em torno do conceito de desenvolvimento local abarcam diversos campos do saber que compreendem o desenvolvimento local enquanto um processo endógeno percebido em territórios de menor escala onde os grupos de agentes sociais são capazes de experimentar além do crescimento econômico, a melhoria da qualidade de vida. Nesse sentido, há uma discussão recorrente entre os economistas que diferenciam crescimento econômico e desenvolvimento econômico. Há duas correntes do pensamento econômico sobre o tema: a primeira corrente encara o crescimento como sinônimo de desenvolvimento econômico, já para a segunda o

crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente.

Sem perder essa relação de vista, fica claro que o desenvolvimento, em qualquer uma das concepções, deve resultar do crescimento econômico acompanhado da melhoria na qualidade de vida da população e na preservação e conservação dos recursos naturais. Oliveira (2002) reforça essa ideia ao diferenciar o crescimento do desenvolvimento, indicando que é preciso ver o desenvolvimento enquanto um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e principalmente, humana e social, capaz de potencializar o crescimento de indicadores socioeconômicos com vistas a satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras.

Nessa perspectiva, as políticas que tentam dar conta das demandas dos moradores locais população local, aproveitando seu potencial criativo, tecnológico, cultural, ambiental, econômico e social endógeno, ser uma ferramenta para valorizar a economia local, produzir renda e melhorar as condições de vida da população, numa perspectiva de baixo para cima, com a valorização do território. O desenvolvimento local caracteriza-se, portanto, por ser o fim de iniciativas que tentam atender as necessidades das pessoas, com as possibilidades trazidas pelas políticas voltadas ao bem-estar, a partir da utilização dos próprios recursos em potencial cultural, ambiental, econômico e social endógeno, sendo também uma consequência do crescimento da economia local, gerando divisas, melhorando as condições de vida da população, numa perspectiva participativa, com a valorização do local.

É o resultado da confluência de 3 (três) circunstâncias processuais. Primeiro, depende da dinâmica participativa dos agentes sociais na utilização dos recursos que já se encontram à disposição para seus respectivos usos. Segundo, depende também do alcance do quadro internacional da política econômica e sua influência com o local pesquisado. O terceiro é de cunho mais social, por se referir à capacidade de organização social em transformar as propensões do crescimento econômico em estados de desenvolvimento.

Quanto ao desenvolvimento local, este pode ser aludido como um processo resultante do esforço de uma coletividade que concorre para a melhoria de sua condição socioeconômica, por meio de sua capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da criatividade. Trata-se de um processo social e cultural, e apenas posteriormente econômico. O desenvolvimento, por conseguinte ocorre quando, na sociedade, convergem forças no sentido de serem colocadas em prática políticas de desenvolvimento socioeconômico, e

assim, decorrentes das preocupações e das aspirações dos grupos que são conscientes de suas limitações sociais e se empenham por superá-las. Com esta compreensão, o local deixa de ser contemplado simplesmente como suporte físico das atividades e processos econômicos voltados para o desenvolvimento, as relações entre os agentes sociais são enfatizadas, em suas mobilizações sociais. Vale ainda recorrer ao pensamento de Barquero a respeito do desenvolvimento local:

O processo de crescimento e mudança estrutural que ocorre em razão da transferência de recursos das atividades tradicionais para as modernas, bem como pelo aproveitamento das economias externas e pela introdução de inovações, determinando a elevação do bem-estar da população de uma cidade ou região. Este conceito está baseado na idéia de que localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais, bem como de economias de escala não aproveitadas, que formam seu potencial de desenvolvimento. (BARQUERO, 2001, p. 57).”

O desenvolvimento local é uma estratégia que considera o desenvolvimento de comunidades identificadas geograficamente por seus recursos e potencialidades. Portanto, quando falamos de desenvolvimento local, falamos do desenvolvimento das pessoas e de suas comunidades. Trata-se de criar e favorecer condições para que pessoas e comunidades potencializem suas habilidades, conhecimentos e experiências e possam “aproveitar oportunidades, satisfazer necessidades, resolver problemas e melhorar sua qualidade de vida e de convívio social”.

A ideia central de desenvolvimento é passar de uma determinada situação para outra melhor. A pergunta que decorre desta assertiva é: melhorar o que e para quem? Cabe aqui uma análise que pode servir de fundamento à resposta. Quando é viabilizado com recursos endógenos, isto é; recursos oriundos da própria região, geralmente, o desenvolvimento permite maximizar o potencial das pessoas em suas relações como os bens e serviços locais. Convergindo com as postulações de Amartya Sen, quando este diz que desenvolver é empoderar os indivíduos, ampliar a consciência sobre a sua condição, aumentar a sua capacidade de ação e sua liberdade substantiva. Para o teórico indiano:

As liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais. Além de reconhecer, fundamentalmente, a importância avaliatória da liberdade, precisamos entender a notável relação empírica que vincula umas às outras, liberdades diferentes. [...] Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros. (SEN, 2010, p. 25,26).

Nessa perspectiva, as diferentes liberdades, sejam elas políticas, ou evidenciadas através de oportunidades sociais, facilitam a participação econômica dos indivíduos sendo este um dos fatores aos quais o desenvolvimento está ligado. Isto posto, estas questões empíricas auxiliam a compreensão destes indivíduos não mais como beneficiários pacientes de políticas de desenvolvimento, mas como agentes sociais imbuídos de um processo de desenvolvimento sustentável, no qual é percebida a realização de suas potencialidades por meio de insumos que lhes possibilite sentir-se capaz de intervir em sua realidade. Nesse sentido, o empoderamento, defendido por Sen (2010), significa ter acesso a recursos que permitam aos indivíduos negociarem a sua inserção e participação ativa na sociedade. Celso Furtado também discute o desenvolvimento, segundo ele:

O desenvolvimento se apresenta sob a forma de introdução de combinações mais produtivas dos fatores de produção. Essas novas combinações exigem quase sempre uma oferta de fatores em proporções distintas das que antes prevaleciam. As alterações nas proporções em que entram os fatores nas novas combinações fazem-se na direção de maiores doses de capital por unidade de mão-de-obra ou recursos naturais. (FURTADO, 1979, p. 114-115).

Neste contexto as empresas locais, que são mais comumente pequenas são fortes geradores de empregos em relação ao capital investido quando comparado com as empresas de maior porte. Desenvolvem-se de forma coerente com a cultura local e com o perfil dos recursos humanos locais. A promoção desse tipo de desenvolvimento (endógeno) requer incutir o espírito empreendedor nos cidadãos, isto é; promover o empreendedorismo; viabilizar as; articular os arranjos sócio-produtivos mais adequados; oferecer possibilidades de capacitação locais; auxiliar no acesso ao crédito ou micro-crédito; desenvolver procedimentos como o DLIS (Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável). Interessante ressaltar que a promoção do desenvolvimento endógeno pode criar uma nova dinâmica de desenvolvimento regional, com criação de emprego e renda, mesmo em períodos em que o resto da nação esteja mergulhado na estagnação do desenvolvimento econômico. Pode-se criar ilhas de desenvolvimento.

O desenvolvimento endógeno é construído principalmente, ainda que não exclusivamente, sobre os recursos localmente disponíveis, tais como as potencialidades da cultura local, da força de trabalho, conhecimentos e modelos locais para articular produção e

consumo, etc. Ao contrário da modernização, o desenvolvimento endógeno tem como ponto de referência as características socioculturais, ecológicas e, por que não dizer, econômicas locais como suporte na hora de estabelecer relações. Isto é, o desenvolvimento cobra um re-direcionamento no sentido de qualquer processo de câmbio social. De maneira alguma significa romper relações externas na esperança de evitar simplesmente o desaparecimento de elementos socioculturais e ecológicos vinculados ao lugar. Trata-se de buscar formas de integrar as identidades culturais e os processos globais num esforço para impedir que nos tornemos simples consumidores de modelos culturais elaborados pelos mercados, mas não significa a exacerbação fundamentalista das identidades culturais, nacionais ou locais, como forma de evitar intercâmbios externos na tentativa de evitar ver-nos arrastados pelas mensagens ao mesmo tempo sedutoras e impessoais da sociedade de massas. Então o desenvolvimento endógeno não significa ausência de elementos externos; significa localização do desenvolvimento.

O pressuposto do desenvolvimento sustentável, por sua vez, tem como uma de suas bases ideológicas atender às necessidades da geração atual sem comprometer as necessidades futuras e das gerações futuras. Hoje acredita-se que para o desenvolvimento ser sustentável, ele tem que perdurar e sobrepujar as mais diversas ameaças e dificuldades. Isso só é possível desenvolvendo na comunidade ou no local a capacidade de se auto-criar, de exercer a criatividade para encontrar caminhos novos que assegurem sua sobrevivência, nas dificuldades, ao longo do tempo. A conquista da sustentabilidade é facilitada em um ambiente aonde prevalecem: a flexibilidade, a interdependência, a parceria, a diversidade e a reciclagem, não somente nos fluxos de matéria e energia mas também de culturas, valores, crenças, etc.

Pensar o desenvolvimento sustentável significa pensar um novo conceito de desenvolvimento que articula a dinamização do crescimento econômico com outros fatores humanos e sociais. Como por exemplo: crescimento do capital humano e suas habilidades, conhecimentos e competências das populações; crescimento do capital social ou o conjunto de valores ou normas informais, comuns aos membros de um grupo, que permitem a cooperação entre eles. Neste entendimento, são considerados os aspectos locais, que são potencializados, no sentido do fortalecimento do capital social, pelo qual acontece o desenvolvimento endógeno. O conceito de desenvolvimento endógeno, por sua vez, se refere a um processo de crescimento econômico, que implica necessariamente em uma ampliação continuada da capacidade de agregação de valores que tem como resultado a ampliação do

emprego, do produto e da renda do local. O papel do desenvolvimento endógeno, conforme Barquero:

O desenvolvimento endógeno propõe-se a atender às necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida. [...] o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto. [...] a estratégia de desenvolvimento procura também atuar sobre as dimensões sociais e culturais que afetam o bem-estar da sociedade. (BARQUERO, 2001, p. 39).

Em sua concepção sobre o desenvolvimento local Boisier (1999) defende que se trata de um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos cujas potencialidades contribuem para promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. O desenvolvimento local endógeno, portanto é teorizado, a partir da utilização dos potenciais – econômicos, humanos, naturais e culturais. Uma das questões que se coloca nesta discussão é perceber como a lógica que existe por trás desta proposta de desenvolvimento local pode mudar o caráter das políticas delas derivadas.

Uma vez que o argumento do desenvolvimento local endógeno tem como ponto de origem o reconhecimento da existência de duas possíveis alternativas diante do desafio colocado pela globalização: qual seja adotar uma estratégia de desenvolvimento exógeno, atraindo investimentos externos para regiões periféricas visando uma posterior redistribuição dos recursos investidos, ou adotar uma estratégia de desenvolvimento local. Defendendo o argumento de que a alternativa do desenvolvimento exógeno é uma via limitada, de possibilidades muito reduzidas em virtude das tendências inerentes ao processo de globalização, autores como Barquero (2001) indicam que o “Desenvolvimento Local Endógeno” é a opção mais razoável.

2.5. Aproximações entre o patrimônio cultural e a economia

A Economia do patrimônio cultural refere-se à maneira pela qual os setores ligados à cultura contribuem na dimensão econômica, tanto na geração de renda e emprego, quanto na contribuição para a implementação de outras políticas de desenvolvimento. O surgimento da terminologia da Economia da Cultura reflete uma maior valorização dos segmentos culturais no âmbito das políticas públicas em diversos países. Miguez chama atenção para isso quando diz:

Contudo, ainda que se faça presente em vários domínios da vida social ativando distintas interfaces, é nos enlaces com o campo da economia que de forma mais acentuada a cultura tem vindo a despertar a atenção de estudiosos, de police makers e de organizações e instituições as mais

diversas. Com efeito, a contabilidade do que é chamado de economia da cultura exhibe números que impressionam pela magnitude. No plano global, por exemplo, as estimativas do Banco Mundial apontam para uma participação de, aproximadamente, 7% das atividades econômicas da cultura no PIB mundial e indicam, para os próximos anos, uma taxa média de crescimento deste setor em torno de 10%”. (MIGUEZ, 2011, p.59)

No Brasil, por exemplo, estima-se que a Economia da Cultura represente 2,6% do PIB e cerca de 800 mil empregos formais. Esses indicadores podem ser empiricamente percebidos pela contribuição dos profissionais que atuam no setor, pelos equipamentos culturais, museus e monumentos, nas suas coleções, na produção artística e na cadeia de fornecedores, sem mencionar seus efeitos indiretos sobre o desenvolvimento local, viabilizados pelas atividades turísticas e pelo comércio etc.

Para lembrar as discussões trazidas em tópicos anteriores, a contribuição do setor cultural nas questões econômicas não é exclusiva do Brasil, com efeito, David Throsby afirma que:

[...] em la Conferencia Intergubernamental sobre Políticas para el Desarrollo Cultural, celebrada em Estocolmo em abril de 1998, el primer objetivo político em el que se pusieron de acuerdo los 150 gobiernos representados fue hacer de la política cultural uno de los componentes clave de la estrategia del desarrollo. (THROSBY, 2001, p. 82)

A adoção deste conceito pressupõe adotar a visão da preservação do patrimônio não como um fim em si mesmo, mas atentando ao mesmo tempo para o desenvolvimento gerado a partir da ação de preservação e potenciais socioeconômicos que podem ser gerados nesse processo. Tendo como finalidade, não apenas recuperar o patrimônio, como também estimular e facilitar o usufruto do bem restaurado e promover sua melhor utilização pela sociedade, mas principalmente usá-lo como promotor de maior dinamismo econômico local, tornando-o uma âncora para o desenvolvimento institucional, econômico, turístico e urbano da localidade onde se encontra.

O pensamento econômico ao longo do tempo tem se dedicado muito pouco no que concerne ao campo da cultura, pela forma como se dedica à temática e aos métodos do pensamento econômico quando tinha a cultura como objeto. Geralmente, a Economia da Cultura é dominada por sociólogos, produtores culturais, turismólogos etc. e poucos economistas se dedicam a esta área, sobretudo por se tratar de bens econômicos de valores intangíveis ou imensuráveis. De acordo com Benhamou (2007), a cultura tem sido concebida

como uma “expressão inconsciente” de reivindicação do segmento aristocrático da sociedade, seu prestígio afastava a cultura do interesse do grande público. Conforme Mori:

pensar o patrimônio enquanto recurso não é necessariamente vinculá-lo ao mundo da especulação e dos grandes negócios. É certo que mega-empresendimentos imobiliários urbanísticos e turísticos valem-se dessa tendência e a estimulam; mas é também verdade que programas de geração de renda, de consolidação da cultura pública e de valorização da cidadania nutrem-se e buscam eficácia no fortalecimento do que a população pode fazer, com os recursos de que dispõe e que tradicionalmente acumulou, nos lugares onde vive e em seu próprio modo de vida... Nesse sentido, o patrimônio urbano mostra-se bom para o desenvolvimento sustentável e para a civilidade. (MORI, 2006, p. 57)

2.5.1. Caracterizações do patrimônio sob a ótica econômica

Essa perspectiva das várias características do patrimônio cultural não deve ser vista como uma segregação do que seria a amplitude do patrimônio cultural. O que se busca evidenciar é a sua conexão, o entendimento conjunto das suas dimensões e não a abordagem em separado, de cada uma. A cultura é una, mesmo apresentando variadas manifestações, assim como o patrimônio cultural também o é.

Na visão de Françoise Banhamou (2016) o patrimônio cultural possui algumas características econômicas, delineadas pela socióloga como “bens únicos”; “bens públicos” e “bens geradores de externalidades”. Esses aspectos carregam especificidades pelas quais é possível identificar e atribuir valores ao patrimônio, como se verá nos tópicos subsequentes. Para (BENHAMOU, 2016, p. 29-30)

O patrimônio é basicamente constituído de bens únicos. As administrações encarregadas do patrimônio tendem, entretanto, a integrar aos objetos protegidos bens que não são únicos, mas raros e típicos de alguma época ou categoria. No caso de bens únicos, a não preservação constitui uma perda irreversível, pois só podem ser encontrados substitutos imperfeitos, no melhor dos casos.

Essa unicidade confere ao patrimônio uma atenção especial voltada para sua preservação, ao mesmo tempo em que se articula com outra especificidade que implica um poder de monopólio por parte do detentor da propriedade, uma vez que esse agente passa a definir a utilização daquele imóvel de acordo com seus interesses sem prejuízo do que é imposto pelos regulamentos. Ele define as modalidades de acesso, podendo utilizar políticas de regulação de acesso através de duas modalidades, que se referem ao preço e a limitação

do número de visitantes por dia, respectivamente. Notadamente, o proprietário goza de autonomia na organização e implementação dessas políticas.

Os bens públicos ou coletivos são caracterizados por sua indivisibilidade e por sua não exclusividade. Ao passo que, nos bens privados, dois agentes não podem usufruir simultaneamente do uso do mesmo bem, os bens públicos são utilizados de modo igualitário por vários agentes ao mesmo tempo. Estes bens também contribuem para o fluxo das atividades econômicas, como se verificará mais a frente.

A última categoria analítica desta seção consiste nos bens capazes de gerar externalidades positivas tanto no âmbito do público quanto do privado. Esta externalidade é positiva na medida em que “um indivíduo se beneficia da ação do outro sem que haja remuneração cabível”. (BENHAMOU, 2016, p.32).

A cultura e, em especial, o patrimônio abundam de exemplos desse tipo: a proximidade de um monumento tombado cria valor para outras habitações que o circundam. O tombamento traduz-se por uma melhoria do bem-estar coletivo. Os benefícios não mercantis do tombamento consistem na satisfação obtida por alguns graças à melhoria do meio ambiente urbano ou da paisagem. Provêm também da possibilidade de fruir da vista dos arredores e do orgulho que os habitantes podem sentir diante do que consideram como “seu” patrimônio, quem quer que seja seu proprietário efetivo. (BENHAMOU, 2016, p.32).

Em adição, o patrimônio também reforça o enriquecimento do capital humano, visto que o patrimônio é passado para gerações futuras, são legados destinados a outras gerações e esse aspecto remete à duas dimensões: a primeira se refere ao fato de que cada geração tem a responsabilidade de transmitir o patrimônio que herdou, seguindo a “lógica das gerações entrelaçadas e solidárias” (BENHAMOU, 2016, p.32). A segunda concerne à criação de novos patrimônios que também serão legados as gerações seguintes, o que significa que o perímetro no qual encontra-se o patrimônio não para de se expandir.

2.5.2. Os valores do patrimônio cultural edificado.

A heterogeneidade conceitual já abordada em tópico precedente tem ressonâncias nos valores que comumente são associados ao patrimônio. Françoise Benhamou a partir da experiência francesa aponta alguns valores percebidos consoante os campos nos quais o patrimônio é abordado, de acordo com a socióloga:

“O valor estético e o valor histórico são os que se percebem mais facilmente. São eles que nortearam a adoção da lei francesa de 1913, que organiza dois patamares de proteção sobre a base de interesse referente à história ou à arte suficiente para tornar desejável a preservação” (BENHAMOU, 2016, p 20)

A autora ainda apresenta a distinção do valor de rememoração (valor histórico) e o valor de contemporaneidade (de uso) os quais serão abordados de maneira mais detalhada no tópico subsequente. Conforme Benhamou, há outros valores tais como o valor científico que apresenta o patrimônio como um objeto de saber, além do valor de comunicação e de apropriação que se referem a capacidade que um patrimônio possui em atrair turistas e empresas de serviço, as pessoas são sensíveis ao ambiente arquitetônico, estético ou histórico, essa característica remete ao valor mercantil, o qual, como o próprio termo sugere abarca atividades que geram crescimento em indicadores econômicos. Deve-se salientar ainda que este processo de coisificação imbrica-se com novas relações sociais e econômicas expressas pela abstração e fato prático, dinheiro e matéria, ou seja, o espaço como mercadoria Lefebvre (2008).

2.5.3. Valor de existência e valor de uso

De acordo com as teorias econômicas sobre valor, como: valor de uso, valor de troca, valor-trabalho e valor marginal, os bens culturais não oferecem subsídios consistentes para serem incluídos em análises mais profundas de valoração econômica, embora a teoria do valor-trabalho possa ser aplicada a algumas atividades de artes, na medida em que o trabalho artístico agrega valor na produção de uma mercadoria Throsby, (2001); Florissi e Valiati (2009). Nesta perspectiva, o patrimônio constitui o capital cultural ³ em outras palavras a ativos culturais que ensejam serviços culturais de um lugar e cujo valor é determinado a partir do que ele pode gerar em bem estar de uma determinada coletividade, compensando o esforço da sociedade em mantê-lo, financiando a sua restauração. O patrimônio representa um estoque de valor intertemporal que enquanto capital cultural é capaz de fornecer e valorizar uma série de fluxos de serviços culturais não categorizados como patrimônio Florissi e Valiati (2009). Deste modo, o patrimônio representa um valor tanto cultural quanto econômico que quando estimulados, produz determinados efeitos sobre o local.

³ A ideia da capital cultural adotada tanto por Florissi e Valiati, quanto por Throsby difere da terminologia vista na sociologia de Bourdieu que se refere comumente às características dos indivíduos.

As discussões sobre a economia do patrimônio cultural ganha reforço no suporte teórico-metodológico trazido pelos estudos sobre o valor econômico do patrimônio, elaborados pelo economista Xavier Greffe, que atua no campo da economia do patrimônio desde a década de 1970, servindo de referência teórica nesta disciplina. A questão do valor econômico do patrimônio, posteriormente difundido como Economia do Patrimônio Cultural ganhou notoriedade no início deste século por relacionar a teoria econômica ao campo do patrimônio e dos monumentos históricos. Xavier Greffe analisa a relevância do patrimônio histórico edificado sob a ótica da demanda e da oferta de bens e serviços na sociedade, ressaltando que:

“Existe hoy en día una fuerte demanda de identificación y de medición de un valor económico del patrimonio. Se trata de un movimiento relativamente reciente. En efecto, cuando contemplamos la historia del concepto de patrimonio, sobre todo como los países han aplicado las políticas de protección, el tema económico era bastante ausente en estos asuntos excepto en la forma de los costes necesarios para renovar o mantener el patrimonio. Los valores "positivos" que fueron utilizados entonces como referencia eran los valores históricos y artísticos” (GREFFE, 2014, p. 1)

O economista francês demonstra que o patrimônio é reconhecido a partir do conjunto de monumentos históricos em determinadas localidades e que a teoria econômica ajuda na compreensão da especificidade do patrimônio como um bem econômico. O patrimônio cultural pode ser definido assim como um conjunto de monumentos e de paisagens antigas construídas que pode ser útil para o conhecimento da sociedade e sua salvaguarda é de interesse público por motivos artísticos, históricos e culturais. Ele tece argumentos favoráveis a respeito da capacidade de criação de emprego e renda pela utilização econômica de monumentos como recurso para o desenvolvimento, buscando entender em que medida a dimensão econômica dos monumentos pode contribuir ou reforçar o bem-estar de uma coletividade. No entendimento deste autor, hodiernamente aparece a distinção entre o valor de existência e o valor de uso do patrimônio: Greffe, afirma ainda que:

“El valor de existencia es el que presenta um monumento independientemente de su uso. Es un valor en si mismo, unido a la existencia misma del monumento. Junto a este valor de existencia, existe um valor de uso que consiste em el hecho de que el monumento sea visitado, reorganizado, etc. [...] antes de ver cómo lo pasamos de un valor de uso a diferentes valores económicos, es importante hacer hincapié en la gravedad del problema y la creciente importancia sacada del valor de uso en la crisis financiera que enfrenta actualmente a los países.”(Ibid, p. 1,2).

Na visão do autor, o patrimônio cultural atua de três maneiras no desenvolvimento econômico dos territórios: como fonte de atividades que se referem à oferta e/ou consumo de bens e serviços; como alavanca para potencializar os recursos do local e como fator de atração. Nos três casos, é possível identificar valores de uso que podem ser identificados, direta ou indiretamente. A partir dessas ideias, se pode inferir que a Economia do Patrimônio constitui-se em uma atividade capaz de gerar mais emprego e renda do que outras atividades econômicas, não apenas pelas atividades turísticas, um segundo valor econômico vem do que os territórios com patrimônio cultural podem atrair também novos residentes e investimentos, desde que esse patrimônio cultural seja mantido e valorizado.

Greffe (2014) aponta ainda que as atividades realizadas em um patrimônio cultural ativo podem cobrir os custos dos serviços que fazem para a sua conservação, como também contribuir para a melhoria das condições socioeconômicas do lugar onde está inserido, por meio da articulação e viabilização de outras políticas de desenvolvimento, como será visto mais adiante, na seção empírica da presente pesquisa.

Esses valores têm efeitos. Aqui estão elencados três tipos de efeitos. O primeiro, o efeito direto são os realizados no próprio patrimônio cultural. O segundo, ou os efeitos indiretos, são aqueles realizados fora do patrimônio, mas em seu entorno e, como resultado da existência desse patrimônio o que ele chama de atividades de acomodação. É conveniente ainda distinguir entre dados econômicos e dados financeiros: os dados econômicos são muitas vezes muito gerais e enfatizam as atividades realizadas por meio; enquanto os dados financeiros são exclusivamente de natureza monetária e servem, acima de tudo, para definir os orçamentos por parte dos atores, que se referem aos imóveis, monumentos, agentes culturais, etc.

Embora, os desdobramentos econômicos positivos da renovação e reutilização de monumentos, devido à capacidade de gerar renda e empregos, como vetor para o desenvolvimento, não se pode comprovar empiricamente de forma tão evidente. Os caminhos metodológicos sugeridos por Greffe (2014) serão empregados nesta pesquisa.

Os estudos sobre a Economia da Cultura também encontram bases nas ideias de Françoise Benhamou (2007). Ela discute as implicações econômicas dos monumentos históricos, apresentando a economia do patrimônio como um setor específico das atividades culturais. A autora observa que a elevação dos custos de manutenção do patrimônio é inevitável, e, ainda, que processos de recuperação exigem métodos e habilidades de trabalho qualificadas que tendem a desaparecer. Os salários são mais elevados do que na construção

civil, em geral, ao mesmo tempo em que muitas ocupações com técnicas imutáveis no trabalho de restauro estão diminuindo. Isto indica que a Economia de Recuperação Patrimonial apresenta uma incapacidade de gerar ganhos de produtividade, acarretando um aumento constante das necessidades de financiamento.

A autora argumenta que na impossibilidade de o patrimônio financiar uma cadeia produtiva a partir da renda obtida pelo preço de sua visita, ou pelo uso que se faz, os agentes fomentadores devem ser fundamental na garantia da economia daquele patrimônio. Benhamou destaca que por ser um bem coletivo, o patrimônio deve ser subvencionado pelo Estado a fim de garantir sua transmissão para as próximas gerações. A legislação brasileira também prevê a subvenção estatal de bens tombados, conforme o artigo 19 do Decreto Lei 25/37. Segundo o qual os bens nacionais tombados de propriedade privada que requerem reparação devem ser restaurados a expensas da União, quando o proprietário não dispuser de recursos para tanto.

3. ASPECTO HISTORIOGRÁFICO DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO ESTADO BRASILEIRO

O que se tem escrito sobre a história das políticas culturais no Brasil, pode ser sintetizado nas palavras de (RUBIM, 2007, p. 11) “A história das políticas culturais do Estado nacional brasileiro pode ser condensada pelo acionamento de expressões como: autoritarismo, caráter tardio, descontinuidade, desatenção, paradoxos, impasses e desafios.”

O Brasil acompanha as perspectivas epistemológicas da América Latina. As pesquisas que se debruçam sobre as políticas culturais apresentam uma “dispersão disciplinar” e são sempre vistas nas análises empíricas de experimentos em períodos, temáticas e espaços específicos Rubim (2007). O entendimento da política cultural por este viés leva ao reconhecimento do papel de determinados governos em seus respectivos períodos da história e torna necessária a realização de uma análise sócio histórica, através do mapeamento dessas ações do Estado no campo da cultura, tanto no âmbito da administração federal como no dos governos locais. Nessa perspectiva, seguem os registros historiográficos, considerando esta periodização, consoante às afirmações de (RUBIM, 2007, p. 13) “Por certo, com base nestas premissas teórico-conceituais não se pode pensar a inauguração das políticas culturais nacionais no Segundo Império, muito menos no Brasil Colônia ou mesmo na chamada República Velha (1889–1930)”.

Com efeito, a história da política brasileira registra um longo período de ausência de políticas públicas de cultura. Nos curtos momentos em que foram consideradas, destaca-se a forma autoritária ou elitista pela qual poucos foram beneficiados. Os momentos que mais se destacaram nesse sentido, foram os de regime autoritário, nos quais o Estado assumiu um papel mais controlador. Naquele período, o governo militar era marcadamente nacionalista e propendia a favorecer a valorização do patrimônio, visto que a construção de uma identidade nacional dependia da preservação do patrimônio que correspondiam aos símbolos indenitários e históricos da nação, por esta razão as políticas voltadas para cultura foram marcadas pela rigorosa intervenção daquele regime Ortiz (1994).

Pensando nas postulações de Rubim (2007), a criação de legislações para o cinema, a radiodifusão, as artes, as profissões culturais e a constituição de inúmeros organismos culturais, alguns com importante presença nas políticas culturais brasileiras, como: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), na gestão Getúlio Vargas/Gustavo Capanema, e a criação de legislações e diversos organismos culturais, com destaque para a Fundação Nacional das Artes (FUNARTE), no período militar de 1964. Esse modelo autoritário impossibilitou que as políticas públicas de cultura fossem discutidas e negociadas com os setores interessados da sociedade civil.

Outro momento que merece registro é o de redemocratização, no qual houve a criação do Ministério da Cultura, um ministério instável, recebendo poucos recursos, e o surgimento das Leis de incentivo à cultura (Lei Sarney - Lei 7.505\86- e, posteriormente, Lei Rouanet - Lei 8.313\91), por meio das quais o Estado repassava para a iniciativa privada as decisões sobre investimento na cultura. Destaca-se que a Lei Roanet foi a principal e talvez única política pública de cultura no período de 1995 a 2002. O que demonstra que o caráter elitista ainda vigorava á época, já que como a decisão estava nas mãos da iniciativa privada, os investimentos ficavam concentrados em determinados setores e regiões mais privilegiadas. A partir de 2003, as políticas culturais passam a ser realizadas, considerando a cultura de acordo com uma concepção mais desenvolvimentista e social. Busca-se uma maior participação da sociedade nas decisões e a diversidade é considerada, deixando assim, o caráter elitista das políticas públicas de cultura. Esses períodos representativos das políticas culturais no Brasil passam a ser tratados de forma mais pormenorizada nesta seção.

3.1. As políticas culturais na era Vargas

Os registros históricos e a literatura especializada apontam para a década de 1930, mais especificamente, através do projeto de proteção de bens culturais de autoria de um dos ícones do Movimento Modernista que culminou, mais tarde, no Decreto Lei nº 25 de 1937, o início das políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Este período foi marcado por um novo regime político brasileiro fundado por Getúlio Vargas, caracterizado também por uma relevante diversidade de manifestações artísticas, de modo que, grande parte do conjunto arquitetônico e cultural dos tempos hodiernos foi consolidado nessa época.

Esse período foi marcado também por ressonâncias de acontecimentos relevantes para o campo cultural, a exemplo da atuação de intelectuais modernistas que teve uma culminância na década precedente. Não apenas isso, mas também, pelas transformações econômicas próprias da época que substituíam a base rural para a de matriz industrial, como também pelo processo de urbanização que levou Getúlio Vargas a presidente do país.

Na gestão de Vargas, merecem referência os esforços do então ministro Gustavo Capanema, o qual teve o apoio de diversos intelectuais mobilizadores e formadores de opinião do campo cultural, tais como Carlos Drummond de Andrade, Heitor Villa-Lobos, Rodrigo de Mello Franco, Cândido Portinari, Lúcio Costa e outros. As contribuições desses pensadores, somadas à influência do pensamento modernista de Mário de Andrade conferiram à administração do Ministério da Educação e Saúde (MES) atuações inéditas no campo da cultura, numa perspectiva nacionalista imprimindo característica patriótica, otimista e moderna, à cultura brasileira. Com essa participação do Estado no gerenciamento da cultura, a era Vargas, representada pela forte presença de Capanema, executa ações que se inserem na delimitação de política pública cultural, concebida como “conjunto ordenado e coerente de preceitos e objetivos que orientam linhas de ações públicas mais imediatas no campo da cultura”, conforme Calabre (2005).

Os acontecimentos que levaram Vargas ao poder contribuíram para acentuar a atuação do Estado na economia e seguimentos sociais. Era comum a propagação da ideia de identidade nacional como discurso e instrumento político com vistas ao desenvolvimento. Foi um período no qual houve um grande esforço voltado para a institucionalização daqueles setores onde o Estado ainda não atuava. Um exemplo significativo desse processo de institucionalização está vinculado diretamente ao campo da preservação do patrimônio material, ao ser criado o primeiro órgão voltado para ações preservacionistas em 1933, como uma entidade vinculada ao Museu Histórico Nacional. Se tratava da Inspeção de

Monumentos Nacionais (IPM), instituída pelo Decreto nº 24.735 de 14 de julho de 1934, e tinha como principais finalidades impedir que objetos antigos, referentes à história nacional, fossem retirados do país em virtude do comércio de antiguidades, e que as edificações monumentais fossem destruídas por conta das reformas urbanas, a pretexto de modernização das cidades com a fundação do.

Em Seguida, houve um plano mais arrojado, a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 13 de janeiro de 1937 e regulamentado pelo Decreto-Lei nº 25 no dia 30 de novembro daquele ano, no qual estavam imbuídos o então ministro Gustavo Capanema e sua equipe, que contava também com Mário de Andrade, uma referência do Movimento Modernista de São Paulo, junto ao advogado Rodrigo Melo Franco de Andrade, foram responsáveis por diversas pesquisas que causaram impacto nos meios político e intelectual, tendo em vista que pela primeira vez na História do Brasil, a diversidade cultural da Nação era mostrada a todo o país. Os conceitos que orientam a atuação do IPHAN têm evoluído desde a sua fundação por Getúlio Vargas, mantendo sempre a relação com os marcos legais.

A criação dessas instituições atendia aos anseios da sociedade brasileira da época, especialmente, no tocante às demandas de três importantes estados da federação: Bahia, Minas Gerais e Pernambuco, os três possuindo um rico acervo histórico e artístico. Por mais que esses estados realizassem ações com objetivos preservacionistas, não foram tão representativas quanto aquelas políticas de salvaguarda dos monumentos e a alteração de algumas cidades à categoria de patrimônio nacional as quais foram incorporadas à política nacionalista do Estado Novo, instituído por Vargas. Para Antonio Rubim:

“Os anos 30 do Século XX trazem alterações políticas, econômicas e culturais significativas. A velha república encontra-se em ruína. As classes médias e o proletariado aparecem na cena política. A emergente burguesia disputa espaço político com as oligarquias. A “Revolução” de 30 conforma mais uma transição pelo alto, com rupturas e continuidades controladas.”(RUBIM, 2007, p. 14).

O governo brasileiro realizava de forma inaugural um conjunto de intervenções na área da cultura, no entanto figura uma atuação “negativa”, como diz Rubim (2007): “opressão, repressão e censura próprias de qualquer ditadura.”

É importante ressaltar o papel do SPHAN, que tornou-se essencial para a política cultural no país, pelo menos até o final dos anos 60 e início da década seguinte. O Serviço, que veio posteriormente a ser Instituto ou Secretaria, elege entre todos a opção pela

“preservação do patrimônio de pedra e cal, de cultura branca, de estética barroca e teor monumental.” Em geral: igrejas católicas, fortes e palácios do período colonial. Assim, “o SPHAN circunscreve a área de atuação, dilui possíveis polêmicas, desenvolve sua competência técnica qualificada e profissionaliza seu pessoal.” Tais atitudes, em conjunto com seu “insulamento institucional”, irão garantir a independência e a impressionante continuidade organizacional e administrativa da entidade (RUBIM, 2007 p. 17) e transformar o SPHAN em algo exemplar para as políticas culturais no Brasil e em muitos outros países.

A despeito das limitações orçamentárias e de recursos humanos, as ações do SPHAN se estenderam à grande parte do território brasileiro. Mesmo sendo a sua sede no Rio de Janeiro, o Serviço possuía coordenações regionais na capital baiana cuja atuação abarcava os estados da Bahia e Sergipe, até a década de 1990. No ano de 1938, o *Staff* do SPHAN efetuava estudos técnicos em Cachoeira-BA que resultaria, posteriormente, nos tombamentos de imóveis isolados entre os anos de 1938 e 1943. Ações que serão melhor analisadas no capítulo subsequente desta dissertação.

Ainda que tenha inaugurado uma institucionalização da cultura e haver proporcionado uma guinada na produção cultural no país, as intervenções daquele governo eram permeadas pela repressão, pela postura centralizadora e pelas opções tendenciosas do que era divulgado como popular. Era visto também o rigor da censura naquele período. O modelo de política de preservação do patrimônio cultural que o governo de Getúlio Vargas inaugura deu lugar a uma outra tradição problemática no país, a ligação intrínseca entre regimes políticos autoritários e políticas culturais. Isso afeta direta e indiretamente a história brasileira e as formas das políticas culturais da nação.

3.2. O regime militar e as políticas culturais

De acordo com Albino Rubim (2008, p. 54), “somente nos períodos autoritários o Brasil conheceu políticas culturais mais sistemáticas, nas quais o Estado assumiu um papel mais ativo”. O modelo varguista teve traços em comum com aquele adotado pela ditadura militar a partir de 1964. Esse foi reconhecidamente um ano emblemático pela ruptura dos encaminhamentos para o desenvolvimento cultural pela esfera estatal. Conforme aponta (Rubim, 2007). O ISEB dedica-se a estudos, pesquisas e reflexões sobre a realidade brasileira e será o maior produtor do ideário nacional-desenvolvimentista no país, uma verdadeira “fábrica de ideologias”.

A contribuição de instituições não governamentais deve ser lembrada por sua repercussão na área cultural e o consequente impacto sobre a atuação do estado brasileiro. Os famosos Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes, instalados no Rio de Janeiro (1961). Conforme Rubim:

“Neste movimento formam-se muitos dos intelectuais e artistas vigentes ainda hoje no cenário cultural do país. Entretanto, a avaliação dos cpcs e inclusive sua relação com a chamada cultura nacional-popular, que marca aquele momento histórico e mesmo os anos imediatos pós-golpe militar (1964–1968), é bastante polêmica e controversa.” (RUBIM, 2007, p. 19).

Ortiz (1985) discorre sobre um percurso histórico do período, apresentando o processo de modernização sofrido pelo Brasil; com 1964, marcado pela racionalização do setor administrativo e dos indivíduos, havendo o remanejamento de capital do país, alavancando assim, o mercado cultural, no pós-64, em proporções notáveis. O autor apresenta as atividades promovidas durante os anos de 1965-1979, utilizando a aproximação da classe média como base de apoio. Dados mostram que o Estado manifesta seu interesse pela questão cultural desde o golpe militar, expondo que, com a euforia do “milagre” econômico (1969-1973), abriram-se perspectivas para as realizações e os empreendimentos culturais, ocasionando na elaboração do Plano Nacional de Cultura, em 1975.

É conveniente recordar também o conservadorismo presente em algumas instituições, a exemplo da estatal Escola Superior de Guerra, haja vista a sua colaboração na construção dos ideários do golpe militar que terminam por fazer desaparecer a frágil democracia brasileira e instalar a ditadura cívico-militar no ano 1964, com impactos significativos sobre a cultura. Rubim chama atenção para o autoritarismo do período:

“A preocupante tradição retorna e mais uma vez autoritarismo e políticas culturais vão estar associados. Novamente uma ditadura no Brasil aciona ativamente as políticas culturais. Mas tal atitude tem diferenças que correspondem aos três momentos distintos do golpe cívico-militar. De 1964 até 1968, a ditadura atinge principalmente os setores populares e militantes envolvidos com estes segmentos.” (RUBIM, 2007, p. 20).

Os problemas em torno das políticas de preservação do patrimônio cultural no país à época não diziam respeito à sua afirmação, uma vez que o governo militar nacionalista era inclinado a favorecer a proteção do patrimônio, posto que se pretendia, naquele momento, difundir um novo sentimento de identidade nacional. A problemática residia na maneira

pelas quais as políticas culturais eram conduzidas frente às demandas demográficas, sociais e econômicas.

O caráter ditatorial da atuação dos que estavam à frente daquele governo se antagonizava com os ideais sobre a cultura difundida nos mais variados segmentos da sociedade fortalecidos com o surgimento de movimentos sociais organizados a exemplo dos Centros Populares de Culturas (CPCs) vinculado à União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1961, e pelo Movimento de Cultura Popular idealizado por Paulo Freire. Contrapondo-se a esses movimentos, os ditos intelectuais que apoiavam o regime, ocuparam posições estratégicas no Conselho Federal de Cultura, em 1966.

O período referente aos anos de 1968 a 1974 marcam o segundo e mais violento momento da ditadura, notadamente, pela atuação truculenta dos policiais do DOPS materializada por prisões, tortura, assassinatos e censura sistemática em todo o país, estorvando os esforços voltados para o cultural dos anos anteriores. Conforme Renato Ortiz, durante a ditadura militar a censura não se definia tanto pela repressão a qualquer produto cultural, mas como uma repressão seletiva que impossibilitava a manifestação de determinados pensamentos ou obras artísticas; se por um lado nesse período foi quando mais se produziu bens culturais no país, por outro lado, ele foi caracterizado por uma repressão ideológica e política intensa (ORTIZ, 1985, p. 89).

Por certo, essa foi uma época de ausência de discussões efetivas referentes ao campo cultural, “somente alguns projetos culturais e estéticas marginais, marcado, decerto, pela imposição crescente de uma cultura midiática controlada e reprodutora da ideologia oficial”, como aponta Rubim (2007). Apesar da inercia concernente às discussões ideológicas no campo das políticas culturais, as intervenções do governo ditatorial não deixaram de ocorrer. A partir de 1970, foram criados muitos órgãos estaduais de preservação com o apoio do Programa das Cidades Históricas (PCH).

No entanto, o exemplo mais representativo para esta pesquisa remete para a data de 13 de janeiro de 1971, quando sob a égide do governo do então presidente Emílio Garrastazu Médici, sancionou-se, por meio do decreto 68.045, a elevação da área urbana de Cachoeira a Monumento Nacional por meio de seu registro nos Livros do Tombo o qual orienta ainda medidas que encaminham para a valorização e desenvolvimento da cidade. Essa ação de Médici estava em harmonia com as pretensões da política econômica daquele regime.

A inserção do patrimônio nacional nas propostas de desenvolvimento econômico foi planejada também por Renato Soeiro, sucessor de Rodrigo Melo Franco de Andrade no

SPHAN, embora, considerando o fato de que o período no qual arquiteto atuou ser mencionado na primeira historiografia oficial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), intitulada “Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória” (BRASIL, 1980a), “um hiato sem relevância entre as administrações de Rodrigo Melo Franco de Andrade e Aloísio Magalhães, seu grande reformador”: “tempo em que a direção esteve a cargo de Renato Soeiro, próximo colaborador de Rodrigo, mas não foi marcada por quaisquer mudanças significativas em termos da política oficial de patrimônio.” (AZEVEDO, 2013, p. 21).

As eleições legislativas de 1974 trouxe um terceiro momento para o período, que se encerra com o final do regime militar no início de 1985. Tal período se caracteriza pela “distensão lenta e gradual” e, ao mesmo tempo pela “abertura” representadas, respectivamente, pelos mandatos presidenciais dos Generais Ernesto Beckmann Geisel e Euclides Figueiredo. Essa transição “cheia de altos e baixos, avanços e recuos, controles e descontroles, fez com que o regime passasse a ter inúmeras iniciativas nos campos das políticas e culturais” (RUBIM, 2007). Com isso foram desencadeadas diversas iniciativas governamentais no campo da cultura, sobretudo no MEC na gestão do ministro Ney Braga, em que foi retomado o processo de institucionalização das ações culturais, reforçada pela viabilização da Política Nacional de Cultura (PNC), articulada pelo Conselho Federal de Cultura em 1975.

Em 1979, quando, designado para a direção do IPHAN, sob a supervisão de Aloísio Magalhães houve uma confluência entre as ações do IPHAN, o PCH e o CNRC, reunidas na Fundação Nacional Pró-Memória (FNpM) lançando os fundamentos da Secretaria da Cultura do MEC, em 1981. Naquele período, foi repensada a atuação do órgão, que passou a considerar as atividades populares, os saberes e hábitos culturais, negados até aquele momento, sendo então tratadas como bens culturais. Nestes tempos também foram vistas muitas discussões sobre as políticas culturais na agenda latino-americana, Esses debates tiveram ressonâncias importantes no modo como as políticas culturais eram consideradas no Brasil. Os diversos encontros, realizados pela UNESCO, sobre políticas culturais, em 1970, 1972, 1973, 1975, 1978 e 1982, não deixou de repercutir na América Latina e no Brasil (RUBIM, 2007, p. 21).

Em síntese, as políticas de preservação do patrimônio cultural vistas no período da ditadura militar foram permeadas por um processo de institucionalização, caracterizado pelo rigor burocrático do Estado. Dessa forma, se pode inferir que as políticas culturais,

desenvolvidas nesse período, enquadram-se num posicionamento ideológico de um estado autoritário que considerava a política cultural como um mecanismo de estabilidade nacional e o preservacionismo do passado e da cultura popular enquadravam-se na afirmação de uma suposta identidade nacional.

3.3. As políticas culturais na redemocratização

Um dos marcos para as políticas de patrimônio cultural no novo enquadramento político descrito foi a criação do Ministério da Cultura (MinC) em 1985, durante o mandando de José Sarney, sendo, inicialmente alvo de duras críticas, visto que tão logo se iniciaram os trabalhos foram percebidos muitos problemas, tanto na dimensão financeira como no administrativo. A ausência de recursos humanos cuidar do conjunto de atribuições que cabem a um Ministério, recursos financeiros para a manutenção dos programas existentes e até mesmo espaço físico para a acomodação da nova estrutura, constituíram os primeiros entraves para o efetivo funcionamento do MinC.

A partir da segunda metade da década de 1980, tanto as discussões epistemológicas quanto as próprias políticas culturais passaram por grandes transformações. Nesse período, o modelo de decisões centralizadas no Estado foi gradualmente substituído pelas leis que se destinavam à atração de investimentos de origem privada para os segmentos culturais. Essa política era materializada através renúncia fiscal oferecida às grandes empresas no país. Com o objetivo de fortalecer os segmentos da cultura, entra em vigor a Lei nº 7.505 de 1986, pela qual se inaugurava a lei federal de incentivos, conhecida com a de Lei Sarney, a qual se tornava um instrumento estatal que possibilitava mecanismos de incentivo às atividades culturais e, conseqüentemente a minimização das despesas do governo com o setor, tendo em vista que a nação brasileira enfrentava uma recessão econômica marcada pela conseqüente diminuição dos investimentos da iniciativa privada; isto gerava inflação e crescimento da dívida pública, provocando as instituições estatais a restringirem as verbas destinadas ao setor cultural.

Assim como na criação do MinC, essa política adotada por Sarney também foi alvo de críticas. As concessões que a Lei Sarney promovia deram lugar a diversas posições contrárias em vários seguimentos sociais, já que prestigiava a lógica mercadológica na gestão da cultura em prejuízo das prerrogativas do Estado, tendo em vista a ausência de critérios coerentes para a aprovação dos projetos propostos, quanto à sua pertinência cultural e quanto à isonomia na distribuição dos recursos; deste modo privilegiava projetos de cunho

comercial com vistas em resultados econômicos, sem nenhuma fiscalização na execução desses projetos, oportunizando sonegações e a evasão de divisas.

Quando a Constituição Federal de 1988 foi promulgada, muitas perspectivas de mudanças positivas foram compartilhadas por diversos segmentos sociais, tendo em vista que entre outras questões, o mais importante documento normativo do país traz orientações expressas que impõem a valorização e o fomento da cultura brasileira, indicando o Estado como o maior responsável em relação à cultura. Por conseguinte, o Estado deve garantir a preservação das manifestações culturais e dos patrimônios nacionais. Todavia, as circunstâncias que tomaram lugar no período neoliberal do governo brasileiro negaram todas as expectativas em torno das políticas culturais, pelas razões que se seguem.

Com o mandato presidencial de Fernando Collor de Melo, marcadamente inspirado por ideologias neoliberais do “Estado Mínimo”, foram realizadas várias de privatizações como também impôs uma seria restrição aos gastos públicos destinados aos investimentos sociais, abriu-se o mercado brasileiro ao capital estrangeiro fato que abriu margens às corporações para negociarem livremente com os órgãos governamentais. Isso fez com que O Estado brasileiro não desempenhasse mais o papel de mecenas da cultura, além de proporcionar as grandes empresas que se tornassem reguladoras hegemônicas da gestão cultural no Brasil.

Ao contrário do que comumente se pensa uma das marcas mais notáveis do neoliberalismo não é a ausência de Estado. Pelo contrário, é justamente uma política adotada pelo Estado com vistas a beneficiar uma determinada classe. Diante desse entendimento, o neoliberalismo não é muito diferente do liberalismo original, como escreveu Gramsci: “o liberalismo é um programa político destinado a mudar, quando triunfa, o pessoal dirigente de um Estado e o programa econômico do próprio Estado, ou seja, mudar a distribuição da renda nacional.” (GRAMSCI, 2005, p. 23)

Obviamente, neste contexto, os alicerces das políticas culturais foram profundamente abalados. Primeiro, decretando a extinção do Ministério da Cultura, juntamente com os seus respectivos órgãos. A estrutura que naquele momento era insuficiente tornou-se improcedente, acarretando também a suspensão de inúmeros projetos e programas. A revogação da Lei Sarney foi justificada pelas duras críticas que apontavam principalmente os problemas decorrentes de sua aplicabilidade. De março de 1990 a dezembro de 1991, foi um período de completa ausência de agendas propositivas do governo federal para o setor

cultural, nenhum investimento foi realizado na área da cultura. Essa saída do governo federal impeliu os estados e municípios a viabilizarem a maior parte das atividades culturais.

Não obstante, em dezembro de 1991 foi promulgada a Lei Rouanet, essa é a Lei 8.313, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura. Essa lei era uma tentativa de melhoramento da Lei Sarney, e à época retomou a realização de investimentos de recursos financeiros no campo cultural, por meio da opção de renúncia fiscal. A chegada de Itamar Franco à presidência em 1992 marcou a recriação do Ministério da Cultura e, a partir daí, também algumas de suas instituições como a FUNARTE.

Nos dois mandatos presidenciais do sociólogo Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) houve uma continuidade nas privatizações e na política de financiamento, com certas potencialidades para o projeto neoliberal no Brasil. Francisco Weffort, então ministro da cultura, diminuiu os financiamentos do governo, em adição da simplificação e diminuição da burocracia da Lei Rouanet, uma estratégia para viabilizar o aumento de adesão das empresas, sendo esta outra forma de desviar do Estado essa responsabilidade orçamentária. As consequências desses acontecimentos são nítidas nas políticas culturais. Com ausência da administração pública na condução e fomento às ações necessárias à questões culturais, as atividades e expressões artísticas tornaram-se aos olhos do Estado como autossuficientes, logo não precisavam de recursos diretos do governo. O resultado efetivo era o investimento de recursos que eram públicos encaminhados pelo viés do capital privado. Tal foi o cenário encontrado por Gilberto Gil, ministro da cultura do governo Lula, recém-eleito em janeiro de 2003.

3.4. As políticas culturais da era Lula

Esta dissertação considera, ainda, um quarto momento das políticas culturais no Brasil, abordado por Rubim (2009, 2010), ao se referir ao período no qual o ex- Presidente Lula, sob a égide do Partido dos Trabalhadores, esteve à frente do governo brasileiro. No contexto dessa nova proposta de gestão, o exercício das políticas culturais, com uma perspectiva mais atual, se relacionou com os aspectos institucionais que possibilitaram a intervenção dos diferentes agentes e atores do setor cultural, através dos quais as iniciativas de planejamento, orçamento, formulação e aprovação de leis e regulamentos, elaboração de programas e projetos, financiamento, seleção e contratações e aquisições são materializadas.

A discussão deste tópico é muito significativa para a presente pesquisa, porque trata do período que corresponde ao recorte temporal selecionado que motivaram a realização

desta pesquisa. Feito este curto preâmbulo e partindo para a abordagem do tema, é notório que a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 trouxe novas expectativas em torno das políticas culturais que seriam implementadas durante o seu governo. Por certo, o governo Lula, sob a égide de várias bandeiras dos movimentos sociais de esquerda no Brasil, representou uma transição na condução e na gestão cultural. Termos como “políticas públicas de cultura” e “políticas de preservação do patrimônio cultural” voltaram a ser tema de discussão na agenda dos intelectuais contemporâneos. O percurso histórico das políticas culturais no país impôs a esse novo governo questões urgentes envolvendo a cultura.

A análise das políticas culturais desenvolvidas durante a gestão 2003-2010 pressupõe o entendimento do percurso das políticas culturais no Brasil, tratadas nos tópicos precedentes. conforme (RUBIM, 2008, 2010) buscar entender essa trajetória é importante para a compreensão dos desafios inerentes àquele desse período, sintetizados por Rubim da seguinte forma:

O itinerário das políticas culturais, não resta dúvida, produziu tristes tradições e, por conseguinte, enormes desafios. Estas tristes tradições podem ser emblematicamente sintetizadas em três palavras: ausência, autoritarismo e instabilidade. Cabe em seqüência fazer uma visitação a tais signos que — em razoável medida e para lembrar Adorno — resumem a vida prejudicada, das políticas culturais da nação brasileira. (RUBIM, 2008, p. 185).

Baseado na apresentação desta síntese concernente a este percurso histórico (RUBIM, 2008) analisa a maneira pela qual o Ministro da Cultura do governo Lula, Gilberto Gil enfrentou desafios, tomando a “tradição da ausência” como referência antagônica. A leitura dos discursos pronunciados em seu primeiro ano de governo, Gilberto Gil deu ênfase a dois temas que se contrapunham à tradição da ausência. Nessa perspectiva, o então ministro reforçou “o papel ativo do Estado na formulação e implementação de políticas públicas de cultura, chamando atenção para a relação entre políticas culturais e cultura”. A nova proposta em “formular políticas culturais é fazer cultura” (GIL, 2003, p.11).

O papel ativo do Estado durante o período mencionado se evidenciou em inúmeras ações no setor cultural. Para além da abrangência de registros, a atuação do Estado se fez em conexão com a sociedade, reforçando a afirmação de que o público do ministério não eram apenas os criadores e produtores culturais, mas a sociedade brasileira. A partir de então, o Ministério da Cultura conduziu discussões, avaliações, e elaboração de políticas públicas direcionadas a dimensão cultural. Segundo Fonseca:

“Considero que uma política de preservação do patrimônio abrange necessariamente um âmbito maior que o de um conjunto de atividades visando à proteção de bens. É imprescindível ir além e questionar o processo de produção desse universo que constitui um patrimônio, os critérios que regem a seleção de bens e justificam sua proteção; identificar os atores envolvidos nesse processo e os objetivos que alegam para legitimar o seu trabalho; definir a posição do Estado relativamente a essa prática social; e investigar o grau de envolvimento da sociedade.”(FONSECA, 2005, p. 36.)

Durante o período em que Gilberto Gil esteve à frente do Minc (2003 a 2008) foram repensadas categorias conceituais baseadas em noções socio-antropológicas em torno da cultura e, por conseguinte, foram realizados diversos encaminhamentos no sentido de reestruturar os papéis de cada órgão vinculado ao Ministério, consoante essa ampliação dos conceitos. De fato, diversas ações foram desenvolvidas, a exemplo do programa Cultura que articula entre outras ações o ponto de cultura.

Em busca da consolidação deste e de outros programas relevantes no campo cultural foram a implantação e encaminhamentos do Sistema Nacional de Cultura (SNC), bem como do Plano Nacional de Cultura (PNC). A construção de um SNC com a colaboração dos estados, municípios e sociedade civil foi essencial para a implementação de políticas e cumprimento de pactos firmados que visaram à existência de programas culturais de médios e longos prazos, independentes de dificuldades vindas dos contextos políticos e econômicos. Conforme (RUBIM, 2010, p. 17) “A possibilidade de superação desta triste tradição depende em ampla medida da existência, articulação e sintonia fina entre SNC e PNC”.

3.4.1. O Plano Nacional de Cultura (PNC) e o Sistema Nacional de Cultura (SNC).

A implementação do Sistema Nacional de Cultura faz parte das metas e ações do Plano Nacional de Cultura (PNC), o qual estipula diretrizes e ações de incentivo ao setor cultural. Entre os objetivos, é possível destacar a elaboração de políticas culturais de forma descentralizada, com garantias de serem continuadas independentemente de mudanças de governantes. Além de possibilitar mecanismos de gestão e de investimento na cultura mais transparentes, por meio da participação e acompanhamento da sociedade dos recursos e das políticas implementadas, como também, promover a universalização do acesso a bens e serviços culturais e o fomento à produção. Na visão de (REIS, 2011, p.156):

“Um passo inicial importante para melhor entendimento do Sistema e do Plano Nacional de Cultura é saber como surgiram e porque resolveram ser adotados. Desde o ano 2000, já havia, no Congresso Nacional, a iniciativa

de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) brasileira, de autoria do Deputado Federal Gilmar Machado (Partido dos Trabalhadores - PT) e outros, para acrescentar um parágrafo instituindo um Plano Nacional de Cultura (PEC n. 306/2000). Mas nessa proposta não havia nenhuma referência à criação de um snc, especificamente. Somente no documento de campanha presidencial de Lula – *A Imaginação a Serviço do Brasil*, em 2002, foi colocada a formação de um Sistema Nacional.”

Neste documento estavam dispostas todas as propostas para o setor cultural brasileiro, dividido a partir de seis eixos temáticos: Cultura como Política de Estado; Economia da Cultura; Direito à Memória; Cultura e Comunicação; Transversalidades das Políticas Públicas de Cultura; e Gestão Democrática. O Sistema e o Plano estavam inseridos neste último tema, que tinha como objetivos a “[...] descentralização político administrativa; a regionalização das Políticas Públicas de Cultura; mecanismos de participação popular; Conselhos; implantação de um Sistema Nacional de Política Cultural; e ampliação do orçamento do MinC.” (PT, 2003, p. 9)

Com efeito, a institucionalização do Sistema Nacional de Cultura SNC e do Plano Nacional de Cultura PNC, conforme respaldados no artigo 216 da Constituição de 1988, foi prometida como uma das ações prioritárias pelo presidenciável Lula na corrida eleitoral de 2002. Embora, contando com o apoio de vários intelectuais com trajetória reconhecida no campo da cultura e de outras figuras políticas, aquele governo demorou para encaminhar as duas propostas.

O PNC foi uma iniciativa apresentada à Câmara dos Deputados no dia 29 de novembro de 2000, através da Proposta de Emenda à Constituição PEC n. 306, de autoria do deputado federal Gilmar Machado (PT/ MG) e outros, mas somente em 30 de maio de 2012, a Câmara dos Deputados aprovou O texto substitutivo da comissão especial que analisou a proposta, elaborado pelo deputado Paulo Rubem Santiago (PDT-PE). As alterações incluíram todos os órgãos governamentais, planos e sistemas de financiamento e de informações culturais na estrutura do Sistema Nacional de Cultura. Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 416/05, que estabelece os princípios do Sistema Nacional de Cultura, como a ampliação progressiva dos recursos públicos para o setor de autoria do deputado Paulo Pimenta (PT-RS), foi aprovada por 361 votos a 1. Sendo transformada em Emenda Constitucional 71/2012, conforme publicação no DOU de 30/11/12, p. 01 COL 01.

Vale ressaltar que os encaminhamentos do PNC e SNC tiveram rumos diferentes no decorrer do processo, apresentando um distanciamento desde o início daquele governo. Com o SNC ligado À gerência da Secretaria de Articulação Institucional, ao passo que o PNC era

de responsabilidade da Secretaria de Políticas Culturais, do que se pode inferir o pouco contato e articulação entre as duas divisões na execução de suas ações. Essa desarticulação é percebida, inclusive, no nível de celeridade das duas propostas: enquanto o SNC possui uma intensidade maior no início do governo, até a realização da 1ª Conferência Nacional de Cultura, o PNC, por sua vez, vem apresentando ações mais consistentes no segundo mandato de Lula e Gil, especialmente através da divulgação das Diretrizes Gerais do PNC e da nomeação dos integrantes do Conselho Nacional de Política Cultural.

A proposta do Plano Nacional de Cultura apresenta três dimensões. Na primeira, estão indicados os “valores e conceitos” que orientam as diretrizes do PNC; na segunda encontram-se os “diagnósticos e desafios para as políticas culturais”, relacionados com a implementação de políticas e ações que estimulassem o desenvolvimento local, a partir do fortalecimento do setor cultural. Na última parte do documento, estão dispostas as Estratégias Gerais, que revelam as formas de atuação do Estado para o campo da cultura. São cinco estratégias subdivididas em quase 300 diretrizes (BRASIL, Ministério da Cultura, 2007, p. 58-88) voltadas para: instituições e mecanismos de integração; financiamento; legislação; criação, conservação, preservação e valorização do patrimônio artístico e cultural; estímulo à reflexão sobre as artes e a cultura; valorização da diversidade; fluxos de produção e formação de público; equipamentos culturais e circulação da produção; estímulo à difusão através da mídia; capacitação e assistência ao trabalhador da cultura; estímulo ao desenvolvimento da economia da cultura; turismo cultural; regulação econômica; organização de instâncias consultivas e de participação direta; diálogo com as iniciativas do setor privado e da sociedade civil.

O Sistema Nacional de Cultura, por seu turno, é uma proposta política com vistas a viabilizar o processo de gestão e promoção das políticas públicas de cultura, pautadas na colaboração coletiva, de maneira participativa entre as unidades federativas (União, estados e municípios), além da sociedade civil. O objetivo do SNC é promover o desenvolvimento humano, social e econômico associados ao pleno exercício dos direitos culturais. Mais especificamente:

“O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma horizontal, aberta, descentralizada e participativa, compreende: I - o Ministério da Cultura; II - o Conselho Nacional da Cultura; III - os sistemas de cultura dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, organizados de forma autônoma e em regime de colaboração, nos termos da lei; IV - as instituições públicas e privadas que planejam, promovem, fomentam,

estimulam, financiam, desenvolvem e executam atividades culturais no território nacional, conforme a lei; V - os subsistemas complementares ao Sistema Nacional de Cultura como o Sistema de Museus, Sistema de Bibliotecas, Sistema de Arquivos, Sistema de Informações Culturais, Sistema de Fomento e Incentivo à Cultura, regulamentados em lei específica. Parágrafo único. O Sistema Nacional de Cultura estará articulado como os demais sistemas nacionais ou políticas setoriais, em especial, da Educação, da Ciência e Tecnologia, do Turismo, do Esporte, da Saúde, da Comunicação, dos Direitos Humanos e do Meio Ambiente, conforme legislação específica sobre a matéria.” (BRASIL, 2008).

Dentre os compromissos assumidos por cada ente federativo, destaca-se: a elaboração e execução de um Plano de Cultura; a viabilização do funcionamento de um Conselho de Política Cultural, de um Sistema de Cultura e de um órgão específico de gestão de política cultural; a implantação de um sistema de financiamento específico para cultura; o apoio e a realização de encontros para a discussão e elaboração de diretrizes para o Plano Nacional de Cultura.

Outro requisito previsto no processo para a implantação do SNC foi à realização da Conferência Nacional de Cultura (CNC). A primeira Conferência aconteceu entre os dias 13 e 16 de dezembro de 2005 em Brasília, reunindo representantes dos setores públicos, privados e da sociedade civil. O tema geral da I CNC, conforme deliberação da Portaria n. 180 de 31 de agosto de 2005, foi *Estado e Sociedade Construindo as Políticas Públicas de Cultura*. A partir daí as discussões foram definidas baseando-se em cinco eixos temáticos: I. gestão pública da cultura; II. Cultura é Direito e Cidadania; III. Economia da Cultura; IV. Patrimônio Cultural; V. Comunicação é Cultura.

A adesão ao Sistema Nacional de Cultura é firmada entre o ente federado e a União através do Acordo de Cooperação Federativa para o Desenvolvimento do SNC por meio da assinatura do representante legal do município ou estado (prefeito ou governador). Após a assinatura, o município se compromete a criar o Sistema Municipal de Cultura por meio de lei própria em até dois anos.

Concordando com (FELIX, 2011), o estudo do Sistema e do Plano Nacional de Cultura aponta para questões importantes do desenvolvimento das políticas públicas de cultura. Ainda que sejam apresentadas enquanto políticas que se complementam, elas foram encaminhadas por trâmites distintos, desde a sua elaboração. Somente começaram a ser associadas posteriormente: o SNC, conforme visto, surgiu principalmente do Partido dos Trabalhadores, em 2002, enquanto o PNC foi uma iniciativa da Câmara Federal dos Deputados, através da Comissão de Educação e Cultura, em 2000. No entanto ambas foram

resignificadas e se tornaram realidade apenas nos últimos 15 anos. Os desafios históricos, caracterizados por um Estado instável na condução de políticas culturais, e o reconhecimento da cultura enquanto fator de desenvolvimento humano, econômico e social, demonstra a importância de se viabilizar e concluir as propostas do Sistema Nacional de Cultura e do Plano Nacional de Cultura.

3.4.2. Ações do MinC no governo Lula

Com efeito, a institucionalização do MinC e dos seus respectivos programas para o setor, objetivou superar as limitações identificadas nos períodos precedentes, dentre as quais cita-se as restrições de atuação do órgão, os conflitos decorrentes da ausência, bem como da falta de intervenção do Estado no setor cultural, questões orçamentárias, A hierarquização de determinados segmentos culturais, o clientelismo e destinação das concessões de financiamento sem critérios eficazes, e o distanciamento da sociedade civil nos processos de elaboração das políticas culturais.

Para efeito de ilustração pode ser mencionado o exemplo do IPHAN e a ampliação de seu raio de ações, evidenciada por meio da inauguração de novas superintendências e escritórios técnicos, que passaram a ser responsáveis por intensificar as ações de preservação dos bens tangíveis e fortalecimento das políticas nacionais de salvaguarda dos bens intangíveis.

O patrimônio material também foi favorecido com a consolidação do Programa Monumenta, que fortalecido com as ações do IPHAN, pôde expandir suas possibilidades de atuação para um número maior de municípios. Nesta perspectiva, foram incluídos os imóveis privados e estendidos os convênios com as cidades já assistidas pelo programa até 2009. Com a finalidade de dar sequência à política de assistência às cidades históricas com seus respectivos acervos arquitetônicos salvaguardados pelo IPHAN, foi lançado, em outubro de 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas – PAC Cidades Históricas – significando uma importante conquista na medida em que consolida significativos resultados obtidos a partir do incremento das políticas culturais em nosso país, em especial da implementação do Programa Monumenta, o qual promoveu impactos positivamente relevantes para as comunidades de 26 municípios beneficiados.

A abrangência do PAC pretende atuar em 173 municípios, de todos os estados da república, com uma meta de investimentos iniciais de cerca de R\$ 250 milhões por ano. Em 2011, o PAC entrou na sua segunda fase, com o mesmo pensamento estratégico, aprimorado

pelos anos de experiência da fase anterior, mais recursos e mais parcerias com estados e municípios. Em 2013, de forma até então inédita na história das políticas de preservação, houve uma articulação com o Ministério do Planejamento, o qual autorizou a criação de uma linha destinada exclusivamente aos sítios históricos urbanos protegidos pelo IPHAN, dando origem ao PAC Cidades Históricas. Coube ao Instituto, a concepção do Programa atualmente em fase de implementação em cooperação com diversos co-executores, em especial os municípios, universidades e outras instituições federais, contando ainda com apoio técnico da Caixa Econômica Federal e de estados da federação. A previsão do investimento em obras de restauração era de R\$ 1,6 bilhão, distribuídos em 425 obras de restauração de edifícios e espaços públicos em todos os estados da federação.

Esses dados remetem a atenção para outro aspecto importante das políticas culturais deste período e, mais especificamente, no estado da Bahia, nos referimos ao atrelamento entre a preservação do patrimônio cultural com outras políticas públicas de desenvolvimento, entre as quais as políticas de habitação, acesso a educação superior e qualificação profissional, além de incentivo do fluxo turístico. Nesse sentido, a diversidade cultural, expressa pela pluralidade de manifestações, festejos, ritos, patrimônios históricos e artísticos, ou, em outras palavras, os bens materiais e imateriais tornaram-se alvos de intervenções do Estado durante o governo Lula, visando qualificar e impulsionar o crescimento da economia local. Esta vinculação, portanto, foi oportuna para a população de Cachoeira-Ba, pois, em alguns contextos, seus projetos, programas de preservação e valorização tornaram possíveis melhorias nos indicadores de desenvolvimento.

3.5. A historiografia das políticas públicas de cultura no Estado da Bahia

As políticas voltadas ao campo cultural no Estado da Bahia refletiram em vários momentos os encaminhamentos no âmbito nacional, diferindo apenas em determinados governos, consoante suas respectivas propostas de gestão para o setor. Os registros das intervenções do Estado Baiano voltadas para a cultura remontam à gestão do então governador Otávio Mangabeira (1947 a 1951), no tempo em que foi encaminhado apoio institucional à cultura, por meio da fundação do Departamento de Cultura na Secretaria de Educação da Bahia. Tendo sido pensado e administrado por Anísio Teixeira. Por algum tempo, esse departamento foi uma instância importante para ações de incentivo às artes: música, teatro, artes plásticas, a literatura e o cinema. (MACIEL, 2008).

No período da ditadura militar, marcado pelo forte protecionismo ao patrimônio do país, mais especificamente em 13 de setembro de 1967, foi criado o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – IPAC – cuja principal atribuição tem sido intervir de maneira articulada com os poder público municipal e federal, e a sociedade civil na preservação do patrimônio cultural tangível e intangível, ou seja, sua atuação volta-se para a execução das políticas públicas visando ao fortalecimento das identidades culturais no âmbito do estado da Bahia.

Durante o período no qual Luis Viana Filho (1967 a 1971) esteve à frente do governo, foram viabilizada a formação do Conselho Estadual de Cultura (CEC) destinado ao incentivo para as atividades dos produtores culturais, assim como a expansão o aperfeiçoamento dos instrumentos e conjuntos, visando, ainda, a ampliação do alcance das ações do IPAC, através da inauguração de uma sede no Recôncavo, mais especificamente, na cidade de Cachoeira, atendendo também a Santo Amaro e Nazaré.

A última instituição cultural estadual criada no período ditatorial foi a Fundação Cultural do Estado da Bahia (FCEBa), instituída pela Lei Estadual nº 3.095, de 26 de dezembro de 1972. Apesar de ter sido instituída em 1972 a Fundação só foi criada efetivamente em 1974 com a aprovação do primeiro estatuto, ela tinha por finalidade preservar o acervo cultural constituído; promover a dinamização e criação da cultura; difundir e possibilitar a participação da comunidade no processo de produção cultural proposta de dinamização, estímulo à cultura e sua produção (UCHÔA, 2008).

Nos últimos anos em que o governo brasileiro esteve sob o regime militar houve um forte apelo à campanha de valorização da “identidade cultural baiana” promovida especialmente pelo grupo de Antonio Carlos Magalhães. Durante o período marcado pelas gestões carlistas, subordinava-se a cultura ao turismo, e ainda que em certos momentos esse modelo de política cultural tenha gerado alguns ganhos do ponto de vista econômico, em momentos específicos, as concepções de cultura passaram a se limitar a produções artístico-culturais voltadas quase que exclusivamente à atração turística.

Nesse período de 12 (doze) anos em que o carlismo esteve à frente do governo estadual, houve a tentativa de promover uma imagem da cultura baiana quase que era restrita aos repertórios de manifestações culturais do Recôncavo. As ações se davam por meio do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH) que pretendia promover o desenvolvimento socioeconômico de cidades como Cachoeira, Nazaré, São Francisco do Conde e Lençóis, nas quais, se realizam o turístico histórico, ao passo que a Secretaria

Estadual de Cultura e Turismo da época destinava a maior fatia dos recursos para a capital. Nesse contexto, grandes obras em patrimônio físico foram viabilizadas em Salvador, em detrimento das cidades baianas com expressivo acervo patrimonial, além de não levar em conta as pessoas que constituíam a maioria da população dos locais onde essas obras eram realizadas, sem a garantia da sustentabilidade, e sem a participação desses agentes sociais nas discussões sobre a utilização dos imóveis. Com efeito, esse modo de fazer política de preservação do patrimônio cultural reforçava de forma evidente o clientelismo, caracterizado pelos privilégios de determinados grupos que tinham preponderância na aplicação dos principais instrumentos de incentivo à cultura, em troca de apoio político.

Em 1997 o Fazcultura, programa de incentivo ao patrocínio cultural, foi criado pelo governo do estado seguindo a tendência que vigorava no país, na época, o qual tinha por finalidade era estabelecer relações entre o Estado e a iniciativa privada usando o mecanismo de renúncia fiscal para investimento em cultura. Essa tendência foi inaugurada com a criação da Lei Sarney, em 1986. Conforme Calabre (2005) esta lei surgiu com o objetivo de superar as dificuldades financeiras que a administração pública federal enfrentou na área da cultura. No entanto, a lei não exigia a aprovação prévia dos projetos culturais, bastando o simples cadastramento como entidade cultural junto ao Ministério da Cultura, o que provocou distorções em seus objetivos.

O Fundo de Cultura, instituído pela Lei 9.431/2005, tornou-se um importante instrumento de fomento à cultura, visto que destina uma parcela da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para a área cultural. O FCBA tem como objetivo incentivar e estimular as produções artístico-culturais realizadas no estado, em consonância com o Sistema Nacional de Cultura que incentiva o apoio financeiro aos projetos e manifestações de relevância cultural, como acontecia com o patrocínio viabilizado pelo Fazcultura (1996). Porém, do mesmo modo que o Fazcultura, essa iniciativa também apresentou problemas concernentes às práticas de clientelismo.

A partir de 2007, ano que marcou a interrupção da gestão carlista, houve uma guinada no modo de pensar e gerir o campo cultural no Estado. A partir da ampliação das concepções de cultura, as políticas de preservação foram reposicionadas a um local estratégico da sociedade, passando a fazer parte das discussões sobre arte, educação, cidadania, bem-estar, geração de emprego e renda, proporcionando liberdade de escolhas, sendo a liberdade uma das definições mais recorrentes do desenvolvimento. Essas potencialidades reforçam a relevância do setor cultural para o processo de desenvolvimento

humano na contemporaneidade. Destarte, para que as políticas públicas de cultura possam contribuir para o processo de desenvolvimento, nos mais diversos aspectos, é importante ressaltar sua articulação com outras políticas de desenvolvimento, tais como o acesso à bens e serviços públicos: moradia, educação, além da geração de emprego e renda. Essa questão será abordada mais detalhadamente no capítulo subsequente.

4. A RECUPERAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE IMÓVEIS TOMBADOS COMO POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: A EXPERIÊNCIA DE CACHOEIRA-BA.

Conforme já exposto, Cachoeira teve seu sítio urbano fundado em 1698, após 3 séculos foi tombada, exatamente em 1971. De acordo com o IBGE, o município em 2015 tinha uma população estimada em 32,4 mil habitantes, com população urbana estimada em: 16,6 mil habitantes; população na área protegida é de 6,5 mil habitantes, com base no último censo realizado em 2010, De acordo com informações de Bonduki (2009), existem 1.200 domicílios na área protegida de 780.000 m². Foi neste cenário que o Programa Monumenta iniciou seu curso de ação em Cachoeira.

Neste capítulo serão abordadas as questões no tocante às premissas da intervenção realizada pelo governo brasileiro no campo da preservação do patrimônio cultural, através do programa Monumenta, o qual contou com a articulação do BID, juntamente com o governo da Bahia, com a prefeitura de Cachoeira, e com a participação da sociedade civil. Este programa inicialmente tornou possível o financiamento de obras para a recuperação de imóveis públicos e privados, cooperando, desta forma, com a requalificação do conjunto urbano protegido como patrimônio cultural do país. Com uma proposta sustentável para as ações da conservação do patrimônio que estava se deteriorando pela falta de uso, entre as finalidades deste programa, é possível identificar a melhoria e adequação das condições de habitação e utilização estratégica das edificações existentes, manutenção da população residente e dos usos tradicionais dos bens culturais, além da viabilização de geração de renda a partir da adaptação física do imóvel para o comércio no centro histórico da cidade.

Nessa perspectiva, esse capítulo busca demonstrar também a articulação dessa intervenção com outras políticas de desenvolvimento, evidenciando, primordialmente, a experiência da cidade de Cachoeira, analisando a execução das intervenções, as mudanças decorrentes dessa política, na dinâmica socioeconômica de sua população, as perspectivas dessa população, bem como as contradições percebidas no decorrer da pesquisa de campo.

Para um melhor entendimento desta intrincada ligação entre a preservação do patrimônio e o desenvolvimento local, bem como dos entraves na convivência entre moradores e órgãos de preservação foram aplicados 80 questionários, em diversos bairros da cidade, além Centro, sendo assim distribuídos: 35 no centro, 5, no Viradouro, 6, no Morumbi, 8, no Rosarinho, 5, no Caquende, 14, Novo Rumo e 7, na Pitanga. Além dos questionários, foram realizadas um total de 03 entrevistas com membros do Conselho Municipal de Cultura, com o objetivo de obtermos relatos de suas percepções concernentes ao tema da presente pesquisa.

Por oportuno, é imprescindível que sejam apresentadas, preliminarmente, as características socioeconômicas dos participantes consultados, antes mesmo de serem dissertadas as categorias analíticas que serão abordadas neste capítulo, tendo em conta que as análises serão subsidiadas pelos dados obtidos através da instrumentalidade destes questionários. A faixa etária média dos participantes desta pesquisa está entre 31 a 40 anos, correspondendo a 29%, seguida pelos que tem de 41 a 50 anos, 23%; de 51 a 60 anos (15%) de 25 a 30 anos (12%), de 18 a 25 anos (11%), acima de 60 anos (6%) e os que não informaram sua idade (4%). Quanto à cor dos respondentes, 42% se declararam negros, 46% se auto declararam pardos, 11% se auto declararam brancos e 1% não informou. 91% dos participantes são domiciliados em Cachoeira desde 2004. No que tange à escolaridade, 90% concluíram o ensino médio, sendo que desse universo de 72 participantes que concluíram o ensino médio, 16 concluíram o ensino superior e 17 estão com a graduação em curso, o que corresponde a 41% dos respondentes. Por sua vez, 47% dos que responderam o questionário declararam que possuem uma renda familiar mensal de 1 a 2 salários, ao passo que 27% recebem de 2 a 3 salários, 18% os que recebem de 3 a 5 salários, 8% não informou sua renda familiar mensal e não houve quem declarasse receber acima de 5 salários. Esses dados encontram convergência com aqueles apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – segundo o qual o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até ½ (meio) salário mínimo é de 48,6 %, sendo que o salário médio mensal dos trabalhadores formais 1,9 salários mínimos (IBGE, 2015)

4.1. O tombamento e suas consequências: a transformação da cidade de Cachoeira

Assim como se deu a história das políticas culturais no Brasil, Cachoeira também prosseguiu com a política fundamentalmente pautada na preservação do patrimônio material. Ao analisar o cenário historiográfico das políticas de proteção ao patrimônio arquitetônico

no país é possível inferir que as ações de proteção ao patrimônio no âmbito nacional, instituídas pelo Estado nos anos de 1930, foram forjadas no construto ideológico da chamada “identidade nacional”, no entanto, tanto a ideia de identidade nacional quanto a questão do caráter de excepcionalidade do bem cultural são considerados na contemporaneidade como pontos relativos.

O problema da “identidade nacional” é que, para sua construção, geralmente se eliminam outras identidades, todas aquelas outras que incomodam ou que são pontos de conflito, no âmbito desse projeto unificador de identidade [...] Nesse processo de construção da identidade nacional eliminou-se temas da cultura afrodescendente, da cultura indígena, porque o que se tentou forjar foi uma identidade brasileira que se espelhava principalmente nos segmentos da sociedade que sempre detiveram o poder religioso, econômico e político. (LINS, 2010, p. 58, 59).

Nesse contexto apontado por Lins (2010) foi que se elegeram os bens culturais para preservação em Cachoeira-Ba, pela pretensa anamnese coletiva dos moradores que demandavam a proteção das edificações que estão relacionados aos fatos memoráveis da história do país ou com valores excepcionais.

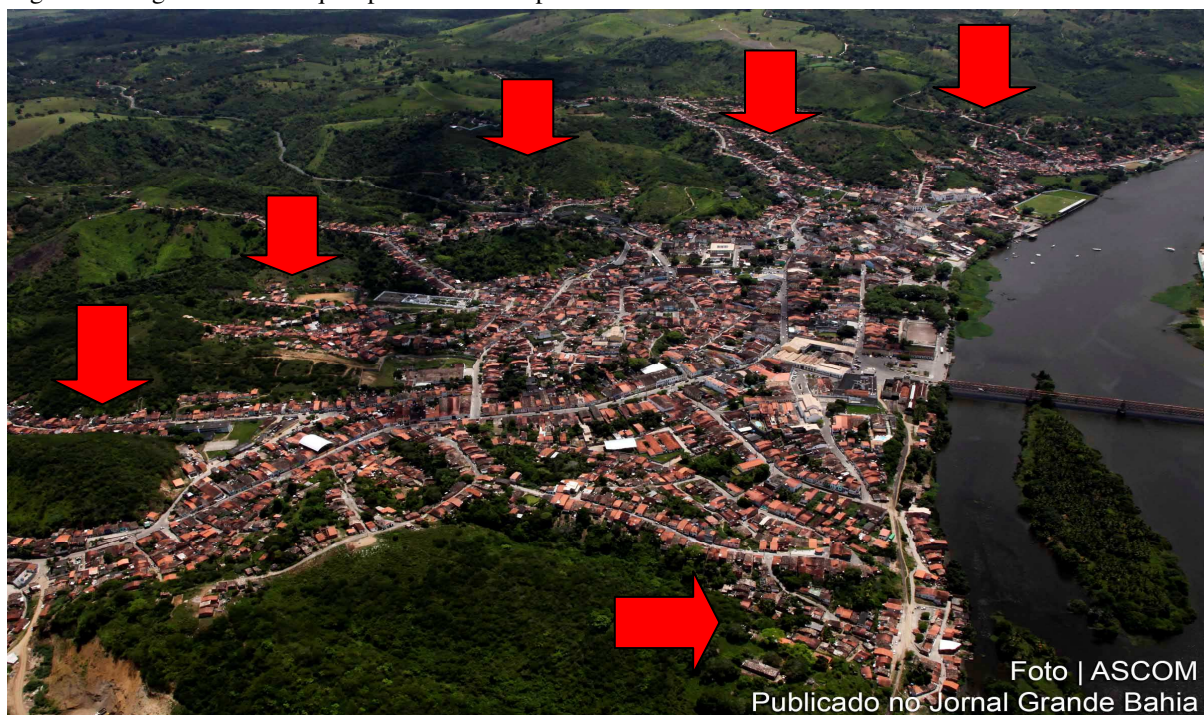
Na década de 1970, o órgão Nacional de Preservação encaminhou com deliberação positiva o processo 843-T-71 que estabelecia, a nível nacional, o tombamento integral da área urbana do município de Cachoeira, sendo providenciada a inscrição do conjunto edificado e paisagístico da cidade no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Em 13 de janeiro de 1971, Emílio Garrastazu Médici, presidente do país à época, sancionou, através do Decreto 68.045 (conforme se pode verificar no ANEXO A), tornando o perímetro urbano de Cachoeira, à época, Monumento Nacional através da sua inscrição e dos lugares históricos nos Livros do Tombo, indicando também a criação de mecanismos institucionais que garantissem a preservação, que pudesse ser aliado ao desenvolvimento da cidade, através da adoção de medidas coletivas que envolvessem a participação da federação, do Estado da Bahia, do próprio município, somados aos esforços da população, visando à implementação de política de preservação do acervo arquitetônico e natural dos sítios históricos da cidade.

Esse Decreto tem sido ao longo das últimas décadas o instrumento legal que orienta objetivamente os serviços de preservação das edificações e logradouros, assim como o acompanhamento do processo de urbanização e desenvolvimento dos novos bairros, orientando a elaboração de um plano para incentivar o fluxo turístico na cidade.

Posteriormente houve a necessidade da inclusão de Cachoeira no Programa Nacional de Cultura através do qual a cidade seria alvo de ações de assistência, incentivo e difusão do patrimônio inserido no núcleo histórico da cidade. Todavia nenhuma dessas medidas tem sido executada exatamente como o planejado, por conseguinte esses fatos trouxeram consequências negativas do ponto de vista socioeconômico para a cidade de Cachoeira.

Como essas questões não foram consideradas, esse processo resultou comumente em condições sociais desiguais bem como em situações econômicas adversas, tendo em vista que o inchaço das áreas mais distantes do centro leva a necessidade de investimentos exorbitantes em infraestrutura e, na proporção que a área que antes distava do centro passa então a fazer parte do seu entorno, as famílias de baixa renda se veem obrigadas a habitar novas regiões periféricas.

Figura 3. Imagem com destaques para as áreas expandidas.



Fonte: ASCOM/FLICA 2016, Publicado no jornal Grande Bahia Adaptada a partir de (RODRIGUES, 2014, p. 54).

O crescimento exacerbado da especulação imobiliária dessa nova região central torna obsoleta grande parte da área que antes era habitada pela chamada elite, ou seja, o centro urbano, acelerando sua decadência econômica. A ausência de investimentos concorre para um processo contínuo de deterioração, restando a situação de abandono. Diante dos espaços possíveis, tendo em vista a necessidade de expansão da cidade, iniciou-se na primeira metade

do século XIX a ocupação das áreas de encosta (BRASIL, 2005), preliminarmente por parte população de menor capacidade aquisitiva.

O tombamento de Cachoeira incluiu toda a área urbana, não sendo delimitada ou demarcada nenhuma área em específico. Rodrigues (2014) apontou que a delimitação da área tombada como patrimônio sempre foi objeto de interesse das instituições que atuam para a preservação, mas, sobretudo, era uma demanda da própria classe elitista, porém as prescrições que norteiam as demarcações oficiais só foram apresentadas na década de 1980, antes deste período isso era realizado sem uma regra clara. Geralmente, a área preservada é o que destaca o centro histórico, das outras áreas que compõem o núcleo urbano. Em outras palavras, o que se entende por cidade tombada é, usualmente, o conjunto histórico que não foi delineado. Este pormenor quando não é levado em consideração pode acarretar muitos transtornos.

A não demarcação da área tombada de um lado pode ensejar uma preservação mais integral da zona urbana, porém, de outro lado pode complicar a percepção sobre o perímetro protegido aumentando o risco da arbitrariedade das ações voltadas à preservação, e isso pode acentuar entraves entre a população e institutos responsáveis pela preservação do patrimônio. Conforme escreveu (CASTRIOTA, 2009, p. 181):

“[...] se o instrumento de tombamento foi importante num primeiro momento, hoje em dia necessitamos de mecanismos mais flexíveis e adequados para a necessária gestão da mudança das áreas a serem conservadas” Em outras palavras, o autor aponta para a necessidade de levar em consideração a preservação de perímetros que foram ampliados ao longo do tempo, de maneira que possam contemplar os interesses tanto da população quanto das instancias responsáveis pela preservação do patrimônio cultural, de modo a buscar parâmetros voltados ao desenvolvimento local para as áreas que tenham uma representação significativa para a população e que não apenas se preocupasse com intervenções nos bens imóveis.

O significado do tombamento para população local apenas ganhou reforço retórico uma década mais tarde, quando em março de 1982 a cidade passou a ser reconhecida como Monumento Nacional, na culminância do Seminário “Preservação e Valorização do Patrimônio Cultural e Natural”, organizado pelo SPHAN-Pró Memória⁴. Esse seminário era

⁴ “A partir do final de 1979 a responsabilidade pela preservação do acervo cultural e paisagístico brasileiro passou para a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como órgão normativo, de direção superior e coordenação nacional, incumbindo a Fundação Nacional Pró-

reflexo da política de preservação adotada na época quando se divergia ante a ideia de apropriação nacional dos patrimônios, ao passo que tutelava a apropriação dos bens pelos agentes locais, visando o que defendiam ser a maneira legítima de sua preservação. Essa nova concepção da preservação do patrimônio foi defendida nas palestras informativas, discussões em grupos de trabalho e nos relatórios elaborados a partir das deliberações aprovadas. A despeito desses esforços, com certa dificuldade, somente algumas proposições tiveram cumprimento: a criação do plano diretor do município, o desenvolvimento parcial de um componente curricular nas escolas da rede pública de ensino e a implantação de um campus universitário, que trazia a perspectiva de mudanças significativas na estrutura socioeconômica da cidade. Rodrigues (2009).

Convém apresentar aqui alguns fatos na tentativa de elucidar as razões pelas quais outras deliberações não tiveram cumprimento, a saber: a descontinuação da política de participação da sociedade decorrente da mudança de paradigma político, que trouxe o modelo mercadológico às políticas culturais, no período neoliberal. Os recursos humanos insuficientes no staff técnico dos órgãos de preservação tanto federal quanto estadual que tornava exígua as ações do IPHAN e IPAC em Cachoeira, sem contar a falta de mobilização social nas reivindicações do cumprimento das proposições. A atuação desses órgãos em Cachoeira, merece, inclusive, uma abordagem mais pormenorizada, em tópico específico, tal como se segue.

4.2. A atuação do IPHAN e IPAC em Cachoeira.

Como o tombamento de Cachoeira se deu no âmbito federal, atribui-se ao IPHAN o encargo das ações de preservação e integridade do patrimônio da cidade. O instituto dispõe de um escritório técnico situado em um local estratégico e conta com um quadro de pessoal aquém do desejável, o que torna suas ações limitadas. A partir da data em que em que Cachoeira foi tombada, as preocupações dos que estavam à frente do órgão federal sempre foram a inspeção e vigilância do perímetro urbano que o órgão reconhecia como tombado. Essas ações se realizavam através pareceres, autorização de construções ou reformas, na consultoria na elaboração de projetos e sua posterior aprovação de projetos e plantas arquitetônicas, com o intuito de garantir as características originais dos imóveis, como também a continuidade do aspecto histórico da cidade.

Memória, como órgão operacional, proporcionar os meios e os recursos que permitiam agilizar a Secretaria.” (SPHAN, 1980a, p. 28-29).

O IPAC, órgão do poder estadual destinado a desempenhar ações em parceria com o órgão federal – IPHAN – que visa especificamente a preservação do patrimônio histórico cultural das cidades da Bahia. Com a mesma situação de staff insuficiente, as ações do IPAC foram mais evidentes entre as décadas de 1970 e 1980 época em que o Instituto estadual teve uma atuação marcante no gerenciamento do Programa das Cidades Históricas (PCH) em Cachoeira e, em 2002 quando o instituto ficou incumbido de ser a Unidade Executora do Programa Monumenta (UEP) na cidade. Não obstante, para os moradores de Cachoeira, o órgão possui somente um papel representativo, não tem sido reconhecido por realizar ações mais relevantes no tocante à preservação do patrimônio, Tendo em sua sede um salão que comumente se destinava à exposições, o local também recebia reuniões técnicas, além de ter abrigado o Conselho do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural (FUNPATRI) no início de suas atividades.

Com efeito, comumente se percebe que o poder público local não interferiu no processo de expansão desordenada do território habitado, além disso, em muitas circunstâncias o poder municipal não atuou de modo conjunto com os órgãos de preservação, antes, protagonizou ações e fez concessões que se contrapunham às orientações do IPHAN, acentuando os conflitos já recorrentes entre a população e os Institutos de preservação. Dessa forma, ficam evidenciados os entraves que, por três décadas foram fatores impeditivos do desenvolvimento de uma gestão integrada entre os três entes federados.

4.2.1. A relação dos cachoeiranos com os institutos responsáveis pela preservação.

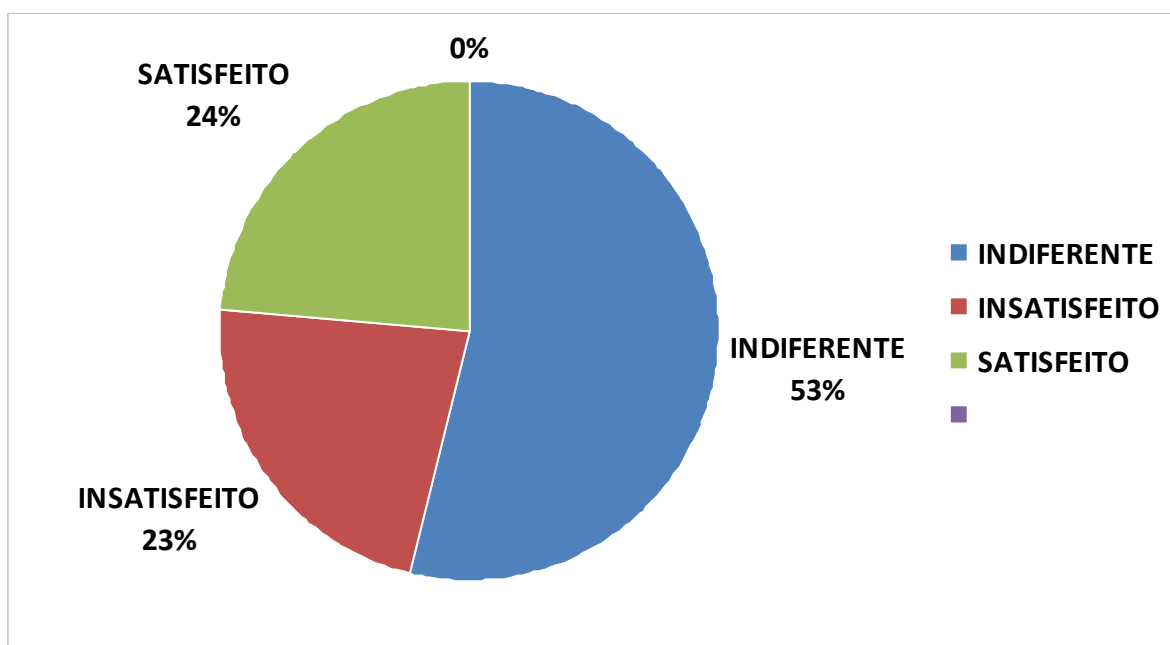
Talvez, essa falta de participação de agentes sociais nas questões concernentes à cultura, encontre ressonâncias na relação conflituosa, historicamente reconhecida, entre os moradores De Cachoeira com os órgãos de proteção. Haja vista que, ao longo de três décadas, o tombamento da cidade foi uma representação de estagnação econômica e social, uma vez que os órgãos de proteção atuavam de maneira restritiva e coercitiva, conforme relatos de alguns moradores entrevistados, durante muito tempo a sociedade de Cachoeira associou às ações de preservação, à falta de investimentos qualitativos na cidade, Conforme apontou José Luiz Anunciação Bernardo⁵:

⁵ Advogado, Secretário de Cultura de Cachoeira no período de 2012 a 2015, Presidente do Conselho Municipal de Políticas Culturais e do Fundo Municipal de Cultura, Presidente da Lira Siciliana. Entrevista realizada em 12/04/2018.

[...] antes do programa Monumenta, a gente remonta ao ano de 1971, 72, desde então, nunca houve um investimento concreto do governo federal, para a cidade de Cachoeira, até o Monumenta, não havia nenhum registro de investimentos nesse campo, em contrapartida a palavra de ordem era: “é proibido”, “não pode” “não tem como”, “é tombado!”, “é patrimônio, etc”,[...] “se você fizer acionamos a Polícia Federal”. Esses termos eram ditos a moradores que gostariam de realizar alguma intervenção em suas residências e o retorno que tinham eram essas frases de ordem. Em contrapartida, os moradores tinham um problema de ordem prática, não dispunham de recursos para realizar as reformas conforme as prescrições dos órgãos de proteção e não recebiam nenhum tipo de incentivo.

Essas expressões refletiam o período autoritário no qual foi decretado o tombamento da cidade. O próprio termo decreto-lei conota uma imposição, um processo decisório vertical, já que é um ato próprio de quando o executivo assumiu também o legislativo no período do regime ditatorial. Essa forma de tratar a questão de reformas dos imóveis, e de preservar o patrimônio, impactou negativamente na relação da população com os órgãos de proteção ao patrimônio.

Gráfico 1. Nível de satisfação dos pesquisados referente a atuação dos órgãos de preservação em Cachoeira.



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados coletados pelo autor.

A análise do gráfico indica que, embora na última década as ações de preservação do patrimônio tenham conquistado espaços de interesse público e crescente reconhecimento cada vez mais consolidados em diversos setores da sociedade cachoeirana, ainda se pode verificar um descontentamento da parte dessa população em relação às ações dos órgãos de

preservação, considerando a porcentagem de respondentes que se consideram indiferentes e insatisfeitos. Com efeito, as respostas a essa seção do questionário apontam para uma avaliação relativamente negativa por parte dos consultados. Durante muito tempo as pessoas associavam a estagnação econômica da cidade ao fato do seu tombamento; a preservação do patrimônio em Cachoeira, na percepção dos moradores, era o “monstro” que impedia os moradores de reformar suas próprias casas, numa linguagem mais formal, era a causa da ausência de crescimento qualitativo dos indicadores socioeconômicos.

Com efeito, até hoje há repercussões dessa relação conflituosa entre a população e os órgãos de preservação, demonstradas através da aplicação de questionários, durante a pesquisa de campo. Uma das possíveis explicações reside no fato de que ainda hoje o órgão federal não promove um diálogo mais aproximado com a população de Cachoeira, no sentido de orientar e incentivar as ações de preservação, antes, suas ações de hoje, em muito refletem as do passado, no controle e fiscalização dos imóveis tombados, e ainda mais, pela ausência do Instituto que é sentida especialmente pelos moradores dos bairros mais distantes do centro, mas que estão no seu entorno e da mesma forma compõem o perímetro urbano.

4.3. O programa Monumenta e a perspectiva de melhorias nas condições socioeconômicas dos cachoeiranos.

Partindo de uma análise semântica, o vocábulo “Monumenta” remete à forma verbal *monere*, que em latim significa lembrar. Convergindo com essa explanação etimológica de Choay (2006, p. 17). O Projeto Monumenta carrega a proposta de manter viva a lembrança de pessoas, fatos ou lugares que expressam valor e significado histórico e cultura. Esse projeto tem origem nas políticas públicas destinadas ao campo cultural, viabilizadas pelo governo federal, através do qual se propôs investir valores consideráveis, com o intuito de revitalizar os centros históricos locais. A proposta será adequada a cada uma das localidades, considerando suas respectivas especificidades, no entanto com uma mesma base filosófica que articula menos em questões histórico-culturais das localidades e mais naquilo que os documentos oficiais do Projeto têm caracterizado como sustentabilidade, visibilidade, atratividade e acessibilidade.

A partir de 1990 o MinC e a direção do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID deram início aos entendimentos para viabilizar um programa de preservação do patrimônio cultural do país, com ênfase nos sítios e conjuntos urbanos. No ano seguinte, o IPHAN elabora a Carta-Consulta ao BID, aprovada em agosto. Em 1997, cria-se a Unidade

Central de Gerenciamento – UCG no MinC e se redefine a de que forma o IPHAN contribuiria com o programa.

Antes de iniciar a operacionalização do programa, quando da aproximação do Ministério da Cultura com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, em 1996, o ministro contratou uma empresa privada para a elaboração do projeto solicitado pela instituição financeira, na impossibilidade do IPHAN realizar tal tarefa em tempo hábil. A contratação foi feita via convênio com a instituição internacional, a Unesco, para burlar a Lei de Licitações, "o que acarreta, também, pagamentos e custos internacionais". Contratados gestores externos, a proposta do Monumenta passou a ser discutida fora do IPHAN, pois precisava de "autonomia e independência". Técnicos e consultores do BID participaram para desenhar, configurar e priorizar o processo. Embora as intervenções financiadas dentro do Monumenta devam ter projeto, orçamento e detalhamento técnico aprovados pelo IPHAN, que, na era do desmonte das instituições públicas, não possuía pessoal em número suficiente para atender as demandas que o projeto vai gerar.

O financiamento para a recuperação de imóveis privados. Marcadamente como em ser um instrumento inovador e pioneiro que permite aos moradores e usuários de centros históricos conservarem os edifícios que compõem o conjunto urbano protegido. O objetivo do Programa passou a ser a construção de uma forma de intervir que aliasse a preservação do patrimônio histórico ao desenvolvimento local, com geração de emprego e renda e estímulo à inclusão social. Isso sempre levando em consideração o protagonismo municipal e a articulação institucional entre as três esferas de governo. Buscou-se, ainda, garantir a diversidade social e funcional nas áreas de intervenção, com especial incentivo do uso para a habitação, promovendo a ocupação das edificações sob proteção de forma integrada com a qualificação dos espaços públicos.

Nesse cenário, o financiamento para a recuperação dos imóveis privados surgiu como o principal instrumento do Programa para intervir de forma abrangente nos centros históricos e em consonância com os objetivos expostos. Essa ação demandou grande esforço operacional para se efetivar, mas sempre foi considerada prioritária. Afinal, representa a possibilidade de atuação para além dos conjuntos protegidos e dos espaços públicos, atingindo diretamente as comunidades, melhorando a vida das pessoas que realmente fazem os centros históricos. O Monumenta também criou uma estrutura para a descentralização da gestão do patrimônio com a criação de fundos municipais de preservação, investindo na criação de uma política local de patrimônio. Com essas mudanças, o Programa conseguiu

impor uma cultura de preservação mais ampla, em detrimento da tradicional cultura da conservação pontual, que trata o bem protegido de forma isolada e independente do contexto local no qual se insere.

A preservação do patrimônio cultural passa, então, a ser tratada como fator dinâmico que interage com as lógicas econômica e social próprias das cidades, integrando-se às políticas de desenvolvimento urbano implementadas pelo município. Essa articulação é imprescindível para inserir de fato as áreas protegidas na dinâmica urbana.

Cachoeira detém um enorme acervo de construções históricas de inestimável valor artístico e cultural, em situação bastante precária de conservação, sem apresentar a vitalidade socioeconômica compatível à geração de recursos que propiciem os investimentos necessários à sua recuperação e contínua manutenção. A implantação de cursos universitários, pela capacidade de polarizar em nível regional um relevante fluxo de pessoas, é uma atividade de grande potencial multiplicador na geração de negócios complementares imprescindíveis à vida dos estudantes: pensões, repúblicas, restaurantes, bares, papelarias, para citar apenas alguns. Indiretamente, pela predominância da faixa etária mais jovem, cria possibilidades adicionais de desenvolvimento de um turismo diferenciado, focado na cultura e na juventude.

Cachoeira foi a cidade brasileira, dentre as 26 beneficiadas, que mais recebeu recursos. De acordo com Bonduki:

O desempenho do programa variou enormemente entre os municípios, dependendo da capacidade dos agentes locais. Em decorrência, ocorreram inúmeras alterações nos perfis originais, de modo que as cidades em que as intervenções tiveram melhor resultado puderam incluir novos projetos, enquanto outras tiveram seus orçamentos reduzidos e projetos cancelados. Assim, para algumas cidades, como Cachoeira, onde os resultados foram muito positivos, os recursos tiveram um acréscimo de 417,64%, atingindo cerca de 42 milhões de Reais. (BONDUKI, 2010, p. 50).

Nesse sentido, o patrimônio material foi alvo de ações progressivas do Programa Monumenta durante o Governo Lula, abarcou um quadro mais amplo de municípios, sendo incluídos os imóveis privados e ampliados os convênios com os municípios já contemplados pelo programa até 2009. No intuito de prosseguir com esta política de revitalização das cidades com conjuntos ou sítios arquitetônicos preservados, foi anunciado em outubro de 2009, o PAC Cidades Históricas (Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas). No entanto com a reviravolta econômica que ocorreu em meados de 2015 afetou profundamente o orçamento que garantia os recursos desses programas, não apenas

Cachoeira, como outras cidades históricas deixaram de receber os benefícios desses programas.

4.4. Recuperação de imóveis públicos e coletivos: mudanças na dinâmica socioeconômica da população de Cachoeira.

A começar pelos imóveis públicos, ou coletivos, dentre as obras em Cachoeira, estão a restauração da Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte, restauração da Igreja Matriz, o Convento do Carmo, o Cineteatro Glória pensado para atender a eventos culturais, principalmente nas áreas de cinema, teatro, dança e música e o Quarteirão Leite Alves preparado para receber a sede do Centro de Artes Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, entre outros que totalizam 80 imóveis públicos e privados e monumentos tombados pelo IPHAN. Sendo mais específico, segue um quadro descritivo das intervenções do Programa Monumenta em Cachoeira:

Tabela 1. Ações do Programa Monumenta e suas interfaces com outras políticas sociais voltadas para o desenvolvimento.

Ações no Patrimônio Histórico e Cultural de Cachoeira	Interfaces com outras Políticas de Desenvolvimento
<ul style="list-style-type: none"> •Recuperação dos bens imóveis •Proposições de uso estratégico do patrimônio •Incentivo à educação patrimonial •Valorização do conjunto arquitetônico •Criação do Fundo Municipal de Preservação para a sustentabilidade do patrimônio 	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas de habitação • Incentivo ao Turismo Etnico-cultural • Expansão do Ensino Superior • Acesso à bens e serviços culturais • Geração de emprego e renda

Fonte: Elaboração própria, a partir de levantamento bibliográfico realizado pelo autor.

Fundamentado em conceitos comumente empregados nas Ciências Sociais, esta pesquisa considera o Monumenta/BID como uma política pública de desenvolvimento, com atuação precípua na preservação do patrimônio cultural, assumindo especificidades de um programa, uma vez que os objetivos e recursos a serem aplicados, bem como suas fontes, foram estabelecidos preliminarmente à sua implementação. Esse entendimento foi importante para a definição do recorte temporal desta pesquisa: A partir de 2002 (quando o programa teve início em Cachoeira, sendo divulgado o Edital 001/2005-IPHAN a 2016

Quando a cidade já estava apta a apresentar empiricamente os impactos decorrentes das intervenções realizadas pelo referido programa). Totalizando um período de 10 (dez) anos.

A operacionalização do programa com suas respectivas intervenções em Cachoeira implicou em esforço conjunto entre governo federal e o governo do estado, através de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – no intuito de garantir consideráveis investimentos, conforme a exposição nos parágrafos subsequentes, e através do quadro 1; de acordo com os órgãos responsáveis pela execução do Monumenta, de 2002 até ao final do programa em 2012, estimava-se que a previsão orçamentária para o Programa em Cachoeira seria o montante de, aproximadamente, R\$ 41.297.688,79. Os quais seriam investidos, prioritariamente, visando a recuperação do patrimônio cultural edificado de Cachoeira, tornando Cachoeira uma das cidades brasileira que mais recebeu recursos do Programa. Abaixo segue o quadro com os valores estimados referentes à recuperação de imóveis públicos e privados em Cachoeira.

Quadro 1. Origem e valores do investimento para as intervenções do Monumenta em Cachoeira

VALOR DO CONVÊNIO	GOVERNO FEDERAL	GOVERNO ESTADUAL/LOCAL
41.297.688,79	R\$ 28.908.382,15	12.389,306,64

Fonte: IPAC/Monumenta/Acervo Particular de Jomar Lima
Adaptado pelo autor

Ao longo de dez anos, foram realizadas 55 (cinquenta e cinco) intervenções em imóveis públicos e privados, além de logradouros e monumentos públicos, selecionados por seu enquadramento ao projeto, mais especificamente, visando à reforma ou restauração dos seus aspectos arquitetônicos e solidificação das estruturas. Dessas 55 intervenções, 15 são imóveis públicos, como também aqueles identificados como coletivos, ou monumentos, e 38 imóveis privados, o que reforça a ideia de que o programa priorizou a preservação de imóveis na sua atuação. Para uma abordagem mais detalhada da relação da recuperação desses imóveis com o processo de desenvolvimento local, é necessário fazer uma análise das duas categorias, separadamente, tendo em vista que a recuperação e uso dos imóveis públicos se articulam com políticas de desenvolvimento, diferentes daquelas cujas interfaces podem ser identificadas na recuperação e uso de imóveis privados.

4.5. A importância das reformas e recuperação de imóveis públicos e coletivos para o desenvolvimento dos cachoeiranos.

O Programa Monumenta está presente em Cachoeira desde 2002, quando foi assinado convênio com o governo federal e estadual, sendo executado pelo Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia. O investimento na cidade, para a preservação foi estimado inicialmente em cerca de R\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de Reais), para atender, neste primeiro momento, os imóveis públicos/coletivos. Neste período, foram executadas 15 obras em imóveis públicos e/ou coletivos, entre elas o restauro do Conjunto do Carmo, da Igreja Matriz do Rosário, da sede da Fundação Hansen Bahia, cujo espaço tem sido compartilhando pela referida Fundação e pelos programas de pós-graduação do Centro de Artes, Humanidades e Letras, o qual, tendo recebido o Quarteirão Leite Alves após reforma do Monumenta, integra o Campus da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, menciona-se também a Casa de Câmara e Cadeia, além de imóveis que já pertenceram à personagens proeminentes da história da cidade, tais como o de Ana Nery e o de Teixeira de Freitas que após restaurados, sediam repartições responsáveis por serviços importantes, a exemplo da sede do IBGE e Secretarias Municipais de Educação e Cultura e o Fórum da cidade. É importante incluir nesta lista o Cineteatro Cachoeirano o qual tem prestado à população local relevantes serviços, no que tange às realizações de oficinas de dança e música, espetáculos teatrais, exibição de filmes, entre outras atividades e bens culturais.

Esses imóveis podem ser vistos com mais detalhes através do quadro que lista os imóveis públicos/coletivos restaurados em cachoeira:

Quadro 2. Lista de imóveis públicos/coletivos que foram recuperados pelo Monumenta entre 2002 a 2014.

IMÓVEL	VALOR (R\$)	CONCLUSÃO
Capela de Nossa Senhora da Ajuda	135.901,97	2002
Casa Natal de Ana Nery	183.251,67	2004
Casa de Câmara e Cadeia	400.551,92	2004
Igreja do Rosarinho e Cemitério dos Pretos	436.188,22	2006

Conjunto do Carmo (Ordem 1 ^a igreja e ordem 3 ^a , casa de oração)	4.440.354,56	2006
Imóvel à Rua Benjamin Constant, nº 17	258.178,68	2006
Casa Natal de Teixeira de Freitas	278.504,91	2006
Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário	1.553.745,40	2007
Imóvel à Rua Ana Nery, nº 02	367.651,66	2007
Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte	1.001.123,42	2008
Imóvel na Rua Treze de Maio, nº 13 (Espaço Cultural)	992.134,77	2008
Requalificação Urbana de Logradouros	2.228.201,47	2008
Quarteirão Leite Alves	7.961.587,05	2009
Imóvel na Praça Manoel Vitorino, nº 12 (Sede da Fund. Hansen)	1.198.512,09	2010
Casa da Moeda, Rua Ana Nery, 25	1.542.823,75	2012
Cine-Teatro Cachoeirano	4.318.430,82	2012
Total	27. 297.142,36	

Fonte: IPAC/Monumenta/Acervo Particular de Jomar Lima

Adaptado pelo autor

É bom ressaltar que alguns desses imóveis tiveram uma utilização diversa daquela para a qual foi proposta inicialmente, mas sem causar maiores impactos no processo de desenvolvimento analisado nesta pesquisa. É sabido também que, além dessas questões de utilização diferente da prevista, houve atrasos na entrega de alguns destes imóveis, para

efeito de exemplificação desses dois problemas, menciona-se caso do prédio histórico da Rua Ana Nery, número 25, pertencente à Santa Casa de Misericórdia, a qual foi embargada por uma ordem judicial. Segundo notícia veiculada:

o embargo seria motivado por uma ação de locatários de um imóvel, também pertencente à Santa Casa de Misericórdia, que está alugado e funciona como um escritório. Ainda conforme os operários, os locatários do imóvel alegam que os trabalhos de restauração do casarão estão prejudicando a imóvel deles. Revoltados com os autores da ação, os trabalhadores disseram que as referidas pessoas têm causado vários problemas para dificultar a continuidade das obras [...] O imóvel está sendo restaurado pelo Programa Monumenta no valor de R\$\$ 1,5 milhão e, a princípio, a intenção da Ufrb é que o imóvel funcione como casa estudantil e de professores. (A TARDE, UOL, 26/05/2011⁶)

4.5.1. Uma outra perspectiva da UFRB em Cachoeira.

A intervenção do Monumenta em Cachoeira pretendeu promover uma guinada na dinâmica local, na tentativa de reverter a visão da preservação do patrimônio, como fator de estagnação socioeconômico. Um dos marcos dessa proposta, foi a instalação do campus da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, sendo esta a experiência inicial do programa em restauração de edifícios históricos e sua transformação em campus universitário. Nesta perspectiva, (BONDUKI, 2010, p. 232) escreve:

A implantação de cursos universitários em núcleos históricos, como estratégia para possibilitar uma preservação sustentável de pequenas cidades em estado de estagnação, constituiu uma alternativa de grande impacto proposta pelo Programa Monumenta. Trata-se de uma forma criativa de atrair recursos de outras esferas de governo, garantindo estabilidade para os núcleos históricos. Por meio dessa proposta, criou-se uma nova demanda para os edifícios da área protegida por tombamento que se encontravam desocupados, subutilizados ou em ruínas, em decorrência da perda de sua função original. Novos usos dinâmicos, capazes de impulsionar de maneira continuada a reabilitação de edifícios e espaços urbanos, faziam-se necessários.

⁶ Disponível em: <http://www.atarde.uol.com.br/bahia/noticias/1266373-justica-embarga-obra-do-programa-monumenta>. Acesso em 16 fev. 2018.

Figura 4. Imagem do Quarteirão Leite Alves, antes da reforma:



Fonte: IPHAN/IPAC/Monumenta.

Figura 5 Imagem do Quarteirão Leite Alves, após a reforma



Fonte: IPHAN/IPAC/Monumenta.

A despeito dos argumentos expostos, o fato do Quarteirão Leite e Alves ter sido restaurado e reutilizado de maneira estratégica, com vistas ao desenvolvimento local, tem sido discutidos em alguns trabalhos acadêmicos. O caso do Campus da UFRB em Cachoeira, tem sido abordado em Rodrigues (2014), Henrique (2009), sobre os efeitos econômicos produzidos por esta universidade pública em Cachoeira. Entendendo que a geração de rendas e receitas são indicadores pertinentes para a avaliação dos impactos produzidos por esse novo elemento social nas atividades econômicas, cabe então buscar saber se, aliada a esta perspectiva econômica, houve mudanças significativas em outras dimensões do

desenvolvimento local e, desta forma, poder reafirmar ou não se houve contribuição do CAHL, na economia local. Para além das contribuições quantitativas, busca-se as contribuições que vão além do surgimento de novos polos de emprego e renda, o que, na compreensão desta pesquisa, são indicadores insuficientes para se pensar em uma mudança qualitativa, visto que a melhoria das condições de vida de uma população decorre da aglutinação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento, e não somente da expansão do ensino superior público e os seus desdobramentos socioeconômicos.

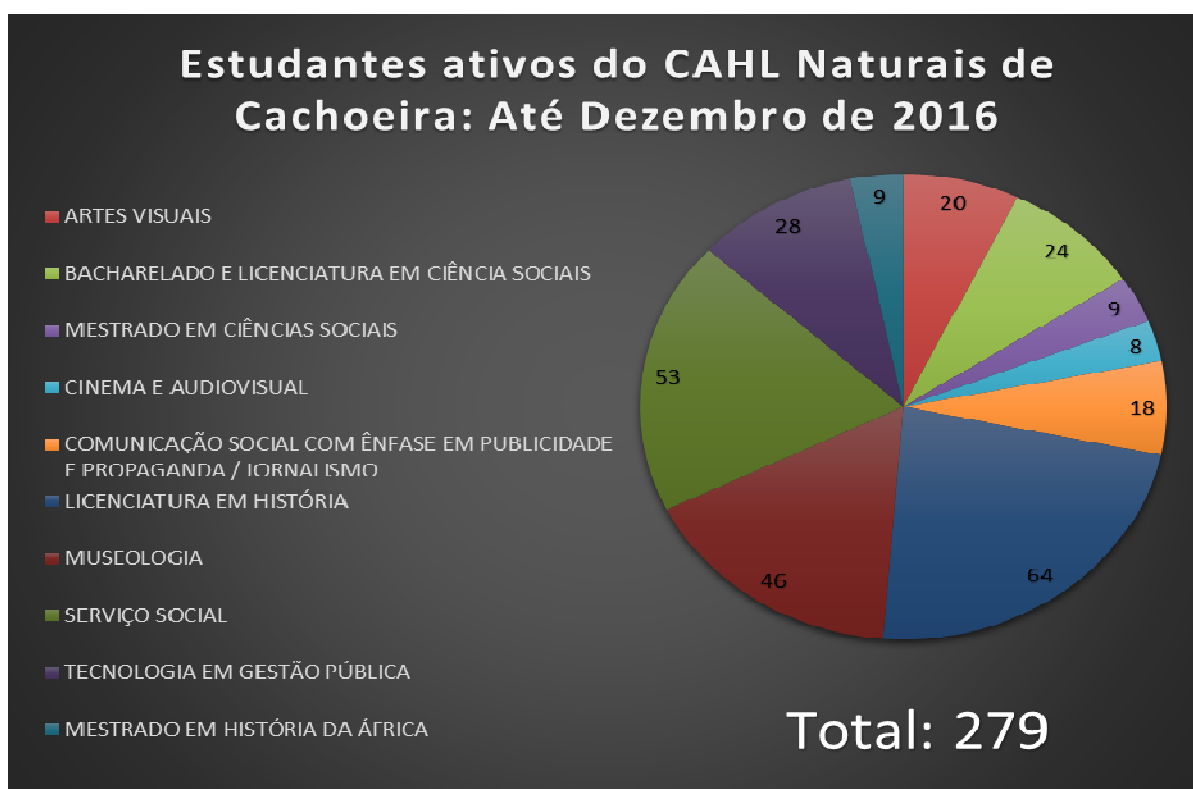
Não obstante, a concordância com esses autores no que concerne ao impacto positivo da implantação do CAHL para o crescimento econômico de Cachoeira, há, todavia, outras considerações que esta pesquisa pretende apontar como importantes, referentes ao campus já implantado. Ainda que existam fatos observáveis quanto ao aumento de demandas de bens e serviços em Cachoeira decorrentes da implantação do CAHL, e as contribuições deste campus no que tange à oferta de cursos superiores nas áreas de Artes e Humanidades, contudo, é necessária uma discussão mais ampliada no que se refere as reais contribuições daquele centro de ensino para a cidade.

Analisando as contribuições diretas que a instalação do campus proporcionou à população de Cachoeira, buscando evidenciar a relação que se estabelece entre o CAHL e os moradores da cidade, preliminarmente dissertando sobre o tripé norteador da academia, isto é, o ensino, a pesquisa e extensão em seguida, serão abordadas as questões de geração de empregos diretos e indiretos, além de outras contribuições da instituição, na perspectiva dos moradores. Através dos dados referentes ao ensino, busca-se entender de que modo a comunidade Cachoeirana tem sido beneficiada com a oferta dos cursos na área de Artes, e Humanidades. Por pertinência, a pesquisa se busca demonstrar também a percepção da população local, em referência aos aspectos positivos e negativos da implantação do Campus no Centro da cidade. Como a oferta de ensino superior público, pode estar corroborando para a melhoria de indicadores socioeconômicos, ou, mais especificamente, na qualidade de vida dos cachoeiranos.

Ademais, ainda que de modo transversal, convém a este estudo perceber o nível de integração do CAHL nos assuntos que são temas de interesse público, identificando o modo como as atividades realizadas na academia influenciam as tomadas de decisão do poder público local, bem como se a comunidade acadêmica tem participado de conselhos, consultas públicas ou quaisquer instancias consultivas ou deliberativas concernentes aos temas de interesse da população.

Ademais, tem-se como ponto de partida o gráfico 2, que segue abaixo, através do qual se pode verificar o número de estudantes naturais de Cachoeira matriculados e ativos no CAHL entre 2006 a 2015, registrados pelos respectivos cursos de graduação e pós-graduação. Segundo dados oferecidos pela Superintendência de Regulação e Registros Acadêmicos (SURREAC) da UFRB, entre o ano de 2006 a 2015, aproximadamente 2023 (dois mil e vinte e três) estudantes estavam ativos, no CAHL, matriculados nos diferentes cursos, deste total, apenas 279 matriculados declararam ser naturais de Cachoeira, esses estudantes matricularam-se em todos os cursos do CAHL, incluindo as duas pós graduações *stricto sensu*, conforme se pode verificar no gráfico abaixo.

Gráfico 2 Estudantes ativos do CAHL, naturais de Cachoeira no período de 2006 até 2015.



Fonte: Dados organizados pelo autor, a partir de informações fornecidas pela SURREAC-UFRB.

Segundo informações fornecidas pela SURREAC/UFRB, entre 2006 a 2016 havia 2176 estudantes ativos no CAHL, matriculados nos 10 cursos de graduação e nos 02 programas de pós-graduação. Notadamente, dentre os 2023 (dois mil e vinte e três) estudantes ativos na graduação, 261 (duzentos e setenta e 1) são estudantes que identificaram o município de Cachoeira como local de nascimento; correspondendo ao percentual de aproximadamente 13.4% do total de estudantes ativos no campus. Como se pode verificar, o

número de cachoeiranos representa pouco mais de 10% do total que constitui a comunidade acadêmica em questão. Dos 153 (cento e cinquenta e três) estudantes que entraram nos programas de Pós-graduação ofertados pelo CAHL, apenas 18 são de Cachoeira, o que representa apenas 8,4% dos mestrandos. Sem considerar, ainda, o número de estudantes de Cachoeira que desistiram de suas matrículas, acrescentando às avaliações estatísticas sobre evasão do ensino superior, bem como o número de estudantes egressos dos cursos mencionados, os quais totalizam apenas 68 (sessenta e oito), ou 25,1%. As razões tanto para a evasão, quanto para os números de estudantes que conseguiram concluir os cursos são complexas. No entanto, é fato que ainda é pouco expressivo o número de Cachoeiranos que se beneficiaram nos cursos superiores oferecidos pelo CAHL. Em se tratando do quadro de pessoal do CAHL, no qual se incluem efetivos e terceirizados, durante o período entre 2006, 2009, 2010 e 2015 apresentam-se os seguintes resultados, conforme a tabela:

Tabela 2. Quadro de Pessoal efetivo e terceirizado do CAHL, entre 2006, 2009, 2012 e 2015

QUADRO DE PESSOAL				
ANO	DOCENTES	TAES⁷	TERCEIRIZADOS	TOTAL
2006	23	5	3	31
2009	87	9	4	100
2012	112	29	38	179
2015	114	37	57	208

Fonte: Dados organizados pelo autor, a partir de relatórios disponíveis nos sites da UFRB: PROGEP/CAHL

A análise da tabela acima permite diversas inferências, a mais pertinente para esta pesquisa respalda-se no fato de que nenhum docente dos 114, que preencheram as vagas ao longo desses 9 anos, são naturais de Cachoeira; dos 37 técnicos-administrativos, apenas 2 são naturais de Cachoeira, o que corresponde a menos de 1% dessa categoria. Apenas na categoria de profissionais terceirizados é que a implantação do CAHL beneficiou a população, uma vez que dos 57 postos terceirizados, 48 são ocupados por funcionários naturais de Cachoeira, o que equivale a 84,2%.

Para além desses dados quantitativos que já dão indícios das reais contribuições do CAHL para a população de Cachoeira, em 2012, a Comissão Própria de Avaliação – CPA – da UFRB realizou o primeiro ciclo de avaliação que incluiu a opinião da comunidade externa

⁷ Sigla de Técnicos-administrativos em Educação.

sobre a contribuição da Universidade para o município, tornando esta informação de igual modo pertinente à compreensão desta pesquisa. De acordo com o relatório do ciclo avaliativo de 2012-2014 a referida comissão registrou um levantamento junto à 278 entrevistados em todos os campi, destes, 60,1% do sexo feminino, estado civil - solteiro (50,4%), idade média de 33 anos e 29 dias, com ensino médio completo (36,5%), sendo 9,35% dos respondentes, domiciliados em Cachoeira. Quando questionados sobre a contribuição da Universidade para o município, um percentual de 27,29% revelou-se indiferente, ou seja, nem satisfeito, nem insatisfeito; 25,21% satisfeitos e 21,36% muito satisfeitos. Neste aspecto, percebeu-se certo equilíbrio, contudo, o fato de que para uma maioria significativa a presença da universidade alterou pouco neste período a situação do município. Em relação ao indicador que concerne à relevância dos cursos para a comunidade ou município, verificou-se resultado muito próximo, contudo com o aparecimento de uma nova categoria (insatisfeitos) e com maior diferença percentual entre as opiniões. Os indiferentes foram 27,41%, os insatisfeitos (20,36%) e os satisfeitos (22,23%).

A análise conjunta dos dois indicadores corrobora com um resultado encontrado em relação às atividades de extensão, que foi o número de prestação de serviços à comunidade, e ainda com outra categoria deste mesmo levantamento sobre conhecimento de algum projeto coordenado na UFRB cujo resultado revelou que 69,63% não tem nenhum conhecimento sobre os projetos da UFRB.

Ainda nessa perspectiva qualitativa, a CPA registrou que ao serem questionados sobre os impactos positivos as palavras mais citadas foram: conhecimento, crescimento e desenvolvimento, todas voltadas para a comunidade externa da universidade. Quanto aos aspectos/impactos negativos, apresentaram-se questões bastante pragmáticas e passíveis de análise e ponderações, como por exemplo, a associação que esses moradores fizeram com aumento do custo de vida, maior incidência de tráfico de drogas e da violência. Mesmo considerando que estes resultados podem ter sido influenciados pelo campus onde houve maior número de pesquisados, não obstante, considera-se, também, que as realidades e contextos dos *campi* apresentam similaridades e, simultaneamente, aspectos singulares de cada realidade. Em 2015, a mesma CPA tornou a realizar pesquisa qualitativa com o mesmo objetivo, desta feita, no entanto, os moradores de cachoeira não foram inclusos. Os dados foram coletados no período compreendido entre os meses fevereiro e março daquele ano, em formulário impresso aplicado em locais públicos nas cidades onde estão localizados os

outros campi da UFRB: Amargosa, Cruz das Almas, Santo Antonio de Jesus, Santo Amaro e Feira de Santana.

Esses dados são elucidativos no que diz respeito às contribuições efetivas da UFRB à população de Cachoeira, especialmente porque parte de uma perspectiva dos próprios moradores. Por certo, não foram os nascidos em Cachoeira os maiores beneficiados com a implantação do CAHL. Sendo mais objetivo, os cachoeiranos foram beneficiados, apenas indiretamente com postos de trabalho e acesso à educação superior em cursos que não garantem imediata contratação de mão-de-obra. Os moradores desconhecem a atuação de representantes do CAHL nos assuntos de interesse da população. No entanto, se considerar os benefícios trazidos pelo CAHL como ação que integra um conjunto de ações voltadas para o desenvolvimento, a participação dessa instituição na guinada socioeconômica de Cachoeira se torna mais significativa.

4.5.2. O Cineteatro cachoeirano e a democratização da cultura: acesso à cultura para a população.

Inspirado nas resoluções sobre os direitos humanos difundidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Artigo 215 da Constituição brasileira de 1988 diz expressamente que “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.” (BRASIL, 1988).

Apontando para a experiência de Cachoeira, na tentativa de cumprir o prescrito da “carta maior” da nação brasileira. Foi tornado possível começar a se pensar essa política, através da atuação do IPHAN/Monumenta/BID, quando em 2009, as ruínas do antigo Cine Glória foi comprada por cerca de R\$ 179 mil. De acordo com informações verbais de Carlos Osvaldo Ferreira.⁸

“O cinema também foi inicialmente, resultado de movimentos sociais organizados em Cachoeira no início dos anos 90, e posteriormente objeto de intervenção do Monumenta, já que a Igreja Universal queria comprar o imóvel e nós ocupamos aquele lugar por 8 anos, até o IPHAN comprar por mais de R\$170.000,00.”

⁸ Produtor Cultural, Vice-presidente do Conselho Municipal de política Cultural e do Fundo Municipal de preservação de Cachoeira. Realizada em 16/04/2018.

Tornando-se objeto de investimento de aproximadamente R\$ 5 milhões destinados à sua restauração. Após a reforma, o espaço ficou à disposição da população cachoeirana, oferecendo uma opção de acesso a atividades culturais. Os moradores de Cachoeira dispõem agora de cinema, teatro, projetos culturais e oficinas de música destinados principalmente para a juventude da cidade, além da realização de grandes eventos, tais como o Cachoeira Doc e o II Colóquio Franco-Brasileiro, além de sediar também edições do evento Paisagem Sonora. Eventos que, inclusive, atraem para cidade maior fluxo turístico e geração de divisas.

Figura 6. Imagem da reforma do Cineteatro Cachoeirano.



Fonte: IPHAN/IPAC/Monumenta. Acervo particular de Jomar Lima.

Figura 7. Imagem do Cineteatro Cachoeirano após reforma.



Fonte: IPHAN/IPAC/Monumenta. Acervo particular de Jomar Lima

Não é apropriado, no entanto, abordar os resultados do Programa Monumenta, assim como o plano de preservação do patrimônio em conjunto pelo governo federal e local com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, sem aludir aos esforços de movimentos sociais organizados em sua maioria pelos produtores culturais da própria cidade, motivados pela busca de desenvolvimento local, através da salvaguarda do patrimônio de sua cidade. Esses movimentos, mais efetivos na década de 90, realizaram vários eventos, com o objetivo de chamar a atenção para a democratização da cultura, bem como para as potencialidades da cultura como vetor de desenvolvimento local. De acordo com Carlos Osvaldo Ferreira.⁹

“Assim, antigamente aqui tinha o ciclo fumageiro, não se programou Cachoeira para a BR 101, por isso houve o declínio das fábricas de charuto. Com esse declínio na economia, muitos cachoeiranos deixaram suas casas e foram para outras cidades, deixando os imóveis deteriorando-se por aqui, alguns amigos que vieram da França, da Itália e da Alemanha cobraram muito isso um monte de sobrados caindo no chão caindo sobre nossas cabeças é bem complicado. Nós criamos um movimento chamado “chora Cachoeira chora” e começamos a sair pelas ruas em passeata, fizemos várias manifestações cobrando isso a deputados, governador do Estado, uma grande mobilização. Fizeram pelo Pelourinho, mas não fizeram por Cachoeira. Na década de 90 criamos o movimento, “Pensar e repensar o Recôncavo”, porque nossas ações não pensavam apenas em Cachoeira, pensávamos no Recôncavo como um todo, daí, em meados da década de noventa surge a ideia do Monumenta, a partir dessas mobilizações sociais. Trouxemos o pessoal da USP, da UERJ, da UFBA, para essa discussão até atingirmos o objetivo que foi chamar a atenção do ministro Weffort.”

Os debates em torno da democratização do setor cultural propendem a evidenciar a necessidade de que o Estado democrático de direito pressupõe reconhecer a diversidade cultural presentes nos mais variados segmentos sociais. Nesse modelo de administração democrática que pretende ser participativa, seguindo a ideia da inclusão do outro, partindo da análise proposta por Habermas no tocante ao problema das sociedades democráticas:

“A leitura liberalista da autodeterminação democrática mascara, contudo, o problema das minorias “inatas”, que é percebido com maior clareza a partir do ponto de vista comunitarista, assim como do ponto de vista intersubjetivista da teoria do discurso. O problema também surge com sociedades democráticas, quando uma cultura majoritária, no exercício do poder político, impinge às minorias a sua forma de vida, negando assim aos cidadãos de origem cultural diversa uma efetiva igualdade de direitos.” (HABERMAS, 2002, p. 164).

⁹ Produtor Cultural, Vice-presidente do Conselho Municipal de Políticas Culturais e do Fundo Municipal de preservação. Realizada em 16/04/2018.

Lia Calabre também endossa a visão de Habermas, ao dissertar sobre a democratização da cultura, quando argumenta:

“A cultura deve ser encarada como expressão de cidadania, devendo, por conseguinte, promover as formas culturais de todos os grupos sociais, segundo as necessidades e desejos de cada um, procurando incentivar a participação popular no processo de criação cultural, promovendo modos de autogestão das iniciativas culturais” (CALABRE, 2007, p. 102).

Um exemplo significativo desse ponto de vista encontra-se nas falas de um dos entrevistados. Samir Guimarães Suzart, o qual, coincidentemente, declarou-se beneficiado tanto pela implantação do CAHL, quanto pelo restauro do Cineteatro.

“Particularmente eu não tenho com citar outro exemplo assim diretamente a não ser o Cineteatro cachoeirano. Em minha opinião foi essa uma das grandes intervenções do Monumenta, junto com o Quarteirão Leite Alves que é a sede do Centro de Artes, Humanidades e Letras da UFRB, por tudo que a Universidade proporciona a Cachoeira e a região, não é? Falo em termos de geração de emprego, oportunidade para a juventude, e o Cineteatro, por sua vez, por tudo que ele também oferece: o acesso à cultura, realização de oficinas, na disponibilização para eventos culturais, além do resgate de uma memória importante da cidade. Ao longo desses quatro anos, muita gente que moraram em Cachoeira e quando aparecem aqui no cinema se surpreendem.”¹⁰

O entrevistado mencionado acima demonstrou por meio do seu exemplo particular o quanto essa democratização da cultura, a partir das ações do Monumenta tem beneficiado à população.

“Eu acho que é até difícil falar o que esse programa representa. Pra mim particularmente, porque o Monumenta contribuiu para a instalação da universidade em que eu estudei e me formei. Reformou o espaço onde eu trabalho, que tem tudo a ver com a universidade que eu estudei, de onde tiro meu sustento, onde contribuo para a formação de muitos jovens aqui da cidade. O que falar disso? Pra mim o Monumenta é a realização de um sonho, assim, sabe! Eu vim nesse espaço quando eu tinha seis anos de idade, quando assisti pela primeira vez uma sessão e anos depois poder trabalhar aqui e ajudar a trazer vida para esse espaço, trabalhar sem precisar sair da minha cidade é muito significativo pra mim. Muito mesmo, de verdade!”¹¹

¹⁰ Gestor do Cineteatro Cachoeirano, Graduado em Cinema e Audiovisual pela UFRB. Entrevista realizada em 05/04/2018.

¹¹ Idem.

5. APOIO NO CUSTEIO PARA A REALIZAÇÃO DE REFORMAS EM IMÓVEIS PRIVADOS: DESENVOLVIMENTO OU DESIGUALDADES?

Outra ação significativa do Programa Monumenta para a população de Cachoeira foi a possibilidade de financiamento para a recuperação de imóveis privados. Em outubro de 2005 foi lançado o Edital de Seleção Pública Nº 001/2005 para recuperação de imóveis privados de Cachoeira. As propostas encaminhadas à Unidade Executora do Projeto – UEP/IPAC, pelos proprietários dos imóveis, um total de 148 (cento e quarenta e oito), foram abertas em sessão pública no mês de novembro daquele mesmo ano. Das 148 (cento e quarenta e oito) propostas apresentadas, 141 (cento e quarenta e uma) foram classificadas, 6 desclassificadas e 01 excluída, tendo o resultado sido publicado no Diário Oficial do Estado no Diário Oficial da União na data de 01/03/06 (ver anexo B).

Houve a tentativa de encontrar uma cópia do referido Edital publicado para uma análise mais detalhada dos critérios adotados para a concessão do financiamento, as instituições envolvidas foram contatadas através de ofício institucional do PPGCS-UFRB (Ver anexo C), porém, até o momento em que essa dissertação foi finalizada, não houve nenhum retorno das solicitações constantes nos ofícios. No que diz respeito às 141 propostas mencionadas, conforme documento disponibilizado:

Quadro 3. Informações detalhadas das 148 propostas para financiamento, apresentadas à UEP (IPAC).

Nº DA PROPOSTA	INTERESSADO/PROPONENTE	ENDEREÇO DO IMÓVEL	VALOR SOLICITADO AO PROGRAMA	VALOR DA PROPOSTA
07	Amiran Maia de Cerqueira	R dos Remédios, 05	25.000,00	26.000,00
01	Adalto dos Santos	R. J J Seabra nº 85	30.000,00	30.000,00
04	Alberto Raimundo	13 de Maio, 33	47.030,00	47.030,00
03	Adolpho Gottschall	Pç Maciel, 11	150.000,00	150.000,00
05	Alcinila Dorea de Matos	Virgílio Damásio, 12	55.268,00	55.268,00
02	Adherbal Genaro Gomes Filho	Lg D´juda 08	80.205,00	116.238,40
06	Aldete Costa Gomes	Tv Tavares, 12	80.000,00	110.000,00
08	Ana Lucia Fernandes de Jesus	JJ Seabra, 105 a	21.576,00	31.728,00
09	Andre Vinicius Moraes Dias	Salvador Pinto, 13 São Félix	53.500,00	56.500,00
10	Andriz Petson Velloso Guimarães	Benjamin Constant, s/n	66.695,00	88.037,40
11	Antonia Sena Pinto	Manoel Vitorino, 04	97.228,00	97.228,00
12	Antônio Fernandes Santos	Presid Vargas, 23	5.000,00	5.000,00
13	Armando Vieira Lopes	JJ Seabra, 63	15.000,00	15.000,00
14	Bernaci dos Santos	Poeta Sabino de Campos, 08	10.000,00	10.000,00
15	Bernadete Pereira Ferreira	Benjamin Constant, 23D e 23E	29.500,00	29.500,00
16	Carlos Antonio Figueredo	Benjamin Constant, s/n	35.000,00	35.000,00

17	Carlos Carvalho Guimarães	Antônio Carlos Magalhães, 65	50.000,00	50.000,00
18	Carlos Henrique Sarmiento	JJ Seabra, 53	102.384,00	129.600,00
19	CIA- Brasileira de Charutos Dannemann	Salvador Pinto, 31,33 e 33B e Manoel Passos, 4 e 6	750.000,00	1.200.000,00
20	Clara Cristina e Silva Barbosa	Ana Nery, 18	128.500,00	128.500,00
21	Claudio de Carvalho Barbosa	JJ Seabra, 57	34.731,00	34.731,00
22	Cleonice Melo Pereira	Ana Nery, 44	57.500,00	58.500,00
23	Cleydson Sá Barreto do Rosario	Manoel Paulo Filho, 13	19.512,00	19.512,00
24	Cristiane Nunes Santana	Baiana's Point	18.750,00	18.750,00
25	Cristina Alice	Inocência Boaventura, 37	3.500,00	3.500,00
26	Dalva Damiana de Freitas	Alto do Rosarinho, s/n	20.000,00	20.000,00
27	Daniela Bonifacio de Santana	7 de Setembro, 22	24.985,00	24.985,00
28	Debora Dorea de Matos	Mal Deodoro da Fonseca, 11	17.250,00	17.250,00
29	Dinora Alves Souza	Senhor dos Passos, 12	30.000,00	30.000,00
30	Duarte Augusto Rodrigues de Ferreira Gomes	13 de Maio, 19 a 21	308.564,00	408.564,00
31	Edna Maria de Jesus Oliveira	13 de Maio, 06	190.000,00	190.000,00
32	Edna Sara Moraes Dias de Cerqueira	Inocência Boaventura, 59	294.300,00	300.300,00
33	Edson da Silva Pereira	Pç Maciel, 13	697.399,07	1.047.399,07
34	Edson da Silva Pereira	Prisco Paraíso, 2	144.724,80	221.274,80
35	Edson Moreira Matos	Tv Manoel Bastos, 01	35.000,00	35.000,00
36	Edvald Texeira da Silva	Tv Tavares, 09	17.997,00	17.997,00
37	Elba Mirian Barauna da Silva	Lauro de Freitas, s/n	44.500,00	64.500,00
38	Eliane Roeder de Souza	Pç da Aclamação, 09	50.000,00	50.000,00
39	Elisa Marcia Moraes Dias dos Santos	Inocência Boaventura, 53	80.000,00	80.000,00
40	Elizabeth Aragão	Antônio Carlos Trindade Melo, 01	18.500,00	18.500,00
41	Eurydice Pires de Santana	J J Seabra, 6 e 8	49.000,00	50.000,00
42	Eurydice Pires de Santana	Rodrigo Brandão, 02	49.000,00	50.000,00
43	Evanildo Teiga Silva	Senhor dos Passos, 08	6.000,00	7.500,00
44	Flavius Almeida dos Anjos	13 de Maio, 08	100.000,00	100.000,00
45	Florisvaldo Evangelista da Silva Junior	Rodrigo Brandão, 84	78.400,00	103.488,00
46	Fundação Casa Paulo Dias Adorno	Maestro Irineu Sacramento, 04	498.000,00	498.000,00
47	Fundação Maria America da Cruz	Marechal Floriano Peixoto, 13	123.025,00	162.392,92
48	Geraldo Gomes Freitas	Alberto Rabelo, 21	10.500,00	11.300,00
49	Gertrudes Fernandes de Jesus Badu	Barão de Nagé, s/n	28.994,00	28.994,00
50	Giovani Soares Farias	13 de Maio, 23	38.000,00	38.000,00
51	Hildebrando Miranda dos Santos	Prisco Paraíso, 11	20.000,00	20.000,00
52	Hildeth Freitas Costa	Virgílio Damásio, 06	20.000,00	30.000,00
53	Igreja Presbiteriana de cachoeira	Virgílio Damásio, 17	160.000,00	160.000,00
54	Iolanda Pereira Gomes	13 de Maio, 39	35.200,00	44.000,00
55	Iraci Silva Lafite	Tv Tavares, 06	12.500,00	12.500,00

56	Irlanda Andrade	Inocência Boaventura, 01	40.000,00	40.000,00
57	Ivan Marcio Soares Santana	Virgílio Damásio, 19	45.000,00	45.000,00
58	Iza Mascarenhas Dayubbe de Azevedo	Rua da Estação, 01	44.550,00	44.550,00
59	Izaurina Alves Rodrigues	Tv Ribeiro, 13	20.000,00	20.000,00
60	Jailton de Lima Ferreira	Virgílio Reis, 01	60.000,00	60.000,00
61	Jair Lima Barbosa	Comendador Albino, 09	20.000,00	20.000,00
62	João Lima Correia	7 de Setembro, 07	10.000,00	10.000,00
63	Joilson Carlos de Matos Cazaes	Lauro de Freitas, 45	20.466,00	20.466,00
64	Jorge Cesar Ribeiro dos Santos	Paulo Filho, 3	47.475,84	60.096,00
65	José Carlos dos Santos	13 de Maio, 46	26.996,00	26.996,00
66	Jose de Magalhães Guimarães	Prisco Paraíso, 12	135.000,00	150.000,00
67	José Edvaldo Rodrigues	Teixeira de Freitas, 10	50.000,00	50.000,00
68	José Raimundo Alves dos Santos	Pç Dr Milton, 09	60.000,00	60.000,00
69	Julio Candido Costa Gomes	7 de Setembro, 17	143.853,00	143.853,00
70	Laerte Araujo Correia	Benjamin Constant, 13	86.800,00	86.800,00
71	Lorival Damião Trindade Filho	13 de Maio, 17	68.000,00	75.000,00
72	Luzia do Sacramento Santana	Benjamin Constant, 04	64.800,00	64.800,00
73	Luzia Maria Oliveira Araujo	Senhor dos Passos, 06	10.000,00	10.000,00
74	Mabel Pinto Salgado de Santana	Ana Nery, 05	30.340,00	30.340,00
75	Mabel Pinto Salgado de Santana	Antônio Carlos Magalhães, 19	53.120,00	53.120,00
76	Manoel Jesus Gomes dos Santos	Tv Tavares, 05	17.997,00	17.997,00
77	Marcia Maria Ramos dos Santos	Tv Manoel Bastos, 08	28.100,00	28.100,00
78	Marcia Nogueira Matos Sena	Alto do Rosarinho, s/n	25.000,00	25.000,00
79	Marcio e Silva Barbosa	JJ Seabra, 30	50.000,00	50.000,00
80	Maria America da Cruz	Pç da Aclamação, 11	65.177,00	65.177,00
81	Maria Aparecida da Silva Santos	Benjamin Constant, 03	41.800,00	41.800,00
82	Maria Célia Sacramento da Silva	Teixeira de Freitas, 04	60.000,00	60.000,00
83	Maria da Gloria dos Santos	Mal Floriano Peixoto, 31	27.576,00	27.576,00
84	Maria das Graças R. d. Sales Souza	Inocência Boaventura, 41	34.000,00	34.000,00
85	Maria de Carvalho Barbosa	Martins Gomes, 94	11.800,00	11.800,00
86	Maria de Lurdes Ribeiro dos Santos	Manoel Bastos, 12	7.000,00	7.000,00
87	Maria do Carmo Rebouças da Cruz	Teixeira de Freitas, 06	95.071,00	118.839,20
88	Maria do Rosário Leite Brito	Pacheco de Miranda Filho, 07	33.000,00	33.000,00
89	Maria Gloria Moreira	Rua da Saudade, 24	70.000,00	70.000,00
90	Maria Helena Rocho de Souza	Comendador Assis, 18	40.000,00	40.000,00
91	Maria José da Sillva Santos	Quintino Bocaiúva, s/n	184.094,00	184.094,00
92	Maria Mercedes Ribeiro Pereira	Pç Dr Milton, 20	49.257,00	49.257,00
93	Maria Regina Queiroz dos Santos	Ana Nery, 20	83.874,00	83.874,00
94	Mario Mathêus	Pç Dr Milton, 18	28.000,00	28.000,00
95	Marlene Passos Guimarães	Comendador Assis, 11	45.000,00	50.000,00
96	Miriam Brandão dos Reis	João Vieira Lopes, 32	20.000,00	20.000,00
97	Miriam Brandão dos Reis	Augusto Púbio, 04	18.500,00	18.500,00
98	Mirna de Santana Canna Brasil	Ana Nery, 54	63.350,00	63.350,00
99	Nair Marinho da Silva	Rua do Chafariz, 26	127.758,00	147.758,00
100	Nayson Queiroz dos Reis	13 de Maio, 41	42.000,00	42.000,00

101	Nelson Moreira do Sacramento	Pacheco de Miranda Filho, 10	25.500,00	30.000,00
102	Noel Dias Santos	Inocência Boaventura, 22	10.000,00	10.000,00
103	Paulino Batista Reis	JJ Seabra, 28	35.500,00	35.500,00
104	Paulo Roberto Lomba Pinto	Pç 25 de Junho, 10	100.000,00	100.000,00
105	Pedro Borges dos Anjos	Benjamin Constant, 13 A	160.000,00	160.000,00
106	Pedro Rochael Lapa Aragão	Ana Nery, 09	74.500,00	124.500,00
107	Péricles Lomba Bulhosa	Rua dos Maçons, 14	20.000,00	20.000,00
108	Perolina Melo Pereira	Pç Dr Milton, 06	50.500,00	50.500,00
109	Railda M. do Nascimento	Rodrigo Brandão, 80	60.000,00	60.000,00
110	Raimundo Santos de Oliveira	13 de Maio, 21	40.200,00	40.200,00
111	Raymundo Alberto Ferreira de Cerqueira	13 de Maio, 11	115.000,00	115.000,00
112	Rita Cassia Salgado de Santana	Comendador Assis, 15	30.485,40	30.485,40
113	Rita da Silva Souza	13 de Maio, 03	180.000,00	180.000,00
114	Romario Costa Gomes	Prisco Paraíso, 10	152.500,00	165.000,00
115	Roque Ferreira Pinto	Rodrigo Brandão, 16	45.500,00	45.500,00
116	Rosalino Barreto dos Santos	7 de Setembro, 18	67.407,44	67.407,44
117	Rosana Maria Santana Cazaes da Silva	Tv Tavares, 07	17.997,00	17.997,00
118	Rosângela Barbosa de Souza	Virgílio Damásio, 28	24.797,00	24.797,00
119	Salustiano Coelho	Prisco Paraíso, 14	35.000,00	35.000,00
120	Sandra Marcia de Oliveira da Silva	Comendador Albino, 23	20.000,00	20.000,00
121	Sandra Pedreira Aragão da Conceição	Durval Chagas, 10	20.000,00	20.000,00
122	Selma Conceição Mascarenhas Sacramento	Inocência Boaventura, 51	35.500,00	35.500,00
123	Servílio Barbosa da Silva Neto	Virgílio Damásio, 50	200.000,00	200.000,00
124	Sindicato da Indústria do Fumo de Cachoeira	Tv Almeida, 01 e Irineu Sacramento, 02	236.500,00	236.500,00
125	SINDPUC	Teixeira de Freitas, 10	191.000,00	194.000,00
126	Soane de Amorim Alem	Benjamin Constant, 09	51.000,00	9.000,00
127	Soc. Cultural Orfeica Lira Ceciliana	Antônio Carlos Magalhães, 13	103.500,00	103.500,00
128	Soc. L.M. Minerva Cachoeira	Barão do Rio Branco, 01	54.000,00	60.000,00
129	Soc. L.M. Minerva Cachoeira	13 de Maio, 22	54.000,00	60.000,00
130	Soc. L.M. Minerva Cachoeira	13 de Maio, 24	94.500,00	105.000,00
131	Soc. L.M. Minerva Cachoeira	Rui Barbosa, 09	19.800,00	22.000,00
132	Stª Casa de Misericórdia de Cachoeira	Antônio Carlos Magalhães, 44	82.800,00	82.800,00
133	Stª Casa de Misericórdia de Cachoeira	7 de Setembro, 13	175.856,00	175.856,00
134	Stª Casa de Misericórdia de Cachoeira	Rui Barbosa, 04	27.740,00	27.740,00
135	Stª Casa de Misericórdia de Cachoeira	Tv Barroso, 01	67.426,00	67.426,00
136	Stª Casa de Misericórdia de Cachoeira	13 de Março, 08	95.259,40	95.259,40
137	Stª Casa de Misericórdia de Cachoeira	Virgílio Reis, s/n	267.951,60	267.951,60

138	Stª Casa de Misericórdia de Cachoeira	13 de Maio, 30	37.400,00	37.400,00
139	Stela Maria Froes Marques Lobo Martfeld	Rui Barbosa, 03	7.290,00	8.990,00
140	Stela Maria Froes Marques Lobo Martfeld	Rui Barbosa, 05	4.800,00	6.200,00
141	Teobaldo Ramos Miranda	Prisco Paraíso, 11	180.000,00	180.000,00
142	Valdir Alves	13 de Maio, 44B	20.000,00	20.000,00
143	Valmélia S. de Cerqueira	25 de Junho, 04	50.000,00	50.000,00
144	Valter Evangelista da Silva	Augusto Régis, 11	20.000,00	20.000,00
145	Valter Santana Santos	Tv Adrião, 11	50.059,00	85.033,92
146	Vladimir Abdala Nunes	13 de Maio, 12	35.500,00	43.500,00
147	Wellington Itamar Oliveira dos Santos	7 de Setembro, 02	50.000,00	50.000,00
148	Zelia Dias do Nascimento	13 de Maio, 31	40.400,00	80.400,00
	TOTAL		11.009.641,55	12.451.654,55

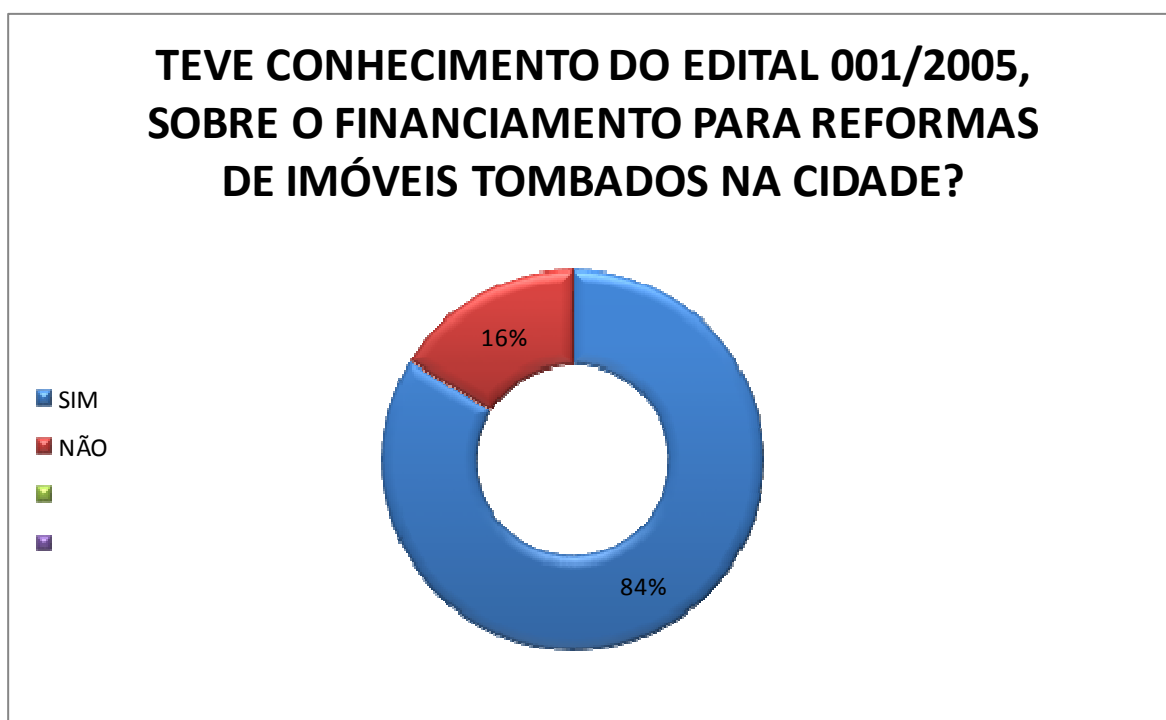
Fonte: IPHAN/IPAC/MONUMENTA, Acervo Particular de Jomar Lima
Adaptado pelo autor

Essas solicitações abarcaram um valor de R\$ 10,4 milhões (dez milhões e quatrocentos mil Reais) de acordo com o (DIOGO, 2009, p. 152) “uma quantia duas vezes maior que o recurso disponível para a ação na cidade.” Após a publicação do documento mencionado no Diário Oficial da União, com base nas respostas aos questionários aplicados, verifica-se que dos 80 (oitenta) participantes que responderam efetivamente essa questão, 67 (sessenta e sete) informaram que tomaram conhecimento do Edital para o financiamento por meio dos meios de comunicação da própria cidade (principalmente carros de som), o que corresponde a 84% (oitenta e quatro por cento).

Esse processo culminou com uma grande audiência pública para explicar o projeto aos interessados. Uma porcentagem considerável das propostas (17%) apresentou valores elevados, acima de R\$ 100 mil. Outra parcela (23%) ficou entre R\$ 50 mil e R\$ 100 mil. A maioria (37%) situou-se entre R\$ 20 mil e R\$ 50 mil. Apenas 23% dos valores propostos foram de até R\$ 20 mil. O menor valor apresentado foi de R\$ 3.500 mil e o maior, de R\$ 750 mil. A garantia dos pagamentos das parcelas do financiamento, foi operacionalizada em três modalidades, a saber: cheque calção, hipoteca e por fiador. Sendo que, em Cachoeira, 27 (vinte e sete) imóveis foram hipotecados como garantia, 08 (oito) entregaram cheque calção e apenas 03 (três) apresentaram fiadores. Dos imóveis contratados, 71% são residenciais, 11% comerciais e 18% de uso misto; Este uso misto é uma das ideias que o programa

Monumenta apresenta em seu projeto urbanístico, a utilização sustentável do patrimônio, ou seja, ele é usado tanto para moradia, quanto para fins comerciais.

Gráfico 3. Eficácia da divulgação do Edital 001/2005, sobre o Financiamento das reformas dos imóveis tombados.



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados coletados pelo autor

Em meio aos imóveis privados havia uma categoria que recebeu a denominação de “destacados”. Fernanda Lopes Simões, em seu Documento Técnico, explica a categorização:

Imóveis destacados – são imóveis privados com características arquitetônicas interessantes ou com relevância histórica localizados nas áreas de projeto das cidades do Programa Monumenta, tendo sido, na época de elaboração do Perfil das Cidades, considerados importantes. Possuíam recursos orçamentários próprios nos convênios das cidades para sua recuperação. Deveriam passar pelas etapas de análise necessárias à contratação do financiamento, porém a participação nos editais estava dispensada. (SIMÕES, 2013, p.5)

Segundo informações, o financiamento deveria seguir um protocolo diferenciado do convencional, isto é, sem cobrança de juros, a previsão para começar a pagar as parcelas se daria seis meses após o término das obras; essa modalidade específica também dizia respeito aos prazos de pagamento, tendo em vista que se adequavam às propostas de utilização dos

imóveis recuperados, assim, 10 anos para imóveis comerciais, 15 anos para imóveis habitacionais e/ou mistos e 20 anos para imóveis dos proponentes com renda familiar abaixo de três salários mínimos. Os interessados poderiam utilizar os recursos do financiamento para recuperar fachadas, reformas estruturais, requalificação de instalações elétricas, no caso de moradores que possuíam renda familiar de até três salários mínimos, foi facultado reformas no interior do imóvel, a fim de adequar-se a legislação sanitária brasileira bem como a melhorias para uso com finalidade comercial. No entanto, algumas informações deram lugar a receios por parte de muitos interessados, já que havia possibilidade de hipotecar os imóveis para o financiamento que excedesse valores acima de R\$ 20.000,00 (vinte mil Reais).

A Caixa Econômica Federal (CEF) foi conveniada ao IPHAN para operacionalizar os processos de financiamento, através do Contrato nº 055/2009, que teve vigência até 02 de dezembro de 2012. Efetivamente, esse banco estava responsável pelas avaliações do crédito e por todos os encaminhamentos até a concessão e pagamento dos recursos. A atuação dessa instituição financeira, entretanto, segundo informações verbais de moradores que participaram da pesquisa, tornou o processo do financiamento muito burocrático. A partir dessas informações este pesquisador buscou maiores informações junto à CEF, através do Ofício 001/2018 do PPGCS-UFRB (anexo C). Os protocolos de análise de crédito seguiram os mesmos critérios da concessão de financiamento imobiliário convencional, sendo que os interessados precisaram apresentar renda comprovada e garantias, fazendo com que o financiamento fosse condicionado às situações de hipoteca e fiador. De modo que muitos proponentes desistiram do crédito.

Consoante aos dados obtidos por meio da aplicação dos questionários fica perceptível que houve conflitos durante esse processo. De fato, analisando a publicação no DOU de 01 de março de 2006, percebe-se que é uma resposta a um recurso impetrado (Anexo D). Dos 80 (oitenta) respondentes, 65% citaram conflitos ou problemas durante a execução do programa, destas 52 (cinquenta e duas) pessoas, 34 (trinta e quatro) se referiram ao excesso de burocracia da instituição financeira, responsável pela operacionalização do crédito. Essa burocracia, somada aos critérios adotados para financiamento de imóveis convencionais, já mencionados tópico anterior, tornaram o recebimento dos recursos muito morosos e isso prejudicava os interessados.

Uma vez que essa falta de celeridade redundava em prejuízos financeiros para os proponentes. Almiran Cerqueira em entrevista a (DIOGO, 2009, p. 153) afirma: “Muitos

documentos”. Quando a gente ia entregar algum que faltava, os outros já tinham perdido a validade. E houve documento que custou cento e tantos reais”. A CEF, após análise, convocou também os proprietários/candidatos dos 06 (seis) Imóveis Privados Destacados, selecionados no Perfil do Projeto. Segue imagens do único selecionado:

Figura 8. Imagem da Ruína do imóvel situado à Praça da Aclamação, nº 2



Fonte: IPHAN/IPAC/Monumenta. Acervo Particular de Jomar Lima.

Figura 9. Imóvel situado à Praça da Aclamação nº 2 após reforma.



Fonte: IPHAN/IPAC/Monumenta, acervo Particular de Jomar Lima.

De acordo com o IPHAN, Valor do financiamento do imóvel à praça da Aclamação, vista na imagem acima, foi estimado em R\$ 343.647,84 (trezentos e quarenta e três mil, seicentos e quarenta e sete Reais e oitenta e quatro centavos). Este foi o Único imóvel

destacado de Cachoeira que recebeu o financiamento. Os outros imóveis particulares que não estão nessa categoria será abordado nos parágrafos subsequentes.

Das 141 propostas classificadas, apenas 38 tiveram parecer favorável para a concessão do financiamento por parte da CEF, o que corresponde à apenas 26% do total das propostas. As razões, além das que já foram expostas, podem ser explicadas, também, pelo corte no orçamento nacional dos recursos destinados à preservação das cidades históricas. Um exemplo pertinente é o fato de Cachoeira ter sido tirada da lista referente ao repasse do Programa de Aceleração do Crescimento das cidades históricas (PAC Cidades Históricas).

Notadamente, entre os anos de 2013-2016 houve uma mudança expressiva na condução das políticas culturais no país, impeachment, notícias de desvio de milhões, crise econômica internacional todos estes fatos acarretaram mudanças profundas no país, prioridades contrárias a investimentos na área da cultura, adotadas pelo governo em exercício. No tocante aos imóveis que receberam os recursos, apresenta-se uma tabela com mais detalhes sobre esses imóveis e respectivos valores:

Tabela 3. Distribuição do financiamento por ano e os respectivos valores das contratações

ANO DE CONTRATAÇÃO	QUANTIDADE DE CONTRATOS	VALORES DO TOTAL DE CONTRATOS POR ANO EM R\$
2004	00	00
2005	00	00
2006	01	19.512,00
2007	21	2.031.680,73
2008	07	274.244,22
2009	02	72.503,69
2010	05	483.070,60
2011	02	59.360,12
2012	00	00
2013	00	00
Total: 6 anos	Total: 38 contratos	Total: 2.940.371,36

Fonte: (SIMÕES, 2013, p. 6-8). Adaptado pelo autor.

Fica evidenciado que o ano de 2007 foi o auge das ações do programa, uma vez que houve o maior número de contratações, 21, bem como o maior vulto contratado, R\$ 2.031.680,73, ou 69,09% do valor total dessa linha de crédito que foi calculada em R\$

2.940.371,36. Levou Cachoeira ao segundo lugar no Rank das cidades que mais receberam recursos para recuperação de imóveis privados, com a média de 4,22 contratações ao ano, e R\$ 326.707,93 como média anual de valores. Outro dado relevante é que, em decorrência de entraves na operacionalização do financiamento pela instituição financeira contratada, A quantidade de contratos teve uma queda significativamente em 2009, melhorou um pouco em 2010 e voltaram a diminuir em 2011. Não houve nenhuma ação em 2012, ano no qual se encerrariam os contratos referentes ao Programa Monumenta; apesar de que há alusões de aprovações de financiamento de imóveis e a execução das respectivas reformas/restaurações naquele ano, conforme se pode observar no quadro subsequente:

Quadro 4. Lista de imóveis privados que tiveram o financiamento aprovado pela CEF.

ID	PROPONENTE	ENDEREÇO	VALOR DO CONTRATO EM (R\$)	INÍCIO DO CONTRATO
01	Adalto dos Santos	Rua J.J. Seabra, 85.	30.000,00	23/10/2007
02	*Ademir Passos	Praça da Aclamação, 02.	343.647,84	02/05/2007
03	Amiran M. Cerqueira	Rua dos Remédios, 05.	27.500,00	22/11/2007
04	**Ana Lucia F.de Jesus	Rua J.J. Seabra, 105A.	23.733,60	22/12/2010
05	Antônio F. Santos	Rua dos Artistas, 23.	5.500,00	17/10/2007
06	Carlos A. Ferreira	Benjamim Constant, s/n.	37.599,23	24/09/2007
07	Cleydson Sá do Rosário	Rua Manoel Paulo Filho, 13.	19.512,00	22/11/2006
08	Dinorá Alves Souza	Rua Senhor dos Passos, 12.	26.500,00	28/08/2007
09	**Edna Cerqueira	Inocência Boaventura, 59	323.730,00	26/05/2010
10	Ednald T. da Silva	Travessa Tavares, 09.	19.218,94	17/12/2007
11	Edson S. Pereira 1	Prisco Paraíso, 02.	763.592,91	26/04/2007
12	Edson S. Pereira 2	Praça Maciel, 13.	158.547,74	26/04/2007
13	**Elba M. B. da Silva	Rua Lauro de Freitas, 58.	48.950,00	10/12/2010
14	Florisvaldo da Silva Jr.	Rodrigo Brandão, 84.	82.041,46	18/04/2008
15	Geraldo G. Freitas	Alberto Rabelo, 21.	10.000,48	25/07/2007

16	Iolanda P. Gomes	Rua 13 de maio, 39.	37.169,55	18/04/2008
17	Iraci M. S. Lafite	Travessa Tavares, 06.	13.531,16	08/02/2008
18	Joilson C. M. Cazaes	Lauro de Freitas, 45.	22.503,69	06/02/2009
19	José Carlos dos Santos	Rua 13 de maio, 46.	26.996,00	13/08/2007
20	Mabel P. S.de Santana	Rua, A.C.M, 19.	55.552,64	25/09/2007
21	Manoel Jesus G. Santos	Travessa Tavares, 05.	19.711,15	26/03/2008
22	Marcia M. ^a R. Santos	Tv. Manoel Bastos, 08.	28.100,00	08/11/2007
23	M. ^a Aparecida S. Santos	Rua Benjamim Constant, 03.	45.545,02	12/02/2007
24	**Maria Dayube Souza	R. Inocência Boaventura, 41	37.400,00	03/03/2010
25	M. ^a de Lurdes R. Santos	Rua Manoel Bastos, 12.	7.700,00	30/10/2007
26	M. ^a do Rosário L. Brito	Rua Pacheco Miranda, 07.	35.990,90	11/01/2008
27	**Maria M. R. Pereira	Praça Dr. Milton, 20	49.257,00	13/04/2010
28	Miriam B. dos Reis	Rua Augusto Públío, 04.	19.800,00	29/12/2008
29	Pedro R. Lapa Aragão	Rua Ana Nery, 09.	81.603,00	11/09/2007
30	Railda M. Nascimento	Rua Rodrigo Brandão, 80.	66.000,00	17/07/2008
31	**Rita C. S.de Santana	Rua Comendador Assis, 15	33.374,00	29/11/2011
32	Roque Ferreira Pinto	Rua Rodrigo Brandão, 16.	49.117,74	28/11/2007
33	Rosalino B. dos Santos	Rua Sete de setembro, 18	50.000,00	12/02/2009
34	Rosana M. ^a S. C. Silva	Travessa Tavares, 07.	19.742,94	17/12/2007
35	Rosangela B. de Souza	Rua Virgílio Damásio, 28.	25.986,12	09/11/2011
36	Servílio B. da Silva Nt.	Rua Virgílio Damásio, 50.	200.006,79	24/08/2007
37	Valter Santana Santos	Travessa Adrião, 11.	54.976,90	31/08/2007
38	**Zelia D. Nascimento	Rua 13 de maio, 31	40.232,56	27/09/2007

Fonte: (SIMÕES, 2013, p. 56). Adaptado pelo Autor.

Algumas observações atinentes ao quadro da página anterior merecem registro. O imóvel identificado com um sinal (*) refere-se ao imóvel categorizado como “Destacado”; ao passo que aqueles imóveis, cujo proponente aparece na tabela com dois sinais(**) concernem aos imóveis que, apesar de serem aprovados na análise de crédito da CEF, e com o parecer favorável da instituição financeira não se obteve notícias concretas sobre a efetiva reforma. Os motivos não foram muito claros. Há, no entanto, uma notícia veiculada por um jornal da cidade fazendo menção do não cumprimento de todos os contratos por parte do Monumento, como se segue:

“Durante 10 anos, o IPHAN e o Programa Monumenta movimentaram a Cachoeira, no início de suas operações, convidando lideranças, representantes de segmentos empresariais e sociais da cidade em sucessivas reuniões, para expor procedimentos e requisitos com que proprietários de imóveis poderiam apresentar projetos de reformas em suas edificações. [...]As exigências, para aprovação dos projetos de reforma de imóveis privados, eram tão rigorosas, que excediam as possibilidades dos proprietários, razão por que durante os 10 anos em que o Programa Monumenta permaneceu em Cachoeira, o número de imóveis reformados é reconhecidamente insignificante, ante a enorme cifra de ruínas que prossegue desfigurando o conjunto tombado da cidade.” (Jornal O Guarany, 24/10/2016)¹²

A Análise das informações apresentadas no quadro acima permite algumas considerações. A primeira refere-se ao fato de que somente um proponente obteve o equivalente à R\$ 922.140,65, ou seja, 31,3% (Quase a terça parte do total dos recursos destinado à linha do crédito). (II) Face ao exposto, resta o questionamento quanto aos critérios e a distribuição equitativa dos recursos. Entre os 38 beneficiados, 22 declararam possuir renda abaixo de 3 (três) salários mínimos, o equivalente a 57% dos proponentes. Segundo dados do IBGE (2000), o rendimento nominal médio mensal da população era de R\$ 301,15, aumentando para R\$ 510,00 em 2010, o que corresponde a 169% de aumento no rendimento nominal.

Esse dado, contudo, não parece expressivo quando contextualizado com a situação de rendimento de outras cidades brasileiras, e em comparação ao próprio valor que recebem do financiamento, visto que os outros 43%, ou 16 proponentes receberam cerca de 70% dos valores do financiamento. Esses dados remetem à questão norteadora da presente pesquisa: essa política de preservação realmente influenciou positivamente no desenvolvimento local

¹² Disponível em: <http://jornal guarany.blogspot.com.br/2016/10/>. Acesso em: 17 dez. 2017

de Cachoeira? Este questionamento enseja a outros: quais foram os reais beneficiários do programa Monumenta em Cachoeira? Houve clientelismo na distribuição dos recursos? Na mesma mídia local, algumas notícias foram veiculadas com intuito denunciatório e apontando conflitos durante a execução do Monumenta:

Sem quaisquer ônus para o segmento religioso e público, imóveis pertencentes ao patrimônio da Igreja Católica, como Igreja Matriz, Igreja d'Ajuda, Ordem Primeira e Terceira do Carmo, alguns solares públicos, como o prédio da Câmara Municipal, a sede da Secretaria da Educação, na Praça da Aclamação, a Casa Ana Nery, na Rua do mesmo nome, só dois imóveis privados cuja requalificação tem visibilidade: a Pousada e Restaurante Aclamação, na mesma Praça; e o Cachoeira Apart Hotel/Vieira Delicatessen/Loja de Conveniência, na Praça Maciel, cujos proprietários, reconhecidamente prósperos empresários na cidade, sequer precisavam do financiamento proposto pelo Monumenta, para materializar reformas em seus imóveis.” (Jornal O Guarany, 24/10/2016)¹³

Essas informações convergem com a posição desta pesquisa no que se refere aos supostos ou aparentes privilégios de alguns proponentes, os de maior poder aquisitivo, em detrimento dos menos favorecidos. Restando a sensação de suspeição que apareceu nas mídias e na opinião de alguns respondentes que participaram da coleta de dados. Ainda que, se deva levar em consideração a operacionalização da CEF que contribuiu para favorecer a quem, nesse processo, tinha maiores possibilidades de garantir a adimplência e atender os critérios de seleção. Cabendo uma reflexão sobre o possível retorno das práticas de clientelismo. Ao ler as postulações de Banhamou (2007) fica evidenciado o equívoco na escolha dos mecanismos e na execução de fomento/financiamento da recuperação e usos de imóveis em Cachoeira-BA, tendo em vista que o modelo de concessão deste crédito contradiz não apenas o Decreto 25/37, como também a natureza da política de desenvolvimento adotada pelos programas de revitalização dos sítios históricos. No Art. 19 do referido decreto está prescrito:

Art. 19. O proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico

¹³ Disponível em: <http://jornaloguarany.blogspot.com.br/2016/10/>. Acesso em: 17 dez. 2017

Nacional a necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que for avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.

§ 1º Recebida a comunicação, e consideradas necessárias as obras, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará executá-las, a expensas da União, devendo as mesmas ser iniciadas dentro do prazo de seis meses, ou providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa.

§ 2º À falta de qualquer das providências previstas no parágrafo anterior, poderá o proprietário requerer que seja cancelado o tombamento da coisa.

§ 3º Uma vez que verifique haver urgência na realização de obras e conservação ou reparação em qualquer coisa tombada, poderá o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tomar a iniciativa de projetá-las e executá-las, a expensas da União, independentemente da comunicação a que alude este artigo, por parte do proprietário. (BRASIL, 1937)¹⁴

5.1. A interface da preservação do patrimônio com outras políticas de desenvolvimento.

Na perspectiva deste estudo, a preservação do patrimônio cultural em Cachoeira, Bahia, mais especificamente a recuperação de imóveis, públicos, coletivos e privados, integra um conjunto de intervenções estruturadas que objetivaram assegurar, entre outras coisas, o direito à habitação nos núcleos históricos para os segmentos mais excluídos da sociedade. No entanto, de acordo com (BONDUKI, 2010, p. 316-317).

A questão da habitação social nunca foi, no Brasil, objeto central dos projetos de reabilitação de centros históricos. tradicionalmente, as intervenções têm desconsiderado esse tema, sendo predominante a visão de que o lugar dos pobres é nas periferias e que a recuperação dos núcleos históricos deveria estar voltada prioritariamente para o turismo e as atividades culturais. A dificuldade de alterar essa visão é enorme e pode ser discutida em termos de seus aspectos políticos, econômicos e técnicos, como será mostrado adiante. O Programa Monumenta não foi uma exceção nesse sentido, pois deu pouca importância ao tema para além do que pudesse ser tratado, de alguma maneira, no âmbito do financiamento dos imóveis privados. A análise do perfil original dos municípios mostra que foram escassas as intervenções que se preocuparam com tal questão. No entanto, são raríssimas as intervenções que procuram a permanência dos moradores nas áreas recuperadas e mais raras ainda as que foram implementadas e bem-sucedidas.

Tabela 4. Indicadores de Habitação em Cachoeira-Bahia, entre 1991 a 2010.

Indicadores de Habitação - Município - Cachoeira - BA	1991	2000	2010

¹⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm. Acesso em: 15 mai. 2017.

% da população em domicílios com água encanada	48,66	55,33	82,66
% da população em domicílios com energia elétrica	80,15	86,02	99,29
% da população em domicílios com coleta de lixo	47,50	84,11	93,51

Fonte: PNUD, Ipea e FJP. Adaptado pelo autor

A elaboração de uma política urbana com propostas setoriais que, naquele momento, previam intervenções nas áreas de habitação, saneamento básico, transporte e planejamento territorial (MARICATO, 2005, p.1), buscou-se adequar os imóveis às exigências das normas elétricas, de saneamento vigentes, sem mencionar no reforço de estruturas físicas, já que os imóveis são antigos. Seguem informações estatísticas que apontam a melhoria nos aspectos de habitação mencionados.

Além de garantir a habitação adequada e segura para uma parte da população, o efeito esperado, que aparece logo após a perspectiva da moradia, seria o da geração de empregos na construção civil especializada, e empregos indiretos nos respectivos setores, nos anos subsequentes. De acordo com informações verbais de Carlos Osvaldo Ferreira.¹⁵

Temos ainda hoje trabalhadores que sabem fazer a arte que está na fachada dos Sobrados. Detalhe das flores, dos anjos que caracterizam esse estilo arquitetônico específico. Então gerou muito emprego para essa área de construção civil num primeiro momento, e qualificou esses profissionais a realizarem esse trabalho que alia a construção civil e a arte presente nos sobrados. Vários amigos meus restauradores trabalharam aqui durante os 8 (oito) anos em que o Monumenta atuou na cidade.

Com efeito, a realização das obras nos imóveis para os quais foram destinados os recursos ficava a cargo de mão-de-obra especializada da própria cidade. Sendo este um dado muito significativo, já que, por uma questão óbvia, foi gerado emprego e renda para os próprios moradores. O aumento no número de pessoas empregadas em Cachoeira, no período mencionado converge com os dados registrados nos últimos censos realizados pelo IBGE. Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (população que era economicamente ativa) passou de 55,24% em 2000 para 64,65% em 2010. Ao

¹⁵ C O F Produtor Cultural, Vice-presidente do Conselho Municipal de política Cultural e do Fundo Municipal de preservação de Cachoeira. Realizada em 16/04/2018.

mesmo tempo, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada decresceu de 18,84% em 2000 para 11,90% em 2010.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 27,97% trabalhavam no setor agropecuário, 0,29% na indústria extrativa, 5,13% na indústria de transformação, 7,93% no setor de construção, 0,52% nos setores de utilidade pública, 18,96% no comércio e 36,27% no setor de serviços. Para uma melhor visualização dessa evolução, segue a tabela com as informações detalhadas.

Tabela 5. Evolução da população economicamente ativa de Cachoeira entre 2000 a 2010.

Ocupação da população economicamente ativa	2000 (%)	2010 (%)
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	55,24	64,65
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	18,84	11,90
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	40,98	41,43
Nível educacional dos ocupados		
Ocupados com ensino fundamental completo - 18 anos ou mais	40,08	52,76
Ocupados com ensino médio completo - 18 anos ou mais	30,07	40,26

Fonte: Atlas Brasil/PNUD, IPEA e FJP¹⁶

Coincidindo com o período, Em 2002, começaram a funcionar o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) desdobrando-se em FAT Habitação, que buscava gerar emprego na cadeia produtiva da construção civil – setor relativamente mais intensivo em mão-de-obra –, e o FAT Pró-inovação, em apoio às empresas de capital nacional. Em 2003, mais quatro novos programas foram abertos.

¹⁶ Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/cachoeira_ba. Acesso em: 15 mar. 2018.

Outra análise respaldada nos três últimos censos realizados pelo IBGE e baseada no índice de Gini, empregado nas informações do Atlas de Desenvolvimento de Cachoeira, demonstra que a renda per capita média de Cachoeira cresceu 130,30% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 239,23, em 2000, e para R\$ 368,11, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 4,49%. A taxa média anual de crescimento foi de 4,40%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 75,63%, em 1991, para 51,52%, em 2000, e para 33,83%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses três períodos pode ser descrita através do Índice de Gini¹⁷, que passou de 0,64, em 1991, para 0,59, em 2000, e para 0,56, em 2010.

Tabela 6. Renda, Pobreza e Desigualdade em Cachoeira-BA, nas últimas duas décadas.

Renda, Pobreza e Desigualdade - Município - Cachoeira - BA			
	1991	2000	2010
Renda per capita	159,84	239,23	368,11
% de extremamente pobres	46,92	26,17	16,73
% de pobres	75,63	51,52	33,83
Índice de Gini	0,64	0,59	0,56

Fonte: Atlas Brasil/PNUD, IPEA e FJP¹⁸ Adaptado pelo autor.

Outro importante indicador de desenvolvimento aludido neste estudo é o O IDHM passou de 0,516 em 2000 para 0,647 em 2010 - uma taxa de crescimento de 25,39%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 72,93% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,205), seguida por Longevidade e por Renda. De 1991 a 2010, o IDHM do município

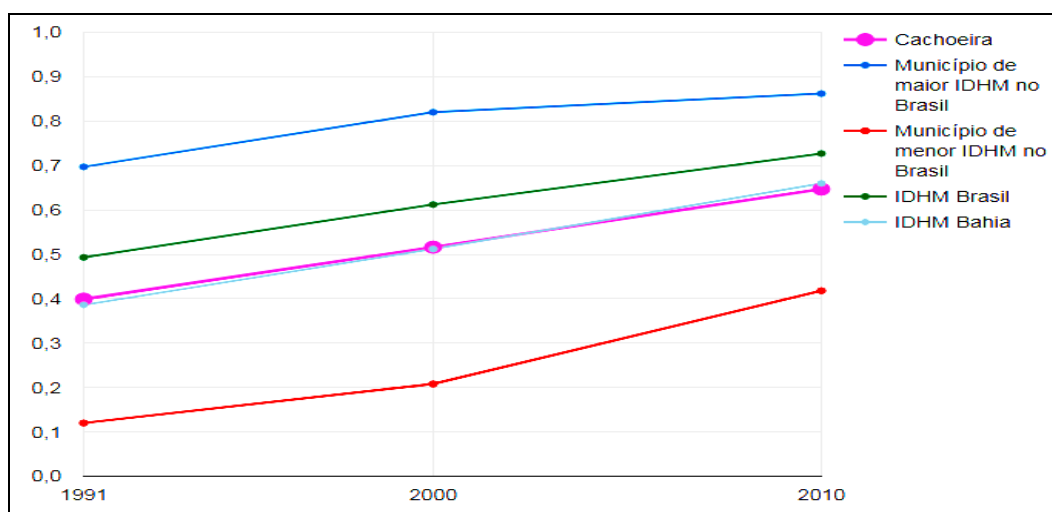
¹⁷ É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Este índice aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos.

¹⁸ Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/cachoeira_ba. Acesso em: 15 mar. 2018.

passou de 0,399, em 1991, para 0,647, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 62,16% para o município. A dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,351), seguida por Longevidade e por Renda. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.

A partir dos dados demonstrados no gráfico 4, que se segue, é possível observar a posição do IDHM de Cachoeira nos âmbitos nacional e estadual, além da comparação com as cidades com o melhor e o pior IDHM.

Gráfico 4 Evolução do IDHM de Cachoeira-BA entre 1991 a 2010.



Fonte: Atlas Brasil/PNUD, IPEA e FJP¹⁹. Extraído e adaptado pelo autor.

Outro aspecto relevante para o processo de desenvolvimento local em Cachoeira, foi a qualificação de profissionais que atuam como guias turísticos na cidade. O curso de guia turístico foi oferecido gratuitamente pelo Programa Monumenta para moradores de São Félix e Cachoeira. As inscrições findaram-se no dia 09/05/2012. As aulas do curso foram ministradas no Colégio Estadual da Cachoeira e ao final, os cursistas que não haviam concluído o 2º Grau receberam, além do certificado de guia turístico, um certificado de conclusão do Ensino Médio. Sendo, prioritariamente destinado às pessoas que já trabalham na área, e secundariamente para pessoas partir de 18 anos. Além do curso de guia turístico,

¹⁹ Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/cachoeira_ba. Acesso em: 15 mar. 2018.

também foram oferecidos, gratuitamente os cursos de inglês, espanhol, recepcionista, cozinheiro, garçom e de empreendedorismo.

Além das políticas de habitação, geração de emprego e fomento ao turismo, é possível observar, também, que as ações do Monumenta podem ter contribuído para um crescimento na arrecadação municipal, tendo em vista, os dados apresentados na tabela abaixo:

Tabela 7. Crescimento da receita através da arrecadação e valores repassados ao município de Cachoeira, no período de 2006, 2008, 2009 e 2014.

ANO	IPTU	ISS	ITBI	TRIBUTÁRIAS	FPM
2006	R\$ 71.000,00	R\$ 791.000,00	R\$ 24.000,00	R\$ 1.140.000,00	R\$ 7.952.000,00
2008	R\$ 45.000,00	R\$ 1.023.000,00	R\$ 43.000,00	R\$ 1.455.000,00	R\$ 12.814.000,00
2009	R\$ 60.000,00	R\$ 1.590.000,00	R\$ 44.000,00	R\$ 2.111.000,00	R\$ 11.711.000,00
2014	R\$ 82.000,00	R\$ 1.753.000,00	R\$ 105.000,00	R\$ 3.201.000,00	R\$ 20.082.000,00

Fonte: IBGE-Cidades/ Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Registros administrativos. Adaptado pelo autor.

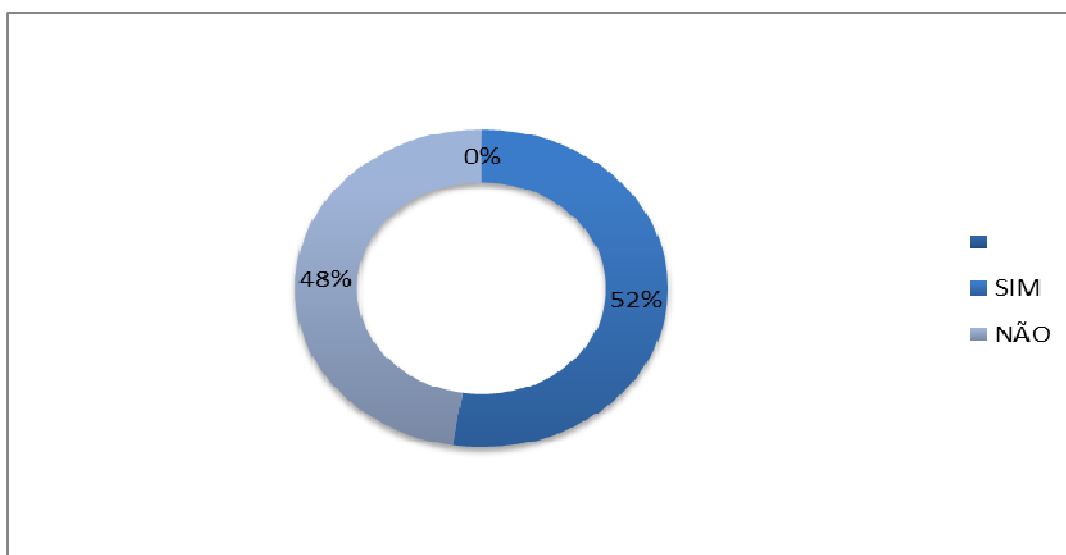
5.2. Tombamento e desenvolvimento sob a ótica da população de Cachoeira.

Como todo processo de desenvolvimento carece de uma avaliação de indicadores que apontem para uma nova realidade, assim, foram delimitados os tipos de indicadores que puderam auxiliar, da melhor maneira, a hipótese e os objetivos apresentados nesta pesquisa. A visualização desses indicadores se baseou preliminarmente nas seguintes questões: O que se quer medir? Por que medir? Tendo como princípio básico o de que a cultura é um direito do conjunto de cidadãos que encontra fulcro na Constituição brasileira. Por conseguinte, como aponta (CALABRE, 2011, p 77) “a mensuração sistemática das ações e políticas nos permite perceber as mudanças que estão sendo processadas”.

Diante dos indicadores expostos, resta apresentar a percepção dos participantes/respondentes do questionário aplicado, contextualizando os dados quantitativos expostos pelos indicadores apresentados com a realidade dos moradores da cidade, sob a perspectiva da própria população pesquisada. Concernente à amostra apresentada nesse estudo, como já foi mencionado anteriormente, foram aplicados 80 (oitenta) questionários, em diversos bairros da cidade, além Centro, sendo assim distribuídos: 35 no centro, 5 no Viradouro, 6 no Morumbi, 8 no Rosarinho, 5 no Caquende, 14 Novo Rumo e 7 na Pitanga.

Apresenta-se então os gráficos referentes à perspectiva da população quanto às contribuições do Monumenta para melhoria das condições de vida da população estudada. Quanto ao nível de satisfação concernente às ações do Monumenta em Cachoeira:

Gráfico 5 Quantitativo dos participantes que se declararam beneficiados pelo Monumenta:



Fonte: Elaboração própria, a partir da coleta de dados.

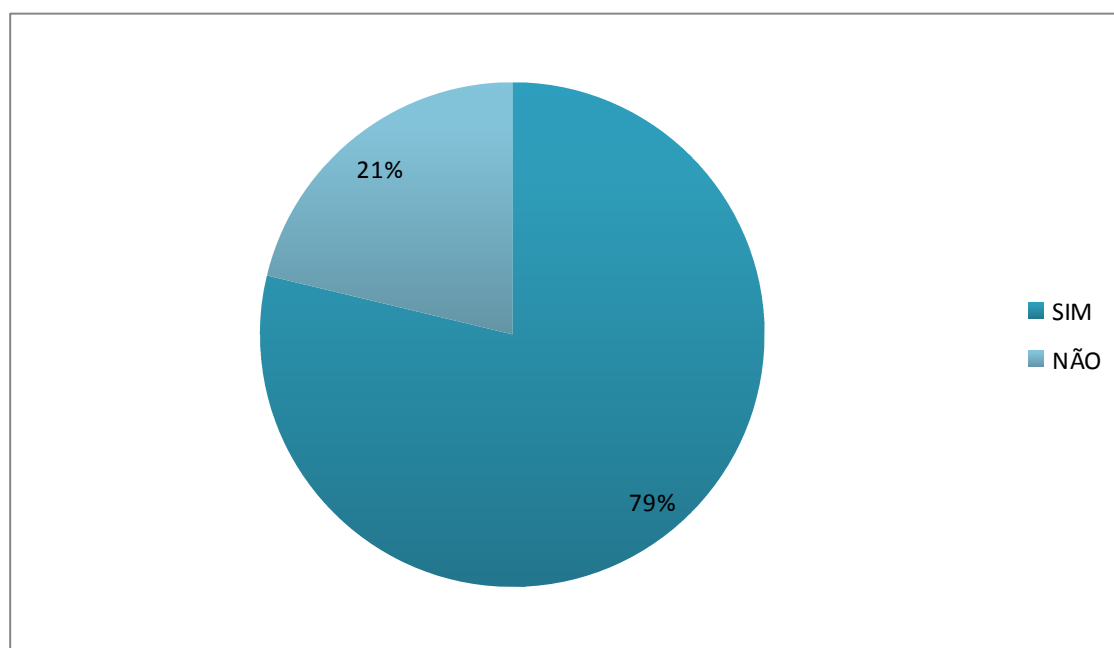
No universo de 80 (oitenta) participantes, 42 (quarenta e dois), se declararam beneficiados pelo programa, destes 42, 16 respondentes, ou seja, 38% declararam morar no centro e terem sido beneficiados diretamente com o financiamento do Monumenta e, efetivamente reformaram suas casas. Outros 12 (28%) declararam morar no entorno do centro e informaram ser beneficiados indiretamente através de oportunidade de emprego e geração de renda. Por sua vez, os outros 14 participantes, 34% informaram ter sido beneficiados pelo acesso à cultura e ao ensino superior.

Dos 38 (trinta e oito) respondentes que declararam não ter sido beneficiados pelo Programa Monumenta, 26 pessoas informaram ser domiciliados em bairro distante do centro, o que corresponde a 68%. Sendo este um dado significativo para os questionamentos sobre os indivíduos que reconhecidamente foram beneficiados por esta política de preservação. De um certo modo, esses moradores se sentem excluídos das políticas de desenvolvimento executadas na cidade, inclusive excluídos das próprias ações do Programa na cidade, fato que transluz indícios da centralização das ações do Monumenta. O fato da centralização dos processos decisórios que tem caracterizado as ações dos institutos ligados

a execução do Monumenta na cidade, os quais quando abriram a discussão para a comunidade, ao invés de realizar consultas públicas em locais estratégicos, que estejam mais próximos de todos, realizaram reuniões na Casa do Patrimônio, que é a sede do IPHAN na cidade e num local inapropriado caso compareça uma multidão de participantes. A descentralização de discussões deliberativas é um importante passo para o desenvolvimento local, pois, assim, poder-se-ia inserir os moradores de bairros mais distantes nos processos decisórios.

No entanto, de um modo geral, quando solicitados a emitirem sua opinião sobre a hipótese de que as intervenções realizadas pelo Monumenta influenciaram positivamente nas condições de vida da população, bem como o nível de satisfação dos entrevistados com o Programa obteve-se os seguintes resultados:

Gráfico 6: Quantitativo de participantes que concordam com a hipótese de que o Monumenta influenciou positivamente nas condições de vida dos moradores de Cachoeira.

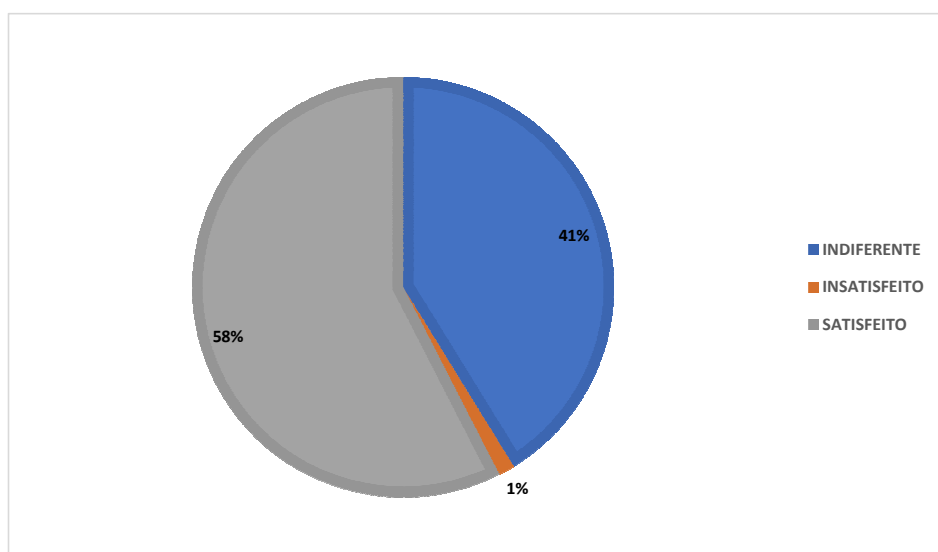


Fonte: Elaboração própria, a partir da coleta de dados.

Dos 80 respondentes, 63 ou seja (79%) acreditam que o Monumenta influenciou positivamente na melhoria das condições de vida dos moradores da cidade. Essa informação evidencia uma convergência entre a percepção da população com os indicadores já apresentado. Incluem-se nessa seção da amostra os moradores dos bairros nos quais não houve intervenções do Monumenta, revelando o senso de integração coletiva por parte desses moradores, os quais, mesmo não sendo beneficiados, veem de maneira positiva os desdobramentos das ações do Programa na sua cidade.

A seguir será verificada a questão do nível de satisfação dos entrevistados com relação às ações das políticas de preservação (Monumenta) na cidade. A apreensão desse dado é propositiva para a presente pesquisa, visto que ajuda a elucidar a questão norteadora, da qual foi inferida a hipótese inicial, conforme se pode verificar:

Gráfico 7: Nível de Satisfação com as intervenções e os desdobramentos do Programa Monumenta na cidade.



Fonte: Elaboração própria, a partir da coleta de dados.

É importante salientar que as respostas para os níveis de satisfeito para indiferente apresentaram um relativo equilíbrio, percebido tanto nas respostas dos moradores do centro, quanto pelas informações que moram em bairros mais distantes, ou seja, dos 46 pessoas que responderam estar satisfeitos com as intervenções e desdobramentos do Monumenta em Cachoeira, 21 pessoas (45%) não são domiciliados no centro. Concomitantemente, das 33 pessoas que responderam serem indiferentes às ações do Monumenta, 14 (42%) moram no centro.

5.3. Os fundos municipais de cultura: desafios e perspectivas.

Outra contribuição significativa para a população de Cachoeira foi a criação de dois Fundos Municipais de Cultura os quais se inserem no âmbito do Conselho Municipal de Políticas Culturais. A criação desses fundos decorreu de esforços promovidos pela sociedade

civil que reverberou em 5 (cinco) conferências municipais de cultura, durante as quais foram discutidas estratégias para o fortalecimento do campo cultural na cidade. Na V Conferência Municipal de Cultura, realizada em 09 de setembro de 2013, houve a culminância das ideias e propostas formuladas por diversos cidadãos cachoeiranos, nas conferências precedentes que enfatizaram as restrições do apoio governamental às manifestações e expressões culturais e a iminência de institucionalização da cultura no município. Essa última conferência orientou o Plano Municipal de Cultura os quais seguem os mesmos parâmetros sócio-políticos do PNC e SNC. Com efeito, O Município de Cachoeira aderiu ao SNC em 24 de julho de 2013, na data em que foi publicado no Diário Oficial da União, na Seção 3, página 20, tendo os seguintes encaminhamentos:

“Acordo de Cooperação Federativa. Processo no - 01400.011922/2013-25, Ministério da Cultura e o Município de CACHOEIRA/BA, CNPJ no - 13.828.397/0001-56. Objeto: estabelecer as condições e orientar a instrumentalização necessária para o desenvolvimento do SNC, com implementação coordenada e/ou conjunta de programas, projetos e ações, no âmbito da competência do Município. Vigência: por tempo indeterminado, a partir da data da celebração. Data da assinatura: 22/07/2013²⁰”

Em se tratando dos Fundos Municipais, segundo informações de José Luiz Anunciação Bernardo²¹:

“Na verdade atualizamos a lei do sistema municipal de cultura, apresentamos e aprovamos o plano municipal de cultura com vigência de 10 anos. Na lei do sistema municipal de cultura é que criamos essa estrutura que tem o conselho municipal de cultura. Cachoeira tem dois fundos, um do monumenta, e outro fundo de cultura que não necessariamente se articulam por terem objetivos diferentes. Quando foi aprovado o sistema municipal percebemos que haviam dois conselhos, curador do fundo do monumenta e conselho municipal de cultura, o que fizemos foi unificar os dois conselhos. Que se tornou o conselho municipal de política cultural. Absorvendo para o sistema municipal de cultura assim as atribuições do conselho do monumenta.”

²⁰ BRASIL. **Diário Oficial da União**: Secretária de Articulação Institucional: Extratos de Cooperação Técnica, Brasília, DF, 24 jul.2013, Seção 3, p. 20. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=20&data=24/07/2013>> Acesso em 16 nov. 2017.

²¹ Advogado, Secretário de Cultura de Cachoeira no período de 2012 a 2015, Presidente do Conselho Municipal de Políticas Culturais e do Fundo Municipal de Cultura, Presidente da Lira Siciliana. Entrevista realizada em 12/04/2018.

Os Fundos contábeis foram criados pelo município, com o objetivo de reservar recursos financeiros para manutenção e conservação de imóveis e espaços públicos e outras ações de preservação do patrimônio cultural, garantindo a sustentabilidade financeira dos programas públicos de preservação do patrimônio cultural, material e imaterial. Um desses fundos foi criado para a preservação do patrimônio edificado de Cachoeira, sua principal função é garantir, de modo sustentável, a conservação das edificações recuperadas pelo Monumenta, através da movimentação continuada do capital que é revertido dos pagamentos das parcelas do financiamento, como também, através da administração eficiente e eficaz dos recursos disponíveis no fundo; o outro fundo municipal de cultura tem sido destinado para a captação de recursos oriundos de recursos diretos dos governos federal e estadual, emendas parlamentares ou de iniciativa privada.

Em função dos escassos investimentos do governo no setor cultural tornou-se indispensável a utilização dos recursos do Fundo Municipal de maneira propositiva. O uso dos valores remetidos ao fundo passa a ter o objetivo de movimentá-lo para gerar mais rendimentos, Com esse intuito, esses valores do município foram aplicados em uma conta na Caixa Econômica Federal. Ocorrendo a necessidade da utilização deste recurso para o atendimento de demandas apresentadas pelos proprietários dos imóveis tombados, o conselho tem a prerrogativa de fazer uma avaliação da situação e ser favorável ou não quanto ao financiamento do projeto. Segundo informações verbais de Carlos Osvaldo Ferreira.²²

“O Monumenta trouxe ainda esse fundo de preservação que hoje possui aproximadamente, R\$ 3.176.000,00 (três milhões, cento e setenta mil Reais). Esse fundo foi criado por orientação do Monumenta e viabilizado através da abertura de uma conta na Caixa Econômica Federal, Os pagamentos das parcelas de financiamento das reformas, que não possui juros, é o que alimenta esse fundo. Haverá um seminário para tratar desse fundo nos próximos dias 25 e 26 de maio, no Iphan. Na verdade o fundo não tinha apenas R\$ 3 milhões, na verdade tinha R\$ 5 milhões. Mas um gestor retira do fundo tantos milhões sem a autorização do Conselho Curador do Fundo e realiza a reforma da praça do jardim grande. O qual está sendo processado para devolver os valores retirados, juntamente com a empreiteira.”

Atualmente, ambos os fundos são administrados pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais, cuja atividade é regulamentada pelo Plano Municipal de Cultura (PMC).

²² Produtor Cultural, Vice-presidente do Conselho Municipal de Políticas Culturais e do Fundo Municipal de preservação. Entrevista realizada em 16/04/2018.

Em entrevista com o Carlos Osvaldo²³, Vice-presidente do Fundo Municipal de Cultura (FMC), informou verbalmente:

“Dos três milhões que estão no fundo, estamos discutindo no Conselho como vamos utilizar esse valor; uma porcentagem vai voltar para a questão do financiamento de reformas de sobrados que não foram contemplados, para que o Fundo tenha um fluxo, outra porcentagem, cerca de R\$ 500.000,00 vai ser destinado à recuperação de terreiros de candomblé que encontram-se com sua alvenaria em estado deplorável; e cerca de 20 a 30 por cento destinados aos grupos culturais do Município, artesãos, escultores, sendo que também pensamos em um edital oral para as culturas de oralidade.”

O projeto de utilização dos recursos tem sido, como se vê, pautado democraticamente pelos membros do Conselho Municipal, aproximando os cidadãos cachoeiranos desses processos decisórios, descentralizando discussões deliberativas de interesse coletivo, criando fórum de debates e fazendo do Conselho Municipal de Cultura uma instância de poder essencialmente democrático e progressista, sendo composto por cidadãos de vários seguimentos sociais.

Convém ressaltar, por fim, que após a realização das Conferências Municipais de Cultura, as propostas passaram pelas instâncias administrativas e legislativas da cidade, sendo aprovadas e sancionadas pelo prefeito, em seguida, foram instituídos e publicados no Diário Oficial do Município²⁴, no qual estes documentos estão disponíveis do dia 03 de novembro de 2015, conforme se pode verificar no Anexo F.

²³ Produtor Cultural, Vice-presidente do Conselho Municipal de Políticas Culturais e do Fundo Municipal de preservação. Entrevista realizada em 16/04/2018.

²⁴Disponível em: <http://www.cachoeira.ba.io.org.br/diarioOficial/download/119/418/0>. Acesso em 13 abr. 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da questão que norteou a realização deste estudo de caso, este pesquisador buscou delinear, no primeiro momento, o conceito sócio-antropológico de patrimônio cultural que é adotado pelo Estado brasileiro, para, em seguida, investigar o modo como as políticas voltadas para a preservação do patrimônio se articularam com outras políticas de desenvolvimento com vistas a proporcionar melhorias na qualidade de vida da população de Cachoeira-Ba. Como ficou evidenciada durante a pesquisa de campo, a execução do programa Monumenta foi uma ressonância de movimentos sociais, cuja participação de moradores politizados, atuantes na década de 1990, foi imprescindível para a guinada socioeconômica na dinâmica e estrutura urbana de Cachoeira.

Notadamente, esse modelo de intervenção planejada e executada pelo Estado brasileiro e por seus entes federados no campo cultural tem sido abordado amplamente na agenda contemporânea de diversos campos do saber, dada a sua relevância no âmbito das discussões sobre política e sociedade, evidenciando a importância do aprofundamento dos direitos à cidadania, através de uma maior participação do Estado na garantia e ampliação dessas conquistas sociais. Tal perspectiva pode ser abordada a partir do enfoque sobre a análise integrada das políticas públicas de desenvolvimento. Além de contribuir com melhorias ao bem-estar social, as políticas culturais revelam uma possibilidade de desenvolvimento local a partir de uma perspectiva endógena, humana e sustentável, contrária às que convencionalmente servem de referência para as avaliações de crescimento econômico, isto é, aquelas que consideram o capital privado como essencial, e talvez, única forma legítima de possibilitar o desenvolvimento.

As políticas culturais adotadas em Cachoeira concentraram-se preponderantemente na preservação do patrimônio material. Desde 1971, época em que a cidade foi elevada ao *status* de Monumento Nacional, tombando inteiramente o seu núcleo urbano, foi demarcado o tipo de intervenções que essencialmente se pautariam na assistência ao patrimônio material da cidade e por meio delas, buscou-se promover algum tipo de melhoria nas condições de vida da população, mais especificamente, através da recuperação de imóveis em estado de deterioração.

Não obstante, como se esperava, o tombamento da cidade repercutiu diretamente no planejamento e organização do perímetro urbano, tendo em perspectiva que a partir daquele momento se instauravam restrições para sua expansão. Por outro lado, a tentativa de se

delinear o espaço que seria preservado, não passou da teoria para a prática, de maneira que todo o núcleo urbano e o seu entorno devem permanecer sob a política de proteção, prevista no Decreto-lei 25/37.

As restrições prescritas pelos órgãos de proteção não permitiam as modificações urbanísticas, uma vez que, pelas normas de preservação não era possível fazer edificações verticais, considerando também as especificidades da topografia de Cachoeira, esse conjunto de fatores logo se tornou um potencial problema para os gestores municipais, que tiveram que administrar os conflitos entre os interesses dos órgãos de preservação e o da necessidade de expansão da cidade.

Esses entraves entre o interesse da preservação e o interesse da expansão se materializaram na relação entre a população e os órgãos de preservação, de modo mais evidente na relação com órgão federal, já que o IPHAN atuava de modo mais ostensivo. Em ressonância com essa relação conflituosa, durante várias décadas a população de Cachoeira associou a preservação do patrimônio cultural, com a estagnação socioeconômica e urbanística da cidade. De um lado, os conflitos ocorreram em razão do atendimento de normas para o tombamento que prevalecem desde o tombamento das primeiras cidades, em 1938, que concebiam os imóveis como obras de arte petrificadas, sem levar em conta sua propensão para mudanças.

O tombamento, por conseguinte, não causou a “petrificação” da cidade nem a colocou em uma “redoma de vidro” que a protegesse das pressões por sua expansão que derivaria naturalmente do crescimento da população urbana, exigindo novos espaços e melhor disposição do solo urbano. Cachoeira, como qualquer outra cidade é propensa às mudanças e alterações espaciais. Nessa perspectiva, Como ponderou Castriota (2009), é de responsabilidade dos órgãos de preservação pensar mecanismos mais adequados para acompanhar o processo de expansão das áreas a serem conservadas, buscando estratégias que permitam aliar a necessidade da preservação do patrimônio nacional com as exigências impostas pelos processos de desenvolvimento.

Voltando à centralidade da hipótese e dos objetivos propostos, por meio da análise da execução do Programa Monumenta em Cachoeira, desde o seu início em 2002, foi possível observar que, na perspectiva da população local, esse Programa trouxe expectativas positivas, pela proposta de requalificação do patrimônio na cidade e pela guinada socioeconômica que essa política trouxe à localidade. As esperanças reavivadas nos moradores em torno das ações do Monumenta foram relativamente justificadas haja vista o

início do processo de requalificação do núcleo urbano, melhoria de logradouros; restauração e utilização estratégica dos monumentos e prédios públicos e coletivos de reconhecido valor arquitetônico; a oportunização de reformas completas e estruturais de propriedades privadas; e incentivo a sua utilização mista, com funcionalidade voltada para geração de renda, que tem sido possível através do atendimento às demandas do fluxo turístico, e pela oferta de serviços, com o objetivo de dar conta das demandas dos novos moradores que compõem a comunidade acadêmica do CAHL-UFRB em Cachoeira.

Destarte, é importante mencionar que a instalação do CAHL-UFRB no Quarteirão Leite Alves, por sua vez, também tem uma relevante contribuição para a questão do desenvolvimento em Cachoeira, sendo este Campus, resultado direto do Programa Monumenta, tendo em vista que a recuperação do Quarteirão Leite Alves proporcionou uma nova estrutura para o referido campus, antes sediado no anexo da Escola Estadual da Cachoeira, sendo este um exemplo relevante no tocante a conferir uma função social aos imóveis em deterioração, não apenas pelo acesso da população local ao ensino superior público, como também pela melhoria de outros indicadores socioeconômicos decorrentes do seu funcionamento no centro da cidade. A recuperação do Cineteatro Cachoeirano, o qual, semelhante ao CAHL tem cumprido uma função socioeconômica importante na cidade, por proporcionar acesso a diversos bens e serviços culturais aos moradores locais. O Financiamento para recuperação e reforma de imóveis privados, ainda que não tenha se concretizado da maneira prevista, contudo também desempenhou um papel relevante na melhoria dos indicadores socioeconômicos da cidade.

Face ao exposto, o aspecto *sui generis* da presente pesquisa se refere à abordagem da complexa relação entre as políticas de preservação do patrimônio cultural com outras políticas públicas que se destinam ao desenvolvimento local, relacionadas, intrinsecamente, com a utilização dos imóveis recuperados pelo Programa Monumenta. Para exemplificação, dentre essas políticas públicas de desenvolvimento, citam-se: política habitacional, tendo em vista a melhoria dos indicadores de habitação; o acesso ao ensino superior por meio da utilização do Quarteirão Leite Alves que sedia o campus da UFRB; o acesso a bens e serviços culturais, consoante à utilização do Cineteatro Cachoeirano; Geração de emprego e renda, tanto através da recuperação e uso de imóveis que se desdobraram em estabelecimentos comerciais, pousadas, restaurantes, hospedarias, etc. como também os empregos diretos que foram criados na construção civil especializada em imóveis tombados,

além das atividades turísticas que também apresentam um ascendente considerável na cidade em comparação as duas últimas décadas.

Ainda é possível mencionar o crescimento quantitativo e qualitativo das atividades culturais realizadas na cidade, considerando as melhorias na estrutura dos espaços que abrigam essas atividades, bem como em relação ao nível de profissionalização com que são organizados. Efetivamente, nos últimos dez anos, os grupos culturais passaram por um processo de profissionalização, de modo que estão sempre entre as atrações dos diversos festivais de música, apresentações teatrais, oficinas de dança que tem sido realizado ao longo desses quatorze anos em Cachoeira, cita-se ainda os festivais cinematográficos e a Festa Literária Internacional de Cachoeira (FLICA), a qual após a sua primeira edição em outubro de 2011, se consolidou no calendário artístico-cultural da cidade.

Em síntese, a abordagem das teorias e da história em torno das políticas culturais em Cachoeira, somada à análise dos indicadores socioeconômicos apresentados nesta pesquisa não demonstram, em sua totalidade, comprovações que apontem a influência positiva das políticas de preservação do patrimônio para o desenvolvimento local de Cachoeira. No entanto, é possível inferir que esses indicadores justificam a relevância das políticas de preservação do patrimônio cultural materializada pelo Programa Monumenta ainda que de forma relativa. Levando em consideração que este Programa enquanto retórica política é concebido como um modelo de intervenção ideal, mas enquanto ação política propicia abordagens que o considera aquém do esperado.

REFERÊNCIAS

ATLAS BRASIL. Atlas do Desenvolvimento de Cachoeira. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/cachoeira_ba. Acesso em: 11 jan. 2018.

AZEVEDO, Paulo Ormindo David de; CORRÊA, Elyane Lins (Org.) **Estado e Sociedade na Preservação do Patrimônio**. Salvador: EDUFBA; IAB, 2013.

BARBALHO, Alexandre, et al. (orgs.). **Cultura e Desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas**. Salvador, Edufba, 2011.

BARQUERO, Antonio Vásquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002.

BENHAMOU, Françoise. **A Economia da Cultura**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

_____. **Economia do Patrimônio Cultural**. São Paulo: Edições SESC, 2016.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

BOISIER, Sergio. Sergio. **Desarrollo Endógeno: Para qué? Para Quién?** Universidad Católica de Chile, 2004. Disponível em: <http://www.cedet.edu.ar/Archivos/Bibliotecas/ponencia_boisier.pdf>. Acesso em 12 de outubro de 2017.

BONDUKI, Nabil. **Política Habitacional e Inclusão Social No Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula**. Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2008. Disponível em: http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf. Acesso em: 14 fev. 2018.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2010.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da Cultura e Políticas Pública**. São Paulo em Perspectiva . vol.15 no.2 São Paulo Apr./June 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200011 Acesso em 05 Mai. 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo, Perspectiva, 2007.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: STF, 2017.

_____. **Decreto Lei nº 25 de 1937**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm Acesso em 15 mai. 2017.

_____. **Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais:** Norte, Nordeste e Centro-oeste. Brasília: Ministério da Cultura/ Programa Monumenta, 2005.

BRASIL. **Portaria n.o 230, de 26 de março de 1976. Aprova o Regimento interno do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Brasília, 1976. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural(1).pdf). Acesso em: 19 Fev. 2017.

CALABRE, Lia. Política cultural no Brasil: um histórico. In: Calabre Lia (org.) **Política culturais: diálogo indispensável.** Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2005.

CAMARGO, Maria Vidal de Negreiros; LACERDA, Ana Maria. SILVA; Maria Conceição da Costa e Silva; FLEXOR, Maria Helena (Org). O Conjunto do Carmo de Cachoeira. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/files/carmocachoeira.pdf>. Acesso em: 12 Abr. 2016.

CANCLINI, Néstor García. **Políticas culturales y crisis de desarrollo:** un balance latinoamericano. In: CANCLINI, Néstor García (Org.). Políticas Culturales en América Latina. Buenos Aires: Grijalbo, 1987. p. 13-59.

CANCLINI, Néstor García. **Definiciones en transición.** Buenos Aires: CLACSO, 2001.

CASTRIOTA, Leonardo. **Patrimônio Cultural:** conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CASTRO, Janio Roque Barros de. **Dinâmica territorial das festas juninas na área urbana de Amargosa, Cachoeira e Cruz das Almas – BA:** espetacularização, especificidades e reinvenções. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia, Fac. de Arquitetura. Salvador- BA, 2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural.** São Paulo: Iluminuras, 2004.

DA SILVA, Frederico A. Barbosa. **Política Cultural no Brasil 2002-2006.** Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais.** 3a Ed., São Paulo, Atlas, 1995.

DIOGO, Érica, Org. **Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos.** Brasília, DF : Iphan / Programa Monumenta, 2009.

DOWBOR, Ladislau. **Educação e Apropriação da realidade local.** Estudos Avançados. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, vol.21, n. 60, p.75-92, ago. 2007.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

FERNANDES, Valdir; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Formulação de estratégias de desenvolvimento baseado no conhecimento local**. São Paulo: *RAE electron*, vol.5, no.2, Dez 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª Ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MINC – IPHAN, 2005.

FREY, Klaus. **A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local**. *Ambiente & Sociedade*, ano IV, n. 9, 2o semestre de 2001.

FURTADO, Celso. **Esquema Macroeconômico do Desenvolvimento**. In: FURTADO, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

GIL, Gilberto. **Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil**. Brasília: Ministério da Cultura, 2003.

GASPER, Dea. **Prefinal version of a chapter in The Elgar Companion to Development Studies**. Cheltenham, UK: Edward Elgar, pp. 96-101.

GRAMSCI, Antonio. **Alguns aspectos teóricos e práticos do “economicismo”**. In: SADER, Emir (org.). *Gramsci – poder, política e partido*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GREFFE, Xavier. **El valor económico del patrimonio**. Manual Atalaya de apoyo a la gestión cultural, 2014. Disponível em: <http://atalayagestioncultural.es/capitulo/valor-economico-patrimonio>. Acesso em 12 Mar 2017.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HARTOG, François. **Tempo e Patrimônio**. *Revista VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.261-273, Jul/Dez 2006.

HESMONDHALGH, David. Media and cultural policy as public policy. **International Journal of Cultural Policy**, v. 11, n. 1, p.95-109, 2005.

IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciências de classe**. O PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

JORNAL A TARDE. **Adiamento de aulas na UFRB causa protestos**. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/vestibular/noticias/1430655-adiamento-de-aulas-na-ufrb-causa-protestos>. Acesso em: 10 jan. 2018.

JORNAL A TARDE. Justiça embarga obra do Programa Monumenta. Disponível em: <http://www.atarde.uol.com.br/bahia/noticias/1266373-justica-embarga-obra-do-programa-monumenta>. Acesso em 16 fev. 2018.

JORNAL O GUARANY. **Iphan & Programa Monumenta sob suspeita de operação ilícita nas reformas e requalificações de bens tombados em Cachoeira**. Disponível em: <http://jornal guarany.blogspot.com.br/2016/10/>. Acesso em: 17 dez 2017.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2004.

_____. **Espaço e Política**. Tradução Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LINS, Eugênio. **Patrimônio Cultural**: questões para um debate. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas e ROCHA, Renata (Orgs.). Políticas Culturais para Cidades. Salvador: EDUFBA, 2010.

MACIEL, Bruno Bastos. **Políticas Culturais no Estado da Bahia 1945/1964**. Disponível em: http://www.cult.ufba.br/arquivos/Pol_ticas_Culturais_da_Bahia_1945___1964___Bruno_III.pdf. Acesso em 12 de outubro de 2017.

MARICATO, Ermínia. **A Nova Política Nacional De Habitação**. Jornal O Valor, v. 24 nov. 2005.

MEDEIROS Alexsandro Mele. Políticas Públicas. Disponível em: <http://www.portalconscienciapolitica.com.br/ci%C3%Aancia-politica/politicas-publicas/>. Acesso em 17 jun. 2017.

MEIRELLES, Márcio. Secretário de Cultura do Estado da Bahia. In: RUBIM, Antonio C.; ROHDE, Bruno Faria (orgs.) **Políticas Culturais na Bahia**: Governo Jacques Wagner – 2007. Salvador: EDUFBA, 2008. (Cadernos CULT).

MENEGUELLO, Rachel. **PT: A formação de um partido 1979-1982**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MICELI, Sérgio. (org.) **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

MIGUEZ, Paulo. **Algumas notas sobre comércio internacional de bens e serviços culturais**. In: BARBALHO, Alexandre, et al. (orgs.). **Cultura e Desenvolvimento**: perspectivas políticas e econômicas. Salvador, Edufba, 2011.

MORI, Victor Hugo. **Patrimônio**: atualizando o debate. São Paulo: Edições 9ª SR/IPHAN, 2006.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista da FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v5_n2/uma_discussao_sobre.pdf>. Acesso em: 06 de fev. 2016.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ORTIZ, Renato. **Cultura e Desenvolvimento**. Políticas Culturais em Revista, p. 122-128, 2008. Disponível em: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/pgdrf/files/2010/10/Renato-Ortiz.pdf>. Acesso em: 18/10/2017.

PEREIRO, Xerardo. **Património cultural: o casamento entre património e cultura**. Em ADRA. Revista dos sócios do Museu do Povo Galego, n.2, p. 23-41, 2006. Disponível em: http://formacaompr.files.wordpress.com/2010/03/patrimonio-cultural_xerardo-p.pdf. Acesso em: 02 Abr. 2017.

PORTO, Marta. **Por uma política pública de cultura**. Disponível em: http://www.martaporto.com.br/dialogos/wpcontent/uploads/2008/09/tex_porumapoliticapublicadecultura.pdf. Acesso em: 06 Abr.2017.

ROCHA, Rubens. **A fascinante Cachoeira**. Jóia do Recôncavo Baiano. 1ª Edição. Bahia, 2002.

RODRIGUES, Maria da Paz de Jesus. **Políticas Culturais no município de Cachoeira – BA: avanços e desarticulações**. In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, V, 2009, Salvador. Anais... Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19174.pdf>. Acesso em: 13 de out. de 2017.

RODRIGUES, Maria da Paz de Jesus. **A Salvaguarda do Patrimônio Arquitetônico e os Reflexos na Dinâmica Espacial da Cidade de Cachoeira-Ba**. In: IV Congresso Iberoamericano de Estudos Territoriales y Ambientales, São Paulo, 8 a 12 de setembro de 2014, p. 50-65. Disponível em: <http://6cieta.org/arquivos-anais/eixo1/Maria%20da%20Paz%20de%20Jesus%20Rodrigues.pdf>. Acesso em: 14 jan 2018.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas Culturais Entre o Possível e o Impossível**. Comunicação apresentada no II Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult). Salvador: FACOM/UFBA, 2006.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais do governo Lula / Gil: desafios e enfrentamentos**. São Paulo: Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v.31, n.1, p. 183-203, jan./jun. 2008.

RUBIM, Antonio Albino Canelas e ROCHA, Renata (orgs.). **Políticas Culturais Para as Cidades**. Salvador, Edufba, 2010.

RUBIM, Antonio Albino Canelas (orgs.). **Políticas Culturais no Governo Lula**. Salvador, Edufba, 2010.

RUBIM, Antonio Albino Canelas e ROHDE, Bruno Faria (orgs.). **Políticas Culturais na Bahia: Governo Jaques Wagner - 2007**. Salvador, Edufba, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro, Graal, 1989.

SANTOS, Adalberto Silva. **Tradições Populares e Resistências Culturais: políticas públicas em perspectiva comprada**. (Tese de doutorado). Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 2007.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do Patrimônio Cultural em Cidades**. 1 ed. 1. Reimp. – Belo Horizonte. Autêntica, 2006.

SIMIONATTO, Ivete. **O social e o político no pensamento de Gramsci**. In: AGGIO, Alberto. Gramsci: a vitalidade de um pensamento. São Paulo: UNESP, 1998.

SIMÕES, Fabiana Lopes. **Produto 2: documento técnico contendo a sistematização de dados final do financiamento para recuperação de imóveis privados no âmbito do Programa Monumenta, tendo em vista a prorrogação de sua vigência até junho de 2013**. Brasília, DF: UNESCO/IPHAN, 2013.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

TOLILA, Paul. **Cultura e economia: problemas, hipóteses, pistas**. São Paulo: Iluminuras, Itaú Cultural: 2007.

THROSBY, David. **Economía y Cultura**. Trad. De Cristina Piña y Maria Condor. 1. ed. Cambridge University Press, Madri, Espanha, 2001.

Arrecadação de ISS do Município de Cachoeira 2005-2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>, Acesso em: 12/11/2017.

UCHÔA, Sara. **Políticas Culturais na Bahia (1964 – 1987)**. Disponível em: http://www.cult.ufba.br/arquivos/politicas_culturais_1964_1987_.pdf. Acesso em: 15 de outubro de 2017.

VÍCTORA, C. G.; KNAUTH, D. R.; HASSEN, M. DE N. A. **Pesquisa qualitativa em Saúde: uma introdução ao tema**. [s.l.] Tomo Editorial, 2000.

APENDICE A – PROPOSTA DE INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar da Pesquisa intitulada: **“AS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM CACHOEIRA-BA (2002-2016): CONTRADIÇÕES E PERSPECTIVAS** desenvolvida pelo Pós-graduando Leonardo de Freitas Neto, discente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento (PPGCS) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a percepção da população do núcleo urbano de Cachoeira-BA concernente à hipótese de que as políticas de preservação do patrimônio cultural, mais especificamente as reformas e usos de imóveis tombados tenha contribuído para o processo de desenvolvimento local. Sua participação é voluntária e se dará através da aplicação de questionários físicos. Os riscos que podem decorrer desta pesquisa consistem apenas no desconforto por responder questões relacionadas aos seus dados socioeconômicos.

Ressaltamos que ao consentir participar desta pesquisa, o (a) Sr. (a) estará contribuindo para a ampliação do conhecimento acadêmico sobre processos de desenvolvimento local e preservação do patrimônio. Ajudando ainda a evidenciar o retorno das ações do Programa Monumenta do IPHAN/IPAC à população.

Se depois de ter aceitado o (a) Sr. (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer etapa da pesquisa, antes ou depois da coleta de dados, independente do motivo e sem qualquer prejuízo à sua pessoa. Ressaltamos que o (a) Sr. (a) não terá despesas, também não receberá nenhuma remuneração por participar da pesquisa.

Os resultados da pesquisa serão analisados e registrados na dissertação que será encaminhada ao PPGCS-UFRB que publicará em seu repositório institucional, bem como disponibilizará a pesquisa em seu site, como um retorno desse trabalho acadêmico.

Para outras informações o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato com o pesquisador responsável pelo telefone: 71 99167-5250, ou pelo e-mail: leofneto@gmail.com; e também com o Professor Orientador da pesquisa pelo telefone: 75 99110-2110, ou pelo e-mail: mauriciosilva@ufrb.edu.br. Para qualquer dúvida concernentes aos aspectos éticos da pesquisa o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFRB, endereço: Rua Rui Barbosa, 710, Centro, Cruz das Almas-BA, Tel: 75 3621-6850.

_____, (BA), _____ de _____ de 20_____

Local e Data

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador responsável



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: CULTURA,
DESIGUALDADE E DESENVOLVIMENTO
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Este questionário busca apreender a percepção da população de Cachoeira-Ba concernente à hipótese de desenvolvimento local, a partir da política de preservação do patrimônio executada pelo programa Monumenta.

I – INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES:

1. Sua faixa etária está entre:

- até 25 anos
- 25 e 30 anos
- 31 e 40 anos
- 41 e 50 anos
- 51 e 60 anos
- acima de 60 anos

Sua Cor/etnia:

- Branco(a). Pardo(a). Negro(a). Amarelo(a). Indígena.

2. Qual é a sua escolaridade?

- Fundamental incompleto
- Fundamental completo
- Ensino Médio incompleto
- Ensino Médio completo
- Superior incompleto
- Superior completo
- Pós- graduado

3. Endereço completo:

4. Você é natural de Cachoeira?

- Sim

Não. Não sendo natural de Cachoeira, você gostaria de falar o motivo pelo qual o levou a escolher Cachoeira?

Resposta: _____

5. A renda familiar mensal é em torno de:

- 1 salário mínimo
- 2 salários mínimos
- entre 3 a 5 salários mínimos
- entre 5 a 7 salários mínimos
- até 10 salários mínimos
- acima de 10 salários mínimos

Profissão que exerce atualmente?

II – INFORMAÇÕES SOBRE O MONUMENTA SOB A ÓTICA DA COMUNIDADE:

6. Data de origem do seu imóvel(ano de construção): _____

7. Você teve conhecimento do edital para o financiamento de imóveis do programa Monumenta do IPHAN/IPAC?

- Sim
- Não

8. Você lembra quando o Programa Monumenta teve início em Cachoeira?:

- Sim
- Não

9. O Monumenta realizou alguma intervenção em seu bairro?:

- Sim
- Não

10. Você poderia falar como eram as condições de vida da população de Cachoeira antes da execução do Projeto Monumenta?

11. Em sua opinião houve algum tipo de problema, conflito ou contradição nas ações do Monumenta na cidade?

- Sim. Especificar o problema _____
- Não

12. Você foi um(a) dos(as) beneficiários(as) do programa Monumenta?

- Sim. Especificar de que modo _____

Não

13. Você percebeu alguma mudança na cidade, a partir das reformas e uso dos imóveis tombados?

Sim. Especificar Qual: _____

Não

14. Desenvolve alguma atividade econômica no imóvel?

Sim. Especificar Qual: _____

Não

15. A renda da família ou a sua maior parcela está relacionada a utilização do imóvel nessa atividade econômica?

Sim

Não

III – RELAÇÃO COM OS ORGÃOS RESPONSÁVEIS PELO PATRIMÔNIO

16. Você já recebeu orientações da parte do IPHAN, do IPAC ou da Prefeitura para conservação/preservação do seu imóvel?

Sim

Não

17. Se recebeu orientação para conservação/preservação do seu imóvel, qual órgão é o responsável por essa orientação?

IPHAN

IPAC

Prefeitura

Os três realizam as orientações para conservação

18. Você já participou de alguma consulta ou reunião pública para tratar sobre a preservação do patrimônio cultural de Cachoeira?

Sim

Não

19. Já realizou alguma reforma significativa no imóvel?

Sim

Não

20. Caso tenha realizado a reforma, quem custeou os serviços?

Recursos próprios

Financiamento através do Programa Monumenta

Outras situações

21. O seu imóvel participou da seleção do Programa Monumenta para financiamento de reformas?

- Sim e foi selecionado
 Sim, mas não foi selecionado
 Não

22. Você recebeu orientação dos órgãos de preservação (IPHAN ou IPAC ou da Prefeitura Municipal) para a elaboração do projeto de financiamento da reforma do imóvel?

- Sim
 Não

23. Você concorda com essa forma de selecionar os imóveis contemplados com o financiamento?

- Sim
 Não

24. Quanto ao seu nível de satisfação concernente à relação com a atuação dos órgãos responsáveis pela preservação do Patrimônio, você está:

- Insatisfeito
 Indiferente
 Satisfeito

P.S. Caso o seu imóvel não tenha sido beneficiado com o financiamento através do Programa Monumenta, passar para a questão 29.

25. Em qual mês/ano recebeu o recurso do financiamento? _____

26. O recurso foi liberado conforme o valor solicitado?

- Sim
 Não

27. Recebeu alguma orientação para a utilização dos recursos do financiamento e para a execução das reformas?

- Sim (Especificar o órgão que realizou a orientação) _____
 Não

28. Sendo sim a resposta da questão anterior, você está satisfeito com o retorno financeiro?

- Sim
 Não

IV – A CONTRIBUIÇÃO DO MONUMENTA

29. Em sua opinião, o que o projeto Monumenta fez para a população local, além das reformas dos imóveis tombados?

30. Você conhece alguma política de desenvolvimento que o projeto MONUMENTA tenha contribuído para ser implementada em Cachoeira? Poderia citar qual(ais)?

31. As ações do MONUMENTA ajudaram a melhorar o fluxo turístico na cidade?

- Sim
 Não

32. Quanto ao seu nível de satisfação concernente às ações do MONUMENTA, você está:

- Insatisfeito
 Indiferente
 Satisfeito

33. Você aprova a maneira como os programas de preservação dos patrimônios são conduzidos em Cachoeira?

- Sim, por que? _____
 Não, por que? _____

Utilize esse espaço para realizar qualquer observação e/ou comentário que julgar necessário.

Grato pela sua colaboração!

APENDICE B – TÓPICOS GUIA PARA A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar da Pesquisa intitulada: **“AS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM CACHOEIRA-BA (2002-2016): CONTRADIÇÕES E PERSPECTIVAS** desenvolvida pelo Pós-graduando Leonardo de Freitas Neto, discente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento (PPGCS) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a percepção da população do núcleo urbano de Cachoeira-BA concernente à hipótese de que as políticas de preservação do patrimônio cultural, mais especificamente as reformas e usos de imóveis tombados tenha contribuído para o processo de desenvolvimento local. Sua participação é voluntária e se dará através de entrevista semi-estruturada. Os riscos que podem decorrer desta pesquisa consistem apenas no desconforto por responder questões relacionadas aos seus dados socioeconômicos.

Ressaltamos que ao consentir participar desta pesquisa, o (a) Sr. (a) estará contribuindo para a ampliação do conhecimento acadêmico sobre processos de desenvolvimento local e preservação do patrimônio. Ajudando ainda a evidenciar o retorno das ações do Programa Monumenta do IPHAN/IPAC à população.

Se depois de ter aceitado o (a) Sr. (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer etapa da pesquisa, antes ou depois da coleta de dados, independente do motivo e sem qualquer prejuízo à sua pessoa. Ressaltamos que o (a) Sr. (a) não terá despesas, também não receberá nenhuma remuneração por participar da pesquisa.

Os resultados da pesquisa serão analisados e registrados na dissertação que será encaminhada ao PPGCS-UFRB que publicará em seu repositório institucional, bem como disponibilizará a pesquisa em seu site, como um retorno desse trabalho acadêmico.

Para outras informações o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato com o pesquisador responsável pelo telefone: 71 99167-5250, ou pelo e-mail: leofneto@gmail.com; e também com o Professor Orientador da pesquisa pelo telefone: 75 99110-2110, ou pelo e-mail: mauriciosilva@ufrb.edu.br. Para qualquer dúvida concernentes aos aspectos éticos da pesquisa o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFRB, endereço: Rua Rui Barbosa, 710, Centro, Cruz das Almas-BA, Tel: 75 3621-6850.

_____, (BA), _____ de _____ de 20_____

Local e Data

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador responsável

TÓPICO GUIA PARA AS ENTREVISTAS:

(Memória para orientação da entrevista)

Problema: “A política de preservação do patrimônio cultural, executada durante o período de 2003-2016, influenciou positivamente no desenvolvimento local de Cachoeira?”.

Pressupostos a serem testados/respondidos:

- P1. A influência das políticas de preservação do patrimônio cultural no processo de desenvolvimento local.
- P2. Desdobramentos que as ações de recuperação e uso de imóveis tombados produziram na dinâmica econômica e social de Cachoeira.
- P3. Participação da população de Cachoeira nas discussões sobre o uso dos imóveis recuperados.
- P4. Perspectivas da população local referentes ao processo de desenvolvimento local, a partir da política de preservação dos imóveis tombados e seu inter cruzamento com outras políticas públicas de desenvolvimento.

1ª Parte – Foco: As ações do MONUMENTA na comunidade.

Buscar contextualizar a execução do Projeto MONUMENTA na comunidade bem como suas relações com a comunidade. Contextualizar o cenário anterior às ações do MONUMENTA com o presente, aludindo ao objeto da pesquisa “A política de preservação do patrimônio cultural, executada durante o período de 2003-2016, influenciou positivamente no desenvolvimento local de Cachoeira?”. Identificação de contradições/perspectivas.

1. O que você sabe sobre o projeto MONUMENTA?
2. Você lembra quando o Projeto MONUMENTA teve início aqui no local?
3. Você poderia falar como eram as condições de vida da população de Cachoeira antes da execução do Projeto MONUMENTA?
4. Você poderia citar as intervenções do MONUMENTA em seu bairro?
5. Em sua opinião houve algum tipo de problema, conflito ou contradição nas ações do MONUMENTA na cidade?
6. Você percebeu alguma mudança significativa na cidade, a partir das reformas e uso dos imóveis tombados?
7. O que o projeto MONUMENTA representa para você?

2ª Parte – Foco: A relação do MONUMENTA com a população.

Buscar identificar afirmações ou negações para os pressupostos P1: “A influência das políticas de preservação do patrimônio cultural no processo de desenvolvimento local”; P2: “Desdobramentos que as ações de recuperação e uso de imóveis tombados produziram na dinâmica econômica e social de Cachoeira.” e P3: Participação da população de Cachoeira nas discussões sobre o uso dos imóveis recuperados.)

8. Em sua opinião, Cachoeira cresceu do ponto vista econômico?

9. Em sua opinião, de que maneira a população se beneficiou com a execução do MONUMENTA na cidade?

10. Você participou alguma vez de consultas públicas sobre as ações do MONUMENTA na cidade?

3ª Parte – Foco: A política de preservação dos imóveis tombados e seus inter cruzamentos com outras políticas públicas de desenvolvimento.

Buscar identificar afirmações ou negações para o pressuposto P4: “as perspectivas da população local referentes ao processo de desenvolvimento local, a partir da política de preservação dos imóveis tombados e seu inter cruzamento com outras políticas públicas de desenvolvimento.”

11. Em sua opinião o que o projeto MONUMENTO fez para a população local além das reformas dos imóveis tombados?

12. Você conhece alguma política de desenvolvimento que o projeto MONUMENTA tenha contribuído para ser implementada em Cachoeira? Poderia citar qual(ais)?

13. As ações do MONUMENTA ajudaram a melhorar o fluxo turístico na cidade?

14. Cachoeira tornou-se mais conhecida na região?

15. Você gostaria de citar algo mais sobre o MONUMENTA que não foi abordado?

APENDICE C – ENTREVISTAS TRANSCRITAS

TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA COM SAMIR SUZART GESTOR DO CINE TEATRO CACHOEIRANO. REALIZADA EM 04/04/2018

Entrevistador: Bom dia Samir, é... como já foi explicado inicialmente pra você, esse projeto de pesquisa aborda a preservação do patrimônio como estratégia de desenvolvimento local, mais especificamente, através da recuperação e utilização de imóveis tombados que estavam em processo de deterioração. Para iniciar, gostaria que você se apresentasse e falasse um pouco sobre a atividade que você exerce aqui no município em seguida iremos para os blocos de perguntas.

Samir Suzart: Meu nome é Samir Guimarães Suzart. Sou Cachoeirano, funcionário público, e atuou como coordenador do Cineteatro desde a sua inauguração, em junho de 2014. Estou nesse cargo porque também sou bacharel em cinema e audiovisual pela UFRB, conclui em 2013.

Entrevistador: Bacana, Samir! Em relação ao programa Monumenta, o que você sabe sobre este projeto, o que você poderia dizer sobre as ações do monumenta aqui na cidade?

Samir Suzart: Eu lembro bem quando o Monumenta chegou aqui pra cidade e trouxe vários benefícios aqui para a comunidade, em minha opinião. Em meu ponto de vista os vários sobrados que antes estavam em ruína, agora a gente vê sendo utilizados, gerando empregos, renda, atraindo turistas, gerando diversos benefícios para a cidade.

Entrevistador: Em sua avaliação, como eram as condições de vida da população, antes da execução do programa Monumenta?

Samir Suzart: A gente em Cachoeira sempre teve muita fama devido ao Samba de Roda, aos terreiros de candomblé, a mundialmente famosa irmandade da boa morte, então sempre tivemos esse forte apelo turístico assim, mas antes do Monumenta isso era muito precário, me refiro aos atrativos para esses turistas, porque quando os turistas vinham eram vários sobrados em ruína e as pessoas não tinham muito o que admirar, ruínas como aquelas não atraíam ninguém. Depois do Monumenta até o fluxo turístico melhorou, apesar de ainda ser pequeno, mas melhorou bastante.

Entrevistador: Você poderia citar as intervenções que, na sua avaliação, foram significativas para melhoria nas condições de vida de do povo de Cachoeira?

Samir Suzart: Particularmente eu não tenho com citar outro assim diretamente a não ser o Cineteatro cachoeirano. Em minha opinião foi essa uma das grandes intervenções do Monumenta, junto com o Quarteirão Leite Alves que é a sede do Centro de Artes, Humanidades e Letras da UFRB, por tudo que a Universidade proporcional a Cachoeira e a região, não é? Falo em termos de geração de emprego, oportunidade para a juventude, e o Cineteatro, por sua vez, por tudo que ele também oferece: o acesso à cultura, realização de oficinas, na disponibilização para eventos culturais, além do resgate de uma memória

importante da cidade, Ao longo desses quatro anos, muita gente que moraram em Cachoeira e quando aparecem aqui no cinema se surpreendem,

Entrevistador: Ok, Samir! Você teve conhecimento de algum tipo de problema, conflito ou contradições concernentes à execução do Monumenta ou durante a realização de suas intervenções em Cachoeira?

Samir Suzart: Que eu lembre não, a não ser a questão da burocracia da concessão do financiamento, muitas famílias queriam, mas não teve para todos, mas não acredito que tenha havido grandes problemas.

Entrevistador: Samir! Para finalizar, o que as ações do Monumenta representam para você?

Samir Suzart: Eu acho que é até difícil falar o que esse programa representa. Pra mim particularmente, porque o Monumenta contribuiu para a instalação da universidade em que eu estudei e me formei. Reformou o espaço onde eu trabalho, que tem tudo a ver com a universidade que eu estudei, de onde tiro meu sustento, onde contribuo para a formação de muitos jovens aqui da cidade. O que falar disso? Pra mim o Monumenta é a realização de um sonho, assim, sabe! Eu vim nesse espaço quando eu tinha seis anos de idade, quando assisti pela primeira vez uma sessão e anos depois poder trabalhar aqui e ajudar a trazer vida para esse espaço, trabalhar sem precisar sair da minha cidade é muito significativo pra mim. Muito mesmo, de verdade!

Entrevistador: Realmente! Muito significativo para você! Gostaria de agradecer sua disponibilidade em contribuir com esta pesquisa. Muito obrigado, de verdade.

Samir Suzart: Por nada, eu que agradeço.

ENTREVISTA TRANSCRITA COM CARLOS OSVALDO FERREIRA (VADINHO) VICE PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL E DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA DE CACHOEIRA-BA, REALIZADA EM 12/04/2018.

Entrevistador: Boa Tarde, Zé Luiz!, eu sou Leonardo, mestrando do PPGCS e estou fazendo uma pesquisa sobre as intervenções do Monumenta em Cachoeira, mais especificamente gostaria de iniciar essa entrevista fazendo uma pergunta que pode parecer óbvia, mas que é extrema relevância para a pesquisa que estou desenvolvendo... Na sua opinião, Qual a importância do programa Monumenta para a cidade de Cachoeira?

Zé Luiz: Boa tarde, Leonardo!, veja só!, Eu sou filho daqui de Cachoeira, desde 89 eu advogo e tenho uma militância advocatícia de quase 30 anos, então eu conheço muito da realidade desse setor imobiliário de Cachoeira. Eu vivi isso, eu vivo isso e também durante todo esse tempo eu exerci a militância como professor, é... é... do Colégio Estadual da Cachoeira e como vereador durante 8 anos, em que exerci o mandato. Pra mim, a maior importância desse programa eu diria que ele seria dividido em 2 coisas, a maior importância, imediata e visível foi exatamente a restauração física de alguns imóveis estratégicos que estavam naquele momento em estado bastante avançado de deterioração; então há um resultado imediato, isso deve ser colocado como uma intervenção de restauração. Nós tínhamos aqui em Cachoeira um conjunto muito grande, um conjunto muito bonito do ponto de vista da arquitetura colonial, das várias expressões da arquitetura residencial, urbana. E Cachoeira, até a chegada desse programa Monumenta, sofria uma deterioração terrível, não só imóveis particulares como vários que foram atendidos, como também imóveis públicos a exemplo da Câmara, a exemplo da casa de Teixeira de Freitas, a exemplo da casa nº 17 da Ladeira da cadeia, da Benjamin Constant, onde hoje funciona a Secretaria de Educação e Cultura. Esse conjunto público estava bastante deteriorado e o conjunto particular, particular que eu digo se refere as duas esferas, o particular das instituições, igrejas, etc, e particular mesmo no sentido de individual, pessoa física também estava deteriorado. Esse recurso, quando foi alocado, aplicado, ele foi aplicado imediatamente objetivando a restauração física, só que aí vem um segundo fator que é o fator, exatamente, da geração de renda. (3:54), a partir do momento que foi aplicado esse recurso, gerou na economia de Cachoeira, um investimento muito elevado, investimentos esse que foram amealhados; não a sua

totalidade, porque, de qualquer forma nós não tínhamos estrutura local, municipal para execução das obras. Foram contratadas empresas, grandes empresas em alguns casos, mas a mão-de-obra prevaleceu a ocupação da mão-de-obra de Cachoeira e é uma mão-de-obra necessária até mesmo para a manutenção desse conjunto. Estiveram ali pedreiros, carpinteiros, um conjunto de operários da construção civil que cada vez mais se qualificou para a execução desse trabalho e é, vamos dizer assim, um operário qualificado, não é um operário que trabalha com restauração de imóveis históricos, tombados. Então isso é uma formação de mão-de-obra fantástica... (5:14). Um outro fator que veio a contribuir também foi a orientação do que fazer com os imóveis recuperados, porque recuperar os imóveis é uma coisa, manter o imóvel, e aí eu acho que o Monumenta não focou, porque o foco era a restauração, foi a manutenção desses imóveis e como operou a manutenção desses imóveis? Como por exemplo o caso do Leite Alves no qual foi instalada uma unidade da UFRB, só foi possível essa instalação da UFRB com esse programa Monumenta. Porque, de onde a UFRB ia tirar recursos pra fazer aquela restauração, impossível, não tinha condições; Santo Amaro até hoje não consegue implantar em seu município uma unidade da UFRB decente porque não tem recursos. (6:22) o prédio que destinaram é o [ótimo, é grande, sim, mas cadê a grana? Mas aqui, nós tivemos esse aporte do programa monumenta, aí tem um outro desdobramento, falei dois, mas na verdade é uma sequência... a partir do momento que se implantou no Leite Alves, naquele espaço, uma unidade da UFRB, que veio pequena mas que se expandiu em número de estudantes em número de professores e funcionários, ela trouxe para o centro da cidade, não uma unidade da universidade distante da comunidade, veio para o centro. Então, a partir daí houve um outro aspecto muito importante na questão da geração de renda, concernente ao impacto, primeiro no mercado imobiliário, e segundo no mercado de atendimento e serviços, restaurantes, padarias, pousadas, hospedarias, passaram a funcionar em decorrência dessa nova realidade. (7:44). Esse contingente que a UFRB trouxe não existia nesse contexto da economia municipal. Nós tínhamos aqui antes desse advento da ufrb 2 restaurantes apenas, chegamos a ter depois disso 17 restaurantes. A quem será atendida essa demanda? O cara não abre um restaurante pra não vender comida. Uma boa parte das pessoas atendidas fazem parte da comunidade da UFRB. Então o monumenta, então o monumenta começa lá atrás e termina cá na ponta hoje exatamente com a manutenção da geração de renda e da economia do município, por força desse ponto inicial das restaurações. O resultado táí, não só com a universidade, com o cinema, O cinema de Cachoeira estava destruído, depois com a aquisição dos equipamentos do cinema, Nós

quando estávamos na secretaria, nós já estávamos antes do golpe político do Sr. Michel Temer, já estava engatilhado, a prefeitura tinha iniciado o processo de desapropriação do Hotel Colombo para a instalação do Quarteirão Colombo para o curso de arquitetura com especialização em restauro da UFRB. O próprio ministro à época, Juca Ferreira anunciou o aporte de R\$10.000.000,00 para a restauração daquele conjunto, depois do golpe, não foi consumada a desapropriação e não sei como está isso hoje. Cachoeira, com a implantação dessa outra unidade, considerando também os avanços do ensino particular, no caso o IANE, já estava se consolidando como uma cidade universitária. Então o Monumenta está no DNA de todo essa nova estrutura que abarcou a UFRB.

Entrevistador: Suas respostas nos apontam pra uma outra questão que é justamente em relação a essa interface da preservação do patrimônio com outras políticas públicas de desenvolvimento...

Zé Luiz: Na verdade Leonardo, eu devo ter na Lira uma reportagem de quando eu era vereador, eu comecei a recuperar esse este prédio que nós estamos, que comprei na década de 90, salvo engano, e eu tive uma experiência que me alertou muito antes do Monumenta, a situação foi o seguinte, sei das limitações que nós proprietários temos com relação as intervenções de obras nos imóveis. A partir do momento que comprei esse imóvel, e ele estava bastante deteriorado, eu tive que buscar recursos, para fazer a reforma particular no meu imóvel, eu orcei o quanto ia gastar, e ficava em torno de \$60, Sessenta dólares, que na época valia R\$1,00, e saí atrás pra conseguir esse valor, o que aconteceu, fui até a Caixa Econômica Federal, imaginei que poderia pagar esse valor em 20 anos. Conversei com o gerente sobre a finalidade que era pra reforma do imóvel e fui aconselhado a comprar um apartamento em Salvador, que era besteira minha. Do ponto de vista de investimento o gerente estava certo, eu fiquei diante de uma situação, onde o próprio estado que dizia, olha isso aqui é tombado, é monumento nacional, não apresentava nenhuma contrapartida disso, muito pelo contrário, Tinha o Iphan que certamente ia me atrapalhar, já que o projeto teria que ser aprovado por ela, e quando eu pegasse o dinheiro eu teria mais juros para pagar. Então para você ter uma ideia, não tínhamos dinheiro pra fazer nenhum tipo de reforma antes do Monumenta. Fui para o jornal, comecei a protestar, falando que era absurdo, fiz moções, quando estado deveria proporcionar pelo menos uma linha de crédito para os proprietários de imóveis particulares que pudessem fazer as intervenções com seus recursos próprios, depois de alguns anos veio o programa monumento, atendendo justamente essa demanda.

Qual diferencial do Monumenta em relação a isso? Os juros não existem. Existe a correção monetária, mas não existe os juros, você não faz ideia do que é isso.

Entrevistador: O Monumenta impactou positivamente enquanto política de habitação?

Zé Luiz: Cachoeira hoje, eu posso dizer tranquilamente, teria no mínimo, igrejas com telhados ao chão, teria o cinema ainda em estado de ruína, teria vários imóveis deteriorados e esse número certamente iria aumentar, não fosse a atuação do Monumenta na cidade. Então o monumenta foi um divisor de águas para Cachoeira. Eu acho que houve uma falha profunda, porque eles poderiam ter gasto um pouquinho do dinheiro e hoje nós teríamos uma realidade muito melhor, foi a questão da educação patrimonial, acho que houve um vacilo, porque na verdade a preocupação do Monumenta era restaurar, naturalmente, porque naquele momento era tudo ruína, mas ainda assim, se eles destinassem uma verba pra questão da educação patrimonial, a realidade seria melhor. Faltou eles irem as escolas, os próprios beneficiários do financiamento, deveriam receber os recursos mediante a participação num curso de educação patrimonial. A pessoa se preocupava em pegar o dinheiro pra fazer a restauração, mas e depois com a manutenção? Esse aspecto da manutenção surge a partir do momento que se restaura o imóvel, depois de alguns anos vc percebe que poderia se investir nisso.

Entrevistador: essas questões que vc coloca remete a próxima pergunta que é justamente se você percebeu algum conflito ou problema na execução do Monumenta ou na relação dos executores com a população?

Zé Luiz: Veja só! antes do programa monumenta, a gente remonta ao ano de 1971, 72, desde então, nunca houve um investimento concreto do governo federal, a cidade de Cachoeira, até o monumenta, não havia nenhum registro de investimentos nesse campo, em contrapartida a palavra de ordem era: “é proibido”, “não pode” “não tem como, “é tombado! é patrimônio, etc, se você fizer acionamos a Polícia Federal”. Esses termos eram ditos a moradores que gostariam de realizar alguma intervenção em suas residências e o retorno que tinham eram essas frases de ordem. Em contrapartida, os moradores tinham um problema de ordem prática, não dispunham de recursos para realizar as reformas conforme as prescrições dos órgãos de proteção e não recebiam nenhum tipo de incentivo. Se analisarmos o tombamento de Cachoeira foi feito no período autoritário e de modo autoritário, o próprio termo decreto-lei conota uma imposição, um processo decisório vertical, já que é um ato

próprio de quando o executivo assumiu também o legislativo no período do regime autoritário. Essa forma de tratar a questão de reformas dos imóveis, e de preservar o patrimônio, impactou negativamente a relação da população com os órgãos de proteção ao patrimônio. Durante muito tempo as pessoas associavam a estagnação econômica da cidade ao fato do seu tombamento, a preservação do patrimônio em Cachoeira, na percepção dos moradores, era o “monstro” que impedia os moradores de reformar suas próprias casas.

Entrevistador: como se dá a articulação entre as três esferas federal, estadual e municipal na preservação do patrimônio em Cachoeira? 36:24

Zé Luiz: Eu posso falar da minha gestão, o Ipac nunca teve uma atuação muito relevante nesse período em Cachoeira, o órgão priorizou muito o pelourinho e é compreensível, por causa da política do governo do estado. Já o Iphan tem se consolidado em seu papel na proteção do patrimônio em Cachoeira, mesmo com a relação conflituosa com a população. O poder público municipal, por sua vez, propende sempre a seguir a mentalidade da população que representa, o prefeito é eleito e não precisa ter, necessariamente conhecimentos técnicos a respeito da preservação, por essa razão não causa estranhamento que a gestão municipal, por vezes, tenha entraves com o órgão federal, na defesa dos interesses da população. Além do aspecto das gestões que adotam um modelo progressista, que por motivos óbvios, tendem a tensionar as orientações em prol da preservação, já que a gestão municipal e o órgão de preservação tinham metas e propósitos diversos. No entanto, se o prefeito perceber o potencial que há na boa relação com o IPHAN, em termos de captação de recursos, ele pode atrair para cidade muito mais do que recebe referente à participação dos municípios, através de emendas parlamentares. Nesse sentido, o Iphan pode ser a porta de entrada para a captação de recursos fundamentais para o desenvolvimento local.

Entrevistador: uma das ideias de relevo nesse projeto, foi justamente a criação do fundo municipal de preservação...

Zé Luiz: Na verdade atualizamos a lei do sistema municipal de cultura, apresentamos e aprovamos o plano municipal de cultura com vigência de 10 anos. Na lei do sistema municipal de cultura é que criamos essa estrutura que tem o conselho municipal de cultura. Cachoeira tem dois fundos, um do monumenta, e outro fundo de cultura que não necessariamente se articulam por terem objetivos diferentes. Quando foi aprovado o sistema

municipal percebemos que haviam dois conselhos, curador do fundo do monumenta e conselho municipal de cultura, o que fizemos foi unificar os dois conselhos. Que se tornou o conselho municipal de política cultural. Absorvendo para o sistema municipal de cultura assim as atribuições do conselho do monumenta.

Entrevistador: Caro Zé Luiz, agradeço os esclarecimentos e a disponibilidade em participar desta entrevista.

Zé Luiz: Disponha, Leonardo. Foi uma satisfação poder contribuir.

ENTREVISTA TRANSCRITA COM CARLOS OSVALDO FERREIRA (VADINHO) VICE PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL E DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA DE CACHOEIRA-BA, REALIZADA EM 16/04/2018.

Entrevistador: Boa tarde! Estou aqui com o popular Vadinho, que vai se apresentar e nos falar um pouco sobre sua trajetória dentro do Conselho Municipal de política cultural e sobre a atuação do programa Monumenta em Cachoeira.

Vadinho: Meu nome é Carlos Osvaldo Ferreira, mais conhecido como Vadinho, há trinta e seis anos eu trabalho com a arte e a cultura popular aqui na cidade, trabalhando com o teatro, a dança e com produção cultural de um modo geral. Há muito também militando na questão da preservação do patrimônio cultural de Cachoeira que é um dos maiores da América do Sul em conjunto de sobrados neoclássicos, do Rococó e Barroco.

Entrevistador: Partindo para o bloco de perguntas sobre o Monumenta, Vadinho!, o que você sabe sobre este projeto, o que você poderia dizer sobre as ações do monumenta aqui na cidade?

Vadinho: Na verdade o Monumenta existe antes de mim, com outro nome, é claro, enquanto fundo de preservação. O professor Cid Teixeira, Nivaldo Costa Lima entre outros que atuavam em diversos governos do estado. Então o Monumenta propriamente dito, surge com o então Ministro Francisco Weffort, que assina com um determinado valor, mas quando chega o Ministro Gilberto Gil, esse valor era muito pouco para o que Cachoeira necessitava. Então o Governo Lula, através do Ministro Gilberto Gil acrescenta mais recurso no orçamento do Monumenta para Cachoeira. Com esse recurso maior, vários imóveis e logradouros foram reformados. O Monumenta trouxe ainda esse fundo de preservação que hoje possui aproximadamente, R\$ 3.176.000,00 (três milhões, cento e setenta mil Reais). Esse fundo foi criado por orientação do Monumenta e viabilizado através da abertura de uma conta na Caixa Econômica Federal, Os pagamentos das parcelas de financiamento das reformas, que não possui juros, é o que alimenta esse fundo. Haverá um seminário para tratar desse fundo nos próximos dias 25 e 26 de maio, no Iphan. Na verdade o fundo não tinha apenas R\$ 3 milhões, na verdade tinha R\$ 5 milhões. Mas um gestor retira do fundo tantos milhões sem a autorização do Conselho Curador do Fundo e realiza a reforma da praça do jardim grande. O qual está sendo processado para devolver os valores retirados, juntamente com a empreiteira. Dos três milhões que estão no fundo, estamos discutindo no Conselho como vamos utilizar esse valor; uma porcentagem vai voltar para a questão do financiamento de reformas de sobrados que não foram contemplados, para que o Fundo tenha um fluxo, outra porcentagem, cerca de R\$ 500.000,00 vai ser destinado à recuperação de terreiros de candomblé que encontram-se com sua alvenaria em estado deplorável; e cerca de 20 a 30 por cento destinados aos grupos culturais do Município, artesãos, escultores, sendo que também pensamos em um edital oral para as culturas de oralidade.

Entrevistador: Em sua avaliação, como eram as condições de vida da população, antes da execução do programa Monumenta?

Vadinho: Assim, antigamente aqui tinha o ciclo fumageiro, não se programou Cachoeira para a BR 101, por isso houve o declínio das fábricas de Charuto. Com esse declínio na economia, muitos cachoeiranos deixaram suas casas e foram para outras cidades, deixando os imóveis deteriorando-se por aqui, alguns amigos que vieram da França, da Itália e da Alemanha cobraram muito isso um monte de sobrados caindo no chão caindo sobre nossas cabeças é bem complicado. Nós criamos um movimento chamado “chora Cachoeira chora” e começamos a sair pelas ruas em passeata, fizemos várias manifestações cobrando isso a deputados, governador do Estado, uma grande mobilização. Fizeram pelo Pelourinho, mas não fizeram por Cachoeira. Na década de 90 criamos o movimento, “Pensar e repensar o Recôncavo”, porque nossas ações não pensavam apenas em Cachoeira, pensávamos no Recôncavo como um todo, daí, em meados da década de noventa surge a ideia do Monumenta, a partir dessas mobilizações sociais. Trouxemos o pessoal da USP, da UERJ, da UFBA, para essa discussão até atingirmos o objetivo que foi chamar a atenção do ministro Weffort.

Entrevistador: Você poderia citar as intervenções que, na sua avaliação, foram significativas para melhoria nas condições de vida de do povo de Cachoeira?

Vadinho: Primeiro, a própria questão da construção civil. Temos ainda hoje trabalhadores que sabem fazer a arte que está na fachada dos Sobrados. Detalhe das flores, dos anjos que caracterizam esse estilo arquitetônico específico. Então gerou muito emprego para essa área de construção civil num primeiro momento, e qualificou esses profissionais a realizarem esse trabalho que alia a construção civil e a arte presente nos sobrados. Vários amigos meus restauradores trabalharam aqui durante os 8 anos que o Monumenta atuou na cidade.

Entrevistador: Durante a pesquisa bibliográfica, eu consegui identificar alguns teóricos se posicionando na direção do argumento de que o Monumenta contribuiu para a execução de outras políticas públicas de desenvolvimento. Você concorda com esses teóricos quando dizem que o Monumenta tenha contribuído para que outras políticas de desenvolvimento tenham sido executadas na cidade?

Vadinho: O Monumenta a principio preocupou-se apenas com a preservação. Pensar a vinda da UFRB como fruto de uma política cultural seria algo mais recente. A UFRB aqui na cidade foi por um acaso. Houve um descarrilamento de um trêm anos atrás, e um procurador da República informou a comunidade do orçamento que já existia para a implantação de uma universidade em Cachoeira. O Monumenta só acelerou o processo de implantação, mas já viria pra cá de qualquer maneira. Quando ele falou sobre esse orçamento, apareceu uma luzinha na cabeça de todo mundo e todos falaram: Vamos brigar, tinha esse sobrado do Leite Alves e vamos aproveitar o Monumenta aqui e aproveitar também um governo de esquerda progressista naquele momento. Então aconteceu! Mas dizer que o a UFRB veio para cá apenas por uma articulação do programa Monumenta, é, no mínimo precipitado, o cinema

também foi resultado de movimentos de sociais, já que a Igreja Universal quis comprar e nós ocupamos aquele lugar por 8 anos, até o IPHAN comprar por mais de R\$170.000,00.

Entrevistador: O que as ações do Monumenta em Cachoeira representaram para você?

Vadinho: O Núcleo urbano todo é tombado. Então, mesmo tendo muita coisa ainda por fazer, o Monumenta conseguiu revitalizar imóveis importantes para a memória e cultura de Cachoeira. Ainda bem que existe o IPHAN para preservar o patrimônio da cidade.

Entrevistador: Ok, Vadinho! Você teve conhecimento de algum tipo de problema, conflito ou contradições concernentes à execução do Monumenta ou durante a realização de suas intervenções em Cachoeira?

Vadinho: Logo quando o Monumenta iniciou aqui em Cachoeira os juros das parcelas do financiamento estavam muito altos, e por isso muitos moradores desistiram de participar das propostas e alguns que já tinham sido aprovados na análise do crédito, também desistiram.

Entrevistador: Para finalizar, eu gostaria de saber se você deseja fazer alguma consideração sobre o Monumenta que não abordamos nas perguntas anteriores?

Vadinho: O fato da centralização das tomadas de decisão do IPHAN, eles abrem a discussão para a comunidade, mas ao invés de realizar consultas públicas em locais estratégicos, que estejam mais próximo de todos, mantém reuniões na Casa do Patrimônio, que é a sede do IPHAN na cidade e num local inapropriado caso compareça uma multidão de participantes. Então a ideia é descentralizar as discussões e, assim, poder inserir os moradores de bairros mais distantes nos processos decisórios.

Entrevistador: Vadinho, eu queria agradecer por você se dispor em participar desta entrevista. Suas respostas foram muito importantes para esta pesquisa.

Vadinho: Eu quero agradecer em nome da comunidade pela preocupação de sua tese, porque sua tese vai nos ajudar também.

ANEXOS

ANEXO A

DECRETO Nº 68.045, DE 13 DE JANEIRO DE 1971

Converte em Monumento Nacional a cidade baiana de Cachoeira e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, tendo em vista o disposto no artigo 180, ambos da Constituição, e CONSIDERANDO a necessidade urgente de ser assegurada proteção especial ao acervo arquitetônico e natural da tricentenária cidade de Cachoeira, no Estado da Bahia;

CONSIDERANDO, outrossim, que nessa salvaguarda atende às tradições cívicas da Cidade, capital da província durante as lutas pela Independência da Pátria, ali iniciadas a 25 de junho de 1822, e que culminaram a 2 de julho de 1823, com a entrada triunfante do Exército Patriótico Libertador na Bahia,

DECRETA:

Art. 1º. Fica erigida em Monumento Nacional a cidade de Cachoeira, Estado da Bahia, cuja área urbana, sítio da antiga Vila de Nossa Senhora do Rosário, e lugares históricos adjacentes serão inscritos nos Livros do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 2º. Na área do Monumento Nacional de Cachoeira aplicar-se-á regime especial de proteção, nos termos do Tombamento determinado no artigo 1º deste Decreto.

Art. 3º. O Ministério da Educação e Cultura, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, promoverá, com o concurso dos órgãos competentes e Fundações do Estado da Bahia e do Município interessado, a adoção do plano urbanístico adequado à preservação do acervo arquitetônico e natural dos sítios históricos de Cachoeira, quanto ao desenvolvimento e à valorização da cidade e territórios adjacentes.

Parágrafo único. Para atender às necessidades prementes do planejamento e execução dos serviços de conservação das edificações e logradouros integrantes do Bairro Histórico e, bem assim, do estabelecimento e urbanização dos bairros novos e estâncias diversas de Cachoeira, como também para orientação e assistência aos empreendimentos privados na área da cidade, poderá ser instituída uma Fundação ou organizada uma Sociedade Civil com personalidade jurídica.

Art. 4º. Os Ministérios do Planejamento e Coordenação Geral, do Interior, das Minas e Energia e dos Transportes, na esfera de suas atribuições, orientarão a elaboração dos projetos visando ao desenvolvimento e à valorização da cidade e do município, prestando-lhes o concurso e a assistência a que fizerem jus.

Art. 5º. O Ministério da Indústria e do Comércio, pelo Conselho Nacional de Turismo e pela EMBRATUR, elaborará, em colaboração com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e os órgãos competentes do Estado e do Município, um plano adequado para incrementar o turismo, em benefício do Monumento Nacional de Cachoeira.

Art. 6º. O Ministério da Educação e Cultura, pelo Conselho Federal de Cultura, incluirá no Programa Nacional de Cultura as medidas complementares de assistência e incentivo decorrentes da salvaguarda, valorização e difusão dos bens contidos no núcleo histórico de Cachoeira.

Art. 7º. Nas propostas orçamentárias para os futuros exercícios, serão incluídas, de acordo com os critérios adotados no planejamento das despesas da administração federal, as dotações que devam atender ao custeio das medidas indicadas neste Decreto, inclusive com as obras de restauração previstas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 8º. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de janeiro de 1971; 150º da Independência e 83º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Mário David Andreazza

Jarbas G. Passarinho

Marcus Vinícius Pratini de Moraes

Antônio Dias Leite Júnior

João Paulo dos Reis Velloso

José Costa Cavalcanti

Adaptado da Publicação original no Diário Oficial da União - Seção 1 - 13/1/1971, p.259.

Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68045-13-janeiro-1971-409924-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 12 de Jan. 2018



do convênio 406/2005, feita por meio do aladiativo, umavez que o sistema sias/siconv não disponibilizou até a presente data a função prorrogar deofício. Vigência: 27/12/2005 a 25/04/2006. Data de Assinatura: 27/12/2005. Signatários: Concedente: JOAO LUIZ SILVA FERREIRA, CPF nº 232.111.485-15, Conveniente: ANGELO OSWALDO DE ARAUJO SANTOS, CPF nº 055.593.596-53.

(SICONV - 24/02/2006)

Espécie: Termo Aditivo Nº 00001/2006 ao Convênio Nº 00409/2005. Nº Processo: 01400015962200536. Convenientes: Concedente: CO-ORD. GERAL EXEC. ORC. FIN. MINC/FNC.Unidade Gestora: 340001, Gestão: 00001. Conviniente: GRUPO BUMBA MEU BOI RISO DA MOCIDADE, CNPJ nº 05.390.244/0001-41. Objeto: Alteração do prazo de vigência do convênio 409/2006, feita através do aladiativo. Vigência: 30/12/2005 a 29/04/2006. Data de Assinatura: 30/12/2005. Signatários: Concedente: ELAINE RODRIGUES SANTOS, CPF nº 719.876.736-20, Conveniente: ANTONIO GOMES DOS SANTOS, CPF nº 055.092.893-68.

(SICONV - 24/02/2006)

Espécie: Termo Aditivo Nº 00001/2006 ao Convênio Nº 00527/2005. Nº Processo: 01400015962200567. Convenientes: Concedente: CO-ORD. GERAL EXEC. ORC. FIN. MINC/FNC.Unidade Gestora: 340001, Gestão: 00001. Conviniente: IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSARIO DE CONTAGEM, CNPJ nº 20.102.711/0001-84. Objeto: Alteração de prazo de vigência do convênio 527/2005, feita por meio do aladiativo, umavez que o sistema sias/siconv não disponibilizou até a presente data a função prorrogar deofício. Vigência: 30/12/2005 a 28/04/2006. Data de Assinatura: 30/12/2005. Signatários: Concedente: ELAINE RODRIGUES SANTOS, CPF nº 719.876.736-20, Conveniente: JOSÉ BONIFACIO DA LUZ, CPF nº 216.538.796-53.

(SICONV - 24/02/2006)

Espécie: Termo Aditivo Nº 00001/2006 ao Convênio Nº 00684/2005. Nº Processo: 0140009099200588. Convenientes: Concedente: CO-ORD. GERAL EXEC. ORC. FIN. MINC/FNC.Unidade Gestora: 340001, Gestão: 00001. Conviniente: ASSOCIAÇÃO DOS MARACATUS DEBAQUE-SOLTO DE PERNAMBUCO, CNPJ nº 12.813.333/0001-19. Objeto: Alteração de prazo de vigência do convênio 684/2005, feita por meio do aladiativo, umavez que o sistema sias/siconv não disponibilizou até a presente data a função prorrogar deofício. Vigência: 28/12/2005 a 26/04/2006. Data de Assinatura: 28/12/2005. Signatários: Concedente: ELAINE RODRIGUES SANTOS, CPF nº 719.876.736-20, Conveniente: ALUISIO LEODINO DE ALMEIDA, CPF nº 224.079.604-91.

(SICONV - 24/02/2006)

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Convênio Nº 903/2005 publicado no DOU de 11/01/2006, Seção 3, pág. 6, onde se lê: Valor Total: R\$ 300.000,00, leia-se: Valor Total: R\$ 312.500,00, onde se lê: Valor de Contrapartida: R\$ 50.000, leia-se: Valor de Contrapartida: R\$ 62.500,00

(SICONV - 24/02/2006)

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 51/2005

Nº Processo: 01580041901200553. Contratante: AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA -CNPJ Contrato: 30623433000164. Contratado: METALURGICA PROACO LTDA -Objeto: Garantia de 01(uma) Mapoteca, 2 (dois) Armários e 04(quatro) carrinhos, com garantia de, no mínimo, 5(cinco) anos, a fim de atender às necessidades da Agência Nacional do Cinema-ANCINE, no Escritório Central do Rio de Janeiro, conforme especificações estabelecidas no Anexo I termo de Referência do Edital. Fundamento Legal: Lei 8666/93 e suas alterações posteriores. Vigência: 23/02/2006 a 22/02/2011. Valor Total: R\$8.187,00. Fonte: 130000000 - 2005NE900536. Data de Assinatura: 30/12/2005.

(SICONV - 24/02/2006) 203003-20203-2006NE900022

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2006

Número do Contrato: 29/2004. Nº Processo: 01580007342200471. Contratante: AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA -CNPJ Contrato: 38056024000135. Contratado: STYLOS ENGENHARIA LTDA -Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a alteração das cláusulas Segunda - Da vigência, Terceira - Aluguel e décima - Da Dotação Orçamentária do Contrato nº 029/2004, cujo objeto é regular as condições pelas quais as Locadoras alugam à Locatária o imóvel localizado no Setor Rádio e Televisão Sul -SRTVS, Quadra 701 - Conjunto E, Edifício Palácio do Rádio I, Bloco I-Cobertura -Asa Sul- Brasília-DF, ratificando os demais termos constantes do Processo nº 01580.007342/2004-71. Fundamento Legal: Lei 8666/93 e alterações posteriores. Vigência: 01/02/2006 a 31/01/2007. Valor Total: R\$46.323,00. Fonte: 129203003 - 2006NE900035. Data de Assinatura: 30/01/2006.

(SICONV - 24/02/2006) 203003-20203-2006NE900022

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 4/2006

Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de cartuchos de tinta e toners compatíveis com as impressoras HP e LEXMARK, para suprir às necessidades da Agência Nacional do Cinema-ANCINE, no Escritório Central situado na Avenida Graça Aranha, 35 -9º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência do Edital. Total de Itens Licitados: 00002. Edital: 01/03/2006 de 09h00 às 11h59 e de 14h às 17h59. Endereço: Praça Pio X, 54 - Protocolo - Térreo Centro - RIO DE JANEIRO - RJ. Entrega das Propostas: a partir de 01/03/2006 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 13/03/2006 às 10h30 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O Edital estará disponível no site www.comprasnet.gov.br na Praça Pio X, 54 - Protocolo, Centro - Rio de Janeiro-RJ.

ZÉLIA MARIA BARRETO
Procedida

(SÍDEC - 24/02/2006) 203003-20203-2006NE900022

AVISO DE REVOGAÇÃO PREGÃO Nº 2/2006

Fica revogada a licitação supracitada, referente ao processo Nº 01580001372200636. Objeto: Aquisição de cartuchos de tinta e toners compatíveis com as impressoras HP e LEXMARK, para suprir às necessidades da Agência Nacional do Cinema-ANCINE, no Escritório Central situado na Av. Graça Aranha, 35 - 9º andar - Centro-Rio de Janeiro, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência do Edital.

LUIZ FERNANDO ZUGLIANI
Secretário de Gestão Interna

(SÍDEC - 24/02/2006) 203003-20203-2006NE900022

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

RESULTADO DO JULGAMENTO

Processo nº 0607050023062

A Comissão Especial de Seleção após análise dos recursos impetrados pelos proponentes, contra a decisão que desclassificou suas propostas, referente ao Processo de Seleção Nº 001/2005 decidiu:

1- classificar as propostas cujo valor compromete mais de 30% da renda familiar do proponente/interessada, bem como aquelas que não informam a renda do proponente, uma vez que entende não caber análise da capacidade de pagamento do proponente na atual fase do processo; 2- classificar a proposta do Sr. José Edvaldo Rodrigues, tendo em vista que o mesmo provou ser o único proprietário do imóvel em questão; 3- rever a pontuação dos imóveis situados na orla de São Félix, uma vez que até a presente data não foi feita a notificação de Tombamento Provisório da cidade e, em consequência não poderão ser pontuados como se estivessem em um Sítio Histórico tombado em nível Federal; 4- desclassificar as propostas referentes aos imóveis situados fora da Área de Projeto, indicada no Anexo I do Edital. Face ao exposto, a Comissão apresenta o novo resultado do julgamento: 1) Propostas classificadas: 1ª, Maria de Lurdes Ribeiro dos Santos, Rua Poeta Sabino de Campos, nº 08, 10 pontos; 2ª, Bernaci dos Santos, Rua Poeta Sabino de Campos, nº 06, 10 pontos; 3ª, Luzia Maria Oliveira Araújo, Rua Senhor dos Passos, nº 06, 10 pontos; 4ª, João Lima Correia, Rua 7 de Setembro, nº 07, 10 pontos; 5ª, Maria de Carvalho Barbosa, Rua Martins Gomes, nº 94, 10 pontos; 6ª, Iraci Silva Lafite, Tv Tavares, nº 06, 10 pontos; 7ª, Armando Vieira Lopes, Rua JJ Seabra, nº 63, 10 pontos; 8ª, Edvaldo Teixeira da Silva, Tv Tavares, nº 09, 10 pontos; 9ª, Manoel Jesus Gomes dos Santos, Tv Tavares, nº 05, 10 pontos; 10ª, Rosana Maria Santana Cazes da Silva, Tv Tavares, nº 07, 10 pontos; 11ª, Jair Lima Barbosa, Rua Comendador Albino, nº 09, 10 pontos; 12ª, Izaurina Alves Rodrigues, Tv Ribeiro, nº 13, 10 pontos; 13ª, Dalva Damiana de Freitas, Alto do Rosarinho, s/n, 10 pontos; 14ª, Rosângela Barbosa de Souza, Rua Virgílio Damásio, nº 28, 10 pontos; 15ª, Marcia Nogueira Matos Sena, Alto do Rosarinho, s/n, 10 pontos; 16ª, Maria da Glória dos Santos, Rua Mal Floriano Peixoto, nº 31, 10 pontos; 17ª, Mario Matheus, Tv Manoel Bastos, nº 08, 10 pontos; 18ª, Marcia Maria Ramos dos Santos, R. J J Seabra, nº 85, 10 pontos; 19ª, Paulino Batista Reis, Rua JJ Seabra, nº 28, 10 pontos; 20ª, Giovanni Soares Farias, Rua 13 de Maio, nº 23, 10 pontos; 21ª, Maria Helena Rocho de Souza, Rua Comendador Assis, nº 18, 10 pontos; 22ª, Maria Aparecida da Silva Santos, Rua Benjamin Constant, nº 03, 10 pontos; 23ª, Roque Ferreira Pinto, Rua Rodrigo Brandão, nº 16, 10 pontos; 24ª, Maria Mercedes Ribeiro Pereira, Pe. Dr Milton, nº 20, 10 pontos; 25ª, Wellington Amar Oliveira dos Santos, Rua 7 de Setembro, nº 02, 10 pontos; 26ª, Carlos Carvalho Guimarães, Rua Antônio Carlos Magalhães, nº 65, 10 pontos; 27ª, Marcio e Silva Barbosa, Rua JJ Seabra, nº 30, 10 pontos; 28ª, Eliane Roeder de Souza, Pe. da Aclamação, nº 09, 10 pontos; 29ª, José Edvaldo Rodrigues, Rua Teixeira de Freitas, nº 10, 10 pontos; 30ª, Soane de Amorim Alem, Rua Benjamin Constant, nº 09, 10 pontos; 31ª, Maria Célia Sacramento da Silva, Rua Teixeira de Freitas, nº 04, 10 pontos; 32ª, Jailton de Lima Ferreira, Rua Virgílio Reis, nº 01, 10 pontos; 33ª, Luzia do Sacramento Santana, Rua Benjamin Constant, nº 04, 10 pontos; 34ª, Zélia Dias do Nascimento, Rua 13 de Maio, nº 31, 10 pontos; 35ª, Maria Regina Queiroz dos Santos, Rua

Ana Nery, nº 20, 10 pontos; 37ª, Valter Santana Santos, Tv Adrião, nº 11, 10 pontos; 38ª, Laerte Araújo Correia, Rua Benjamin Constant, nº 13, 10 pontos; 39ª, Antonia Sena Pinto, Rua Manoel Vitorino, nº 04, 10 pontos; 40ª, Maria do Carmo Rebouças da Cruz, Rua Teixeira de Freitas, nº 06, 10 pontos; 41ª, Rita da Silva Souza, Rua 13 de Maio, nº 03, 10 pontos; 42ª, Edson da Silva Pereira, Pe. Maciel, nº 13, 10 pontos; 43ª, Servílio Barbosa da Silva Neto, Rua Virgílio Damásio, nº 50, 10 pontos; 44ª, Edson da Silva Pereira, Rua Prisco Paraiso, nº 2, 10 pontos; 45ª, Edson da Silva Pereira, Pe. Maciel, nº 13, 10 pontos; 46ª, Hildeth Freitas Costa, Rua Virgílio Damásio, nº 06, 9 pontos; 47ª, Ana Lucia Fernandes de Jesus, Rua JJ Seabra, nº 105 A, 9 pontos; 48ª, Elba Miriam Barauna da Silva, Rua Lauro de Freitas, s/n, 9 pontos; 49ª, Florivaldo Evangelista da Silva Junior, Rua Rodrigo Brandão, nº 84, 9 pontos; 50ª, Aldete Costa Gomes, Tv Tavares, nº 12, 9 pontos; 51ª, Adherbal Genaro Gomes Filho, Lg Djuda, nº 08, 9 pontos; 52ª, Fundação Maria America da Cruz, Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 13, 9 pontos; 53ª, Duarte Augusto Rodrigues de Ferreira Gomes, Rua 13 de Maio, nº 19 a 21, 9 pontos; 54ª, Cristina Alice, Rua Inocêncio Boaventura, nº 37, 8 pontos; 55ª, Antônio Fernandes Santos, Rua Presidente Vargas, nº 23, 8 pontos; 56ª, Evanielo Teiga Silva, Rua Senhor dos Passos, nº 08, 8 pontos; 57ª, Stela Maria Froes Marques Lobo Martfeld, Rua Rui Barbosa, nº 03, 8 pontos; 58ª, Noel Dias Santos, Rua Inocêncio Boaventura, nº 22, 8 pontos; 59ª, Geraldo Gomes Freitas, Rua Alberto Rabelo, nº 21, 8 pontos; 60ª, Debora Dorea de Matos, Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 11, 8 pontos; 61ª, Miriam Brandão dos Reis, Rua Augusto Púlio, nº 04, 8 pontos; 62ª, Elizabete Aragão, Rua Antônio Carlos Trindade Melo, nº 01, 8 pontos; 63ª, Cristiane Nunes Santana, Baiana's Point, 8 pontos; 64ª, Cleudson Sá Barreto do Rosário, Rua Manoel Paulo Filho, nº 13, 8 pontos; 65ª, Valter Evangelista da Silva, Rua Augusto Régis, nº 11, 8 pontos; 66ª, Sandra Marcia de Oliveira da Silva, Rua Comendador Albino, nº 23, 8 pontos; 67ª, Joilson Carlos de Matos Cazes, Rua Lauro de Freitas, nº 45, 8 pontos; 68ª, Daniela Bonifacio de Cerqueira, Rua 7 de Setembro, nº 22, 8 pontos; 69ª, Amiran Maia de Cerqueira, Rua dos Remédios, nº 05, 8 pontos; 70ª, José Carlos dos Santos, Rua 13 de Maio, nº 46, 8 pontos; 71ª, Srª Casa de Misericórdia de Cachoeira, Rua Rui Barbosa, nº 04, 8 pontos; 72ª, Gertrudes Fernandes de Jesus Badu, Rua Barão de Nagé, s/n, 8 pontos; 73ª, Dinora Alves Souza, Rua Senhor dos Passos, nº 12, 8 pontos; 74ª, Maria do Rosário Leite Brito, Rua Pacheco de Miranda Filho, nº 07, 8 pontos; 75ª, Maria das Graças R. de Sales Souza, Rua Inocêncio Boaventura, nº 41, 8 pontos; 76ª, Edson Moreira Matos, Tv Manoel Bastos, nº 01, 8 pontos; 77ª, Salustiano Coelho Prisco Paraiso, nº 14, 8 pontos; 78ª, Carlos Antonio Figueredo, Rua Benjamin Constant, s/n, 8 pontos; 79ª, Selma Conceição Mascarenhas Sacramento, Rua Inocêncio Boaventura, nº 51, 8 pontos; 80ª, Srª Casa de Misericórdia de Cachoeira, Rua 13 de Maio, nº 30, 8 pontos; 81ª, Irlanda Andrade, Rua Inocêncio Boaventura, nº 01, 8 pontos; 82ª, Raimundo Santos de Oliveira, Rua 13 de Maio, nº 29, 8 pontos; 83ª, Nayson Queiroz dos Reis, Rua 13 de Maio, nº 41, 8 pontos; 84ª, Jolanda Pereira Gomes, Rua 13 de Maio, nº 39, 8 pontos; 85ª, Ivan Marcio Soares Santana, Rua Virgílio Damásio, nº 19, 8 pontos; 86ª, Marlene Passos Guimarães, Rua Comendador Assis, nº 11, 8 pontos; 87ª, Eurydice Pires de Santana, Rua Rodrigo Brandão, nº 02, 8 pontos; 88ª, Valmêira S. de Cerqueira, Rua 25 de Junho, nº 04, 8 pontos; 89ª, Perolina Melo Pereira, Pe. Dr Milton, nº 06, 8 pontos; 90ª, Mabel Pinto Salgado de Santana, Rua Antônio Carlos Magalhães, nº 19, 8 pontos; 91ª, Alcínia Dorea de Matos, Rua Virgílio Damásio, nº 12, 8 pontos; 92ª, Soc. L.M. Minerva Cachoeira, Rua 13 de Maio, nº 22, 8 pontos; 93ª, Raíla M. do Nascimento, Rua Rodrigo Brandão, nº 80, 8 pontos; 94ª, Maria America da Cruz, Pe. da Aclamação, nº 11, 8 pontos; 95ª, Rosalino Barreto dos Santos, Rua 7 de Setembro, nº 18, 8 pontos; 96ª, Srª Casa de Misericórdia de Cachoeira, Tv Barroso, nº 01, 8 pontos; 97ª, Lorival Damião Trindade Filho, Rua 13 de Maio, nº 17, 8 pontos; 98ª, Srª Casa de Misericórdia de Cachoeira, Rua Antônio Carlos Magalhães, nº 44, 8 pontos; 99ª, Srª Casa de Misericórdia de Cachoeira, Rua 23 de Março, nº 08, 8 pontos; 100ª, Paulo Roberto Lomba Pinto, Pe. 15 de Junho, nº 10, 8 pontos; 101ª, Flávia Almeida dos Anjos, Rua 13 de Maio, nº 08, 8 pontos; 102ª, Soc. Cultural Orfeica Lira Ceiliana, Rua Antônio Carlos Magalhães, nº 13, 8 pontos; 103ª, Soc. L.M. Minerva Cachoeira, Rua 13 de Maio, nº 24, 8 pontos; 104ª, Raymundo Alberto Ferreira de Cerqueira, Rua 13 de Maio, nº 11, 8 pontos; 105ª, Clara Cristina e Silva Barbosa, Rua Ana Nery, nº 18, 8 pontos; 106ª, Carlos Henrique Sarmento, Rua JJ Seabra, nº 53, 8 pontos; 107ª, Julio Candido Costa Gomes, Rua 7 de Setembro, nº 17, 8 pontos; 108ª, Jose de Magalhães Guimarães, Rua Prisco Paraiso, nº 12, 8 pontos; 109ª, Adolpho Gutschalk, Pe. Maciel, nº 11, 8 pontos; 110ª, Romário Costa Gomes, Rua Prisco Paraiso, nº 10, 8 pontos; 111ª, Srª Casa de Misericórdia de Cachoeira, Rua 7 de Setembro, nº 13, 8 pontos; 112ª, Teobaldo Ramos Miranda, Rua Prisco Paraiso, nº 11, 8 pontos; 113ª, Edna Maria de Jesus Oliveira, Rua 13 de Maio, nº 06, 8 pontos; 114ª, Sindicato da Indústria do Fumo de Cachoeira, Tv Almeida, nº 01 e Rua Maestro Irineu Sacramento, nº 02, 8 pontos; 115ª, Srª Casa de Misericórdia de Cachoeira, Rua Virgílio Reis, s/n, 8 pontos; 116ª, Edna Sara Moraes Dias de Cerqueira, Rua Inocêncio Boaventura, nº 39, 8 pontos; 117ª, Fundação Casa Paulo Dias Adorno, Rua Maestro Irineu Sacramento, nº 04, 8 pontos; 118ª, CIA-Brasileira de Charutos Dannemann, Rua Salvador Pinto, nº 31, 33 e 33B e Manoel Passos, nº 4 e 6, São Félix, 7 pontos; 119ª, Stela Maria Froes Marques Lobo Martfeld, Rua Rui Barbosa, nº 05, 6 pontos; 120ª, Valdir Alves, Rua 13 de Maio, nº 44B, 6 pontos; 121ª, Miriam Brandão dos Reis, Rua João Vieira Lopes, nº 32, 6 pontos; 122ª, Hildebrando Miranda dos Santos, Rua Prisco Paraiso, nº 11, Lj B, 6 pontos; 123ª, Soc. L.M. Minerva Cachoeira, Rua Rui Barbosa, nº 09, 6 pontos; 124ª, Bernadete Pereira Ferreira, Rua Benjamin Constant, nº 23D e 23E, 6 pontos; 125ª, Nelson Moreira do Sacramento, Rua Pacheco de Miranda Filho, nº 10, 6 pontos; 126ª, Mabel Pinto Salgado de Santana, Rua Ana Nery, nº 05, 6 pontos; 127ª, Rita de Cássia Salgado de Santana, Rua Comendador Assis, nº 15, 6 pontos; 128ª,

Fonte: Fonte: Diário Oficial da União, Seção 3, página 8 de 01 de março de 2006.

Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/352472/pg-8-secao-3-diario-oficial-da-uniao-dou-de-01-03-2006>. Acesso em: 16 de jan. de 2018. Adaptado pelo autor.

ANEXO C

OFÍCIOS DO PPGCS-UFRB



Ofício UFRB/CAHL/PPGCS Nº 001/2018

Cachoeira, 02 de abril de 2018.

Ilmo. Sr. Ivan Reis

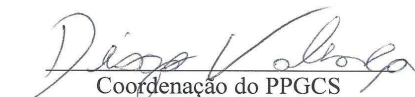
**M.D GERENTE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL- CEF
AGENCIA 0067 – BAHIA
CACHOEIRA-BA**

ASSUNTO: Acesso a documentos e informações institucionais acerca do financiamento do MONUMENTA/BID, visando à recuperação/reformas de imóveis tombados no núcleo urbano de Cachoeira-Ba.

Com a finalidade de subsidiar a pesquisa em andamento, intitulada “As Políticas de preservação do Patrimônio Cultural como Estratégia de Desenvolvimento Local em Cachoeira-BA: Contradições e Perspectivas” de responsabilidade do mestrando Leonardo de Freitas Neto, e sob a orientação do Prof. Dr. Maurício Ferreira da Silva, servimo-nos da coadjuvância deste expediente para solicitar os bons ofícios de Vossa Senhoria, no sentido de permitir acesso aos documentos e informações institucionais atinentes à movimentação dos processos de financiamento do MONUMENTA/BID, visando a recuperação/reforma de imóveis tombados pelo IPHAN, no núcleo urbano de Cachoeira-Ba; a fim de contemplar as respostas dos seguintes questionamentos: **A)** Quantos imóveis receberam o financiamento até a data de dezembro de 2016?; **B)** Como tem sido a relação como os beneficiários? **C)** Quais as condições/critérios para a liberação dos recursos? Além disso, é importante termos a cópia do edital 001/2005, constante entre os anexos dos documentos de avaliação do referido crédito.

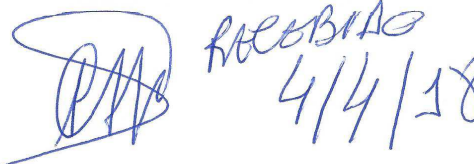
Ressaltamos que ao aquiescer a presente solicitação, Vossa Senhoria estará contribuindo para a ampliação do conhecimento acadêmico sobre processos de desenvolvimento local e preservação do patrimônio. Ajudando ainda a evidenciar o retorno das ações do Programa Monumenta do IPHAN/IPAC à população.

Para outras informações Vossa Senhoria poderá entrar em contato com o pesquisador responsável pelo telefone: 71 99167-5250, ou pelo e-mail: leofneto@gmail.com; e também com o Professor Orientador da pesquisa pelo telefone: 75 99110-2110, ou pelo e-mail: mauriciosilva@ufrb.edu.br. Para qualquer dúvida concernentes aos aspectos éticos da pesquisa (a) Sr. (a) poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFRB, endereço: Rua Rui Barbosa, 710, Centro, Cruz das Almas-BA, Tel: 75 3621-6850.


Coordenação do PPGCS

Profª Drª Diana Valença de A. Lusta
Coordenadora do PPGCS
SIAPE 1673934
UFRB


Pesquisador Responsável


RECEBIDO
4/4/18

ALAN CARNEVALI MEDEIRA DE JESUS
Gerente DE
Mat. C/131036-9
Ag. Cachoeira
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL



Ofício UFRB/CAHL/PPGCS Nº 004/2018

Cachoeira, 02 de abril de 2018.

Exmo. Sr. Julio César Sampaio
M.D. PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE
CACHOEIRA-BA

ASSUNTO: Acesso a documentos e informações institucionais acerca do financiamento do MONUMENTA/BID, visando à recuperação/reformas de imóveis tombados no núcleo urbano de Cachoeira-Ba.

Com a finalidade de subsidiar a pesquisa em andamento, intitulada “As Políticas de preservação do Patrimônio Cultural como Estratégia de Desenvolvimento Local em Cachoeira-BA: Contradições e Perspectivas” de responsabilidade do mestrando Leonardo de Freitas Neto, e sob a orientação do Prof. Dr. Maurício Ferreira da Silva, servimo-nos da coadjuvância deste expediente para solicitar os bons ofícios de Vossa Senhoria, no sentido de permitir acesso aos documentos e informações institucionais atinentes à movimentação dos processos de financiamento do MONUMENTA/BID, visando à recuperação/reforma de imóveis tombados pelo IPHAN, no núcleo urbano de Cachoeira-Ba; a fim de contemplar as respostas dos seguintes questionamentos: **A)** Quantos imóveis foram contemplados com o financiamento até a data de 31 de dezembro de 2016?; **B)** Como tem sido à relação como os beneficiários concernentes à orientações e acompanhamento da utilização dos recursos? **C)** Quais as condições/critérios para a liberação dos recursos? Além disso, é importante termos a cópia do edital 001/2005, constante entre os anexos dos documentos de avaliação do referido crédito.

Ressaltamos que ao aquiescer a presente solicitação, Vossa Senhoria estará contribuindo para a ampliação do conhecimento acadêmico sobre processos de desenvolvimento local e preservação do patrimônio. Ajudando ainda a evidenciar o retorno das ações do Programa Monumenta do IPHAN/IPAC à população.

Para outras informações Vossa Senhoria poderá entrar em contato com o pesquisador responsável pelo telefone: 71 99167-5250, ou pelo e-mail: leofneto@gmail.com; e também com o Professor Orientador da pesquisa pelo telefone: 75 99110-2110, ou pelo e-mail: mauriciosilva@ufrb.edu.br. Para qualquer dúvida concernentes aos aspectos éticos da pesquisa (a) Sr. (a) poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFRB, endereço: Rua Rui Barbosa, 710, Centro, Cruz das Almas-BA, Tel: 75 3621-6850.

Diogo Valença
Coordenação do PPGCS

Prof. Dr. Diogo Valença de A. Costa
Coordenador do PPGCS
STAPE 1673939
UFRB

Leonardo de Freitas Neto
Pesquisador Responsável

CÂMARA DA CACHOEIRA
RECEBIDO
EM 01/04/2018
FUNÇÃOÁRIO

Fonte: Coordenação do PPGCS-UFRB. Adaptado pelo autor.

ANEXO D

RECURSO REFERENTE À RESULTADO DE ANÁLISE DE CRÉDITO

A
COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO**Proposta n. 45.**

FLORISVALDO EVANGELISTA DA SILVA JUNIOR, proponente da proposta número 45, vem a esta comissão, pelo que lhe garante o edital e as leis nele referidas apresentar o presente recurso para que seja efetuado o **juízo de reconsideração** ou por outra, que seja o presente enviado à autoridade imediatamente superior para deliberação. Assim o faz em razão de seu inconformismo com a decisão que o desclassificou da seleção do programa **MONUMENTA**. Entende o irrisignado atender os critérios estabelecidos e, por isso, vem indicar o que entende pertinente orientado pelas mais abalizadas lições do Prof. **Celso Antonio Bandeira de Melo** no que concernem aos princípios inarredáveis da revisibilidade, lealdade e boa fé e verdade material pelos fatos e motivos a seguir expostos:

A CES entendeu que o pagamento das parcelas mensais comprometeria percentual maior do que o permitido para o financiamento, entretanto, tal entendimento somente é possível se se levar em conta o rendimento mensal do proponente sem se levar em conta o rendimento de outros membros do grupo familiar. E, por ser assim e em face que do que prevê o **item 7**, o tópico **DA HABILITAÇÃO**: “ 7.1 Os documentos relativos à habilitação jurídica, econômico-financeira e fiscal e à qualificação, referente à pessoa física e/ou jurídica bem como o documento de propriedade ou posse legal do imóvel, deverão ser entregues pelo proponente quando solicitados pela CES, por ocasião da análise da viabilidade da operação”.

Tal procedimento não foi adotado e, por isso, o proponente o invoca e pede que seja analisados os documentos (cópias anexadas) que demonstram a renda familiar que lhe permite obter o financiamento e pela qual o pagamento das parcelas não desbordará do percentual previsto como teto de comprometimento mensal. E mais; o imóvel será utilizado como residência em parte e como comércio, assim apontado na **proposta** em consequência de que haverá com isso uma renda maior. Neste sentido, invoca-se, aqui, exemplo de outros proponentes em situação análoga que obteve classificação a exemplo de Duarte Augusto Rodrigues de Ferreira Gomes proposta número 30. Assim, este exemplo, em nome do princípio da isonomia assomando-se aos outros já citados, esta a justificar a classificação da proposta de número 45

DOS PEDIDOS.

Pelo que vem de ser exposto o proponente pede:

- I) seja os documentos apresentados analisados e tornados integrantes da proposta para o só efeito de comprovar a capacidade de atender o requisito do limite percentual para as quitações das parcelas mensais;

II) caso assim não entenda a comissão em juízo de reconsideração ou mesmo a superior instância em recurso hierárquico seja a referida seleção anulada por descumprimento da cláusula sétima **DA HABILITAÇÃO**, tornando sem efeito a lista de classificação e conseqüente repetição de todo o processo com estrita observação de todas as cláusulas e princípios que regem certame desta natureza a fim de alcançar os benefícios colimados sem prejuízos ou preferências a quem quer que seja.

Por ser razoável e de justiça!

Pede e espera deferimento.

Florisvaldo Evangelista da Silva Junior.

Salvador, 04 de janeiro de 2006.

ANEXO F

DIÁRIO FICIAL DO MUNICÍPIO, PUBLICAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA.



Diário Oficial do MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Cachoeira

1

Terça-feira • 3 de Novembro de 2015 • Ano VIII • Nº 418

Esta edição encontra-se no site: www.cachoeira.ba.io.org.br em servidor certificado ICP-BRASIL

Prefeitura Municipal de Cachoeira publica:

- **Lei Nº 1.140/2015** - Institui o Plano Municipal de Cultura de Cachoeira para o decênio 2015 – 2025.
- **Lei Nº 1.142/2015** - Regulamenta o Fundo Municipal de Cultura de Cachoeira – FMC e dá outras providências.



Lei exige que todo gestor publique seus atos no seu veículo oficial para que a gestão seja mais transparente. A Imprensa Oficial cumpre esse papel.

Imprensa Oficial
a publicidade legal
levada a sério

Gestor - Carlos Menezes Pereira / Secretário - Governo / Editor - Ass. Comunicação
Cachoeira - BA

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: 2MWED+PQFNUIYBGEVPOMIW

Fonte: CACHOEIRA. Diário Oficial do Município. Disponível em: <http://www.cachoeira.ba.io.org.br/diarioOficial/download/119/418/0>. Acesso em: 13 abr. 2018.

ANEXO G

FOTOS DE IMÓVEIS PRIVADOS, ANTES E DEPOIS DAS REFORMAS.

Imóvel situado a Rua Benjamin Constant, n 3, antes e depois da reforma.



Fonte: IPHAN/IPAC/MONUMENTA. Acervo Particular de Jomar Lima.

Imóvel situado a Rua 13 de Maio, 46, antes e depois.



Fonte: IPHAN/IPAC/MONUMENTA. Acervo Particular de Jomar Lima.

Imóvel situado a Rua ACM, 19, antes e depois.



Fonte: IPHAN/IPAC/MONUMENTA. Acervo Particular de Jomar Lima.

Imóvel situado a Tv. Manoel Bastos, 08, antes e depois.



Fonte: IPHAN/IPAC/MONUMENTA. Acervo Particular de Jomar Lima.